

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865

4 de Março de 1993

Preço: 120\$00
(IVA incluído)

N.º 1002

Director:
Carlos Brito

Carlos Carvalhas em Sintra

CDU é a alternativa

Págs. 4 e 5



7.º Congresso da CGTP começa hoje



O 7.º Congresso da CGTP constituirá uma grande realização nacional nesta fase em que os trabalhadores se deparam com uma poderosa e perigosa ofensiva contra os seus direitos e aspirações.

A estrela polar do 7.º Congresso da CGTP residirá nos direitos e interesses e aspirações das classes laboriosas.

É o que se espera duma Central combativa e responsável, determinada, mas atenta à realidade, organização que é dos trabalhadores mas simultaneamente indispensável à democracia.

Não há calúnias nem falsidades, por mais violentas e repetidas que o sejam, que possam alterar a verdade essencial de que os comunistas que intervêm no movimento sindical unitário e aí exercem importantes responsabilidades que lhes foram confiadas pelos trabalhadores, voltaram, em circunstâncias de grande tensão e complexidade, a dar provas do seu empenho no diálogo e na unidade com outras correntes e sensibilidades sindicais, e na procura, dentro dos órgãos da CGTP, de soluções consensuais que permitissem superar as dificuldades e problemas existentes.

Artigo de Jerónimo de Sousa — Pág. 22

Nota da Comissão Política — Pág. 3

1921-1993

Comícios aniversário do PCP com Carlos Carvalhas

Lisboa

Comício no Pavilhão Carlos Lopes
sexta-feira às 21.30

Almada

Jantar-convívio no salão
dos Bomb. Vol. da Trafaria
sábado às 20h

Seixal

Almoço
na Quinta da Valenciana
domingo às 12.30

Quinta do Conde

Inauguração do novo Centro
de Trabalho do PCP
domingo às 16h

com Álvaro Cunhal

Porto

Comício no Teatro Rivoli - domingo às 15.30

Figueira da Foz : Jantar comemorativo no restaurante "O Pátio" - sexta-feira às 20h;
• Famalicão: Festa-convívio junto ao novo Centro de Trabalho - sábado a partir das 15h;
• Viana do Castelo: Encontro com jovens - sábado às 19h — Jantar em Viana do Castelo, no restaurante "Náutico" - sábado às 19.30; • Caminha: Inauguração do novo CT - domingo às 10.30; • Vilar de Mouros: Almoço-convívio - domingo às 12h.

Conferência de Álvaro Cunhal na Cooperativa Árvore

Págs. 18 a 22

PCP

72 ANOS

Uma viagem e tantos caminhos!

— Reportagem de Henrique Custódio com António Dias Lourenço

Págs. 16 e 17

Alqueva: o PCP tinha razão!

Pág. 32

8 de Março

Têm início esta semana e decorrerão durante todo o mês de Março iniciativas diversas que assinalam o Dia Internacional da Mulher, promovidas sobretudo pelo MDM. Anotamos para os próximos dias a realização das seguintes:

Na Covilhã, no sábado está prevista uma sessão durante a qual será passado o filme "Um Solo de Violino", de Monique Rutler (que estará presente) e no dia 8 realiza-se um jantar comemorativo; em Lisboa, por iniciativa conjunta do MDM e da Biblioteca Pública Municipal, estará patente ao público na Biblioteca Luís de Camões, a partir do dia 8 e até 31, a exposição "A Trajectória dos Movimentos Femininos em Portugal"; ainda em Lisboa terá lugar, no "Pintado de Fresco", um jantar-convívio; em Évora realiza-se no dia 10 um sarau desportivo sob o lema "Igualdade - Uma nova dimensão do Desporto". No Porto - onde também se realiza (no restaurante "Academia Ginoarte Brasília") um jantar-convívio - haverá no dia 8 uma concentração/acção de esclarecimento na Praça; em Coimbra, acção semelhante decorrerá junto à Câmara Municipal. Outros jantares comemorativos realizam-se em Coimbra (no dia 7), em Aveiro, na Baixa da Banheira (dia 13), em Grândola (almoço no dia 13), em Sines, e também no Barreiro (dia 8), onde a 7 haverá um espectáculo com Luísa Basto. Em Santarém, o MDM e o Sindicato dos Professores associaram-se para promover uma sessão cultural com a peça "O Pranto de Maria Parda", com Maria do Céu Guerra, e apresença ainda de Monique Rutler e Fernanda Lapa. Em Sesimbra, além do jantar igualmente programado haverá também no dia 8, às 16 horas, uma sessão cultural em que participa a Orquestra Metropolitana de Lisboa.



Os transportes aumentam mas não melhoram...

RESUMO

24 Quarta-feira

Em reunião da Comissão Política do PSD, Cavaco Silva faz uma intervenção sobre a conjuntura de crise que afecta todo o mundo advertindo, uma vez mais, para «os tempos difíceis» que se apresentam como inevitáveis para Portugal. As centrais sindicais recebem um projecto de decreto-lei do Governo que propõe uma nova fórmula de cálculo que poderá baixar as reformas por invalidez e velhice. O comissário europeu Bruce Millan afirma que «ainda não foi decidida qualquer participação comunitária» para o projecto da Barragem do Alqueva. O conflito na Bósnia e as questões económicas são os principais temas do encontro entre o presidente norte-americano, Bill Clinton, e o primeiro-ministro britânico, John Major, que inicia hoje uma visita aos Estados Unidos. A selecção «A» de Portugal em futebol perde no estádio das Antas por 3-1 com a sua congénere italiana num jogo da fase de apuramento para o Mundial de 1994.

25 Quinta-feira

A comissão parlamentar para investigar o chamado «caso da vírgula» encerra, após duas sessões, os seus trabalhos, sem chegar a qualquer tipo de conclusões. Também na AR, o PSD faz uma intervenção, contestada por toda a oposição, em defesa do pretenso «oásis» da economia portuguesa. O Governo italiano obtém um voto de confiança do parlamento italiano, enquanto ocorre um «terramoto político» com o desvendamento de casos de corrupção, a incluir líderes políticos e actuais ou anteriores membros do Governo, e um cortejo de detenções, demissões e suicídios. Demite-se o primeiro-ministro canadiano, do Partido Conservador, a poucos meses de eleições naquele país.

26 Sexta-feira

O presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, profere uma conferência na Cooperativa Árvore, no Porto, sob o tema «Anos 60/90 - Portugal, a Europa e o Mundo - Perspectivas e Evoluções». A UNITA não chega ao encontro para negociações em Adis Abeba, obrigando a adiamentos sucessivos do começo das negociações. O representante das Nações Unidas propõe a realização de um encontro entre o presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama para acelerar o processo de paz em Moçambique.

27 Sábado

A baixa portuense é palco de uma manifestação contra a política económica e social do Gover-

no, convocada pela USP/CGTP. A CDU apresenta publicamente Lino Paulo como cabeça de lista para a Câmara de Sintra, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido. O PCP realiza em Coimbra o seminário «Que política para o Ensino Superior?». Os ministros das Finanças do chamado «Grupo dos Sete» países mais industrializados do mundo discutem em Londres as políticas para evitar uma recessão económica global.

28 Domingo

José Luís Judas demite-se de todos os cargos que ocupava na CGTP quando decorre o processo de preparação da lista para o Conselho Nacional a propor aos delegados ao Congresso da Inter. A UGT anuncia que não vai assinar o acordo sobre política de rendimentos e preços proposto pelo Governo. A segunda ronda de conversações de paz em Angola termina sem que a esperada comitiva da UNITA chegue a Adis Abeba.

1 Segunda-feira

Começa um novo mês com um aumento geral dos preços dos transportes colectivos, oscilantes (oficialmente) entre os quatro e sete por cento. Os magistrados do Ministério Público iniciam uma greve que se prolongará até quinta-feira. O ministro Fernando Nogueira anuncia a aplicação para breve de um projecto que mexerá, novamente, no tempo de Serviço Militar Obrigatório: passaria agora de quatro para oito meses. O ministro português Durão Barroso responsabiliza a UNITA pela situação que se vive em Angola e pelo fracasso do processo negocial. Aviões norte-americanos lançam na Bósnia víveres e medicamentos, no início de uma operação de ajuda humanitária às vítimas muçulmanas da guerra.

2 Terça-feira

É hospitalizado em São José, Lisboa, o escritor Manuel da Fonseca, depois de ter sido encontrado inconsciente no prédio da casa onde reside em Santiago do Cacém. O PCP divulga as conclusões da reunião da Comissão Política de ontem. É anunciada a candidatura de Ilda Figueiredo, para a presidência da Câmara Municipal do Porto. O primeiro-ministro italiano inicia uma visita ao nosso país. Pela primeira vez, um governante é condenado em Tribunal pela prática de difamação de um jornalista (António Marinho) através de um meio de comunicação social. Com a presença do primeiro-ministro Felipe Gonzalez, decorre em Espanha o primeiro debate parlamentar sobre a questão do desemprego, pedindo o líder da direita, José Maria Aznar, a realização de eleições antecipadas.

No 72º Aniversário do PCP

Oposição e alternativa

O PCP escolheu o lema «oposição firme para uma política diferente» como bandeira das comemorações do seu 72º aniversário.

É incontestavelmente uma divisa apropriada.

Mais do que uma palavra de ordem para traduzir um propósito de intervenção futura, é uma caracterização que traduz o papel que o PCP está a desempenhar na presente situação política nacional.

Ab comemorar, no próximo 6 de Março, os seus 72 anos de história gloriosa, o PCP pode orgulhar-se, em perfeita coerência com os seus princípios, características e identidade, de se encontrar à frente do protesto popular, na primeira linha da luta contra a política da direita e em defesa dos trabalhadores, da população laboriosa, e das outras classes e camadas sociais prejudicadas pela voracidade do grande capital.

Torna-se hoje claro que o País entrou numa situação extremamente preocupante onde, entre outros novos traços significativos, se salienta o aprofundamento e a aceleração da crise económico-social, os sentimentos de insegurança e incerteza da população laboriosa e outros sectores sociais, o embaraço e a perturbação do Governo que mostra não ter soluções para a crise e que, em muitos aspectos, perdeu o controlo da situação.

Crece por tudo isto o descontentamento e o protesto populares, a impopularidade do Governo e as lutas dos trabalhadores, dos agricultores e dos estudantes que atingem um alto nível de participação e combatividade e revelam energias e propósitos que lhes asseguram continuidade e desenvolvimento.

O PCP não foi surpreendido pela crise, nem pelo descontentamento popular, nem descobriu só agora as gravíssimas responsabilidades que pertencem ao Governo.

O PCP alertou há muitos meses para o que aí vinha, incentivou e incentivava o combate ao Governo e a sua responsabilização, estimulou e estimula o descontentamento e incitou, incita e promove o protesto popular.

O PCP tem insistido particularmente nas causas da presente situação: as causas que se situam na política de restauração do capitalismo monopolista, designadamente, através das privatizações e das outras políticas visando a concentração da riqueza e a centralização de capitais; as causas que se situam nas

orientações seguidas na integração europeia, designadamente, a PAC, a convergência nominal e as medidas brutais com que se pretende forçá-la e, em geral, as outras medidas de adaptação a Maastricht.

Esta definição de causas não exclui, naturalmente, a grave incidência na economia portuguesa da conjuntura recessiva das principais economias capitalistas, especialmente dentro da comunidade europeia, sendo de assinalar, no entanto,

Sem uma denúncia esclarecedora das causas profundas da crise que avassala presentemente o País, não há verdadeira política de oposição e, menos ainda, uma política alternativa minimamente credível.

que o Governo sempre negou os efeitos desta incidência quando a conjuntura externa lhe era favorável.

Sem uma denúncia esclarecedora das causas profundas da crise que avassala presentemente o País, não há verdadeira política de oposição e, menos ainda, uma política alternativa minimamente credível.

O PS, após meses de alheamento em relação à situação social em que privilegiou os entendimentos com o PSD para, entre outros objectivos, assegurar a ratificação do Tratado de Maastricht, lança-se agora numa campanha propagandística de oposição, aparentemente radical. É o habitual nestas situações. Uma vez que o descontentamento e o protesto popular atingem uma larga expressão e uma grande intensidade, o PS, que nada fez para isso, procura cavalgá-los e capitalizá-los em seu benefício eleitoral.

Mas precisamente o PS foge a apreciar as causas profundas da presente crise. É que, quer em relação às orientações para a integração europeia, quer em relação às privatizações e outras políticas conducentes à restauração do capitalismo monopolista há uma grande identificação entre as posições do PS e a política governamental, como repetidamente se tem verificado. Esta identificação estende-se mesmo a questões essenciais na área social, como a política salarial e o acesso à saúde e ao ensino, como resulta das revelações feitas pelo actual portavoz do PS para as Finanças.

Não admira que assim aconteça, pois, o PS no seu último Congresso pronunciou-se contra «a utopia de um novo modo de produção alternativo» e afirmou-se defensor do «modo de produção característico das sociedades abertas pós-industriais», optou decidida e abertamente pela vocação de gestor do capitalismo.

A realização desta vocação por partidos da família europeia do PS não é estranha, com certeza, à crise profunda em que estão mergulhados.

A sucessão de escândalos e a pantanosa corrupção que tem assinalado a governação recente de partidos socialistas, nomeadamente na Itália e em França, mas também em Espanha e na Grécia, constitui um grande alerta para os povos: não se faz por ali o combate à injustiça social, nem à moralização da sociedade, nem uma verdadeira política alternativa.

Em Portugal, o programa verdadeiramente alternativo à política da direita é o Programa do PCP.

O PCP tem um tal programa porque faz uma oposição de classe, ideológica e de princípios à política da direita, mas também faz esta oposição coerente e consequente, porque sabe para onde vai, porque tem o Programa da democracia avançada, tendo no horizonte o socialismo.

Defendendo, no entanto, a convergência das forças democráticas, incluindo o PS, para pôr termo ao governo e à política da direita, o PCP não pretende impor-lhes o seu Programa. Por isso mesmo, aprovou no XIV Congresso a proposta de um conjunto de grandes objectivos como contributo para uma plataforma comum - plataforma de oposição e de real alternativa.

É esta limpidez de objectivos e de comportamento que torna claro que é com o PCP que podem contar todos os que querem lutar por uma sociedade mais justa e liberta de exploração, mas é também com o PCP que podem contar os que no dia-a-dia, em termos de questões concretas e de reivindicações específicas, fazem frente à governação do PSD e ao poder do grande capital.

Foi esta limpidez que fez a força do PCP nos 72 anos da sua história e é ela que, sobrepondo-se a ataques e a intrigas (como as que se desenvolvem em torno do Congresso da Intersindical), faz a força do PCP na actualidade e perspectiva o seu reforço no futuro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1899 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guitões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27, Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

O Governo é o principal responsável pela gravidade da situação

Comunicado da Comissão Política

Na sua reunião de 1 de Março, a Comissão Política do PCP analisou os aspectos mais relevantes da actualidade política, económica e social, tendo destacado como traços novos e muito significativos da situação nacional:

- o aprofundamento e aceleração da crise económico-social e das suas mais perversas consequências - o desemprego, os salários em atraso, as manchas de miséria;
- o sentimento de insegurança e incerteza no dia de amanhã que se generaliza na população laboriosa e em outros estratos sociais;
- o embaraço e a desorientação do Governo que já não consegue esconder que não tem soluções para a crise e que, em muitos aspectos, perdeu o controlo da sua evolução;
- o descontentamento e o protesto populares e a impopularidade do Governo, que ele próprio já não pode deixar de reconhecer.

Estes traços mostram tanto a necessidade da luta para pôr termo à política e à actuação do Governo, a quem cabem as principais responsabilidades pela gravidade da situação, como as novas condições e possibilidades que favorecem o desenvolvimento dessa luta.

1. A Comissão Política analisou a acelerada generalização da recessão económica a todos os sectores da actividade produtiva nacional, e bem assim o autismo manifestado pelo Governo na apreciação da grave situação de crise em que a sua política afundou a economia nacional.

Hoje, já nada pode escamotear a profunda recessão que se abate sobre a agricultura, as pescas, o sector do turismo, o sector da construção e a prática totalidade da indústria, cuja taxa de utilização da capacidade produtiva atingiu já os níveis mais baixos desde 1987.

A realidade é que hoje não há praticamente um único sector da actividade directamente produtiva que não esteja confrontado com a regressão da sua produção, com a crise.

Aumenta rapidamente a substituição da produção nacional por importações, as empresas exportadoras perdem quotas de mercado, multiplicam-se as falências e encerramento de empresas, o desemprego entrou em fase de acelerado crescimento, recrudescem as situações de salários em atraso e avolumam-se as pressões para tentar impor a diminuição dos salários reais e as medidas de agravamento das condições de vida, agora mesmo evidenciadas no escandaloso aumento dos transportes públicos em valores muito superiores à taxa de inflação propagandada pelo Governo.

A Comissão Política do PCP não olvida que a evolução negativa da economia nacional e em particular a dos países da CEE tem efeitos sobre a conjuntura económica nacional.

Mas evolução negativa da envolvente económica externa veio, no fundamental, pôr a nu a falsidade da propagandada "política de sucesso" dos últimos anos.

Porque as causas essenciais da crise que hoje se vive em Portugal, e que ameaça uma profunda regressão económica e social, são da responsabilidade das políticas dos Governos de Cavaco Silva e do PSD.

Designadamente, é da responsabilidade do Governo a ausência de uma estratégia nacional para a evolução da economia portuguesa, em torno da qual se procedesse à sua reestruturação.

O Governo é o primeiro responsável pela delapidação de centenas de milhões de contos de fundos comunitários sem que se tivessem registado alterações significativas na estrutura produtiva nacional nos últimos sete anos, que a preparassem para enfrentar a concorrência externa cada vez mais aberta.

Como é da exclusiva responsabilidade do Governo a nefasta «venda», por voláteis milhões de contos, de períodos de transição essenciais para adaptação da agricultura portuguesa, e a destruição, através do processo de privatizações, de núcleos da economia nacional que eram essenciais para enfrentar os novos desafios.

Só o Governo é responsável pela nefasta antecipação da completa liberalização dos movimentos de capitais e pela precipitada e inadequada integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME.

Como são da responsabilidade do Governo os profundamente negativos efeitos no sistema produtivo nacional da irracional política de artificial revalorização cambial e de elevadas taxas de juro.

É inegável que só o Governo pode ser responsabilizado por conduzir, há já longos anos, uma política económica que privilegia a actividade

de financeira e a especulação em prejuízo das actividades produtivas, e por eleger como primeira prioridade da sua política a convergência nominal da taxa de inflação e do défice orçamental, em lugar de atribuir à defesa e reforço da indústria e da agricultura nacionais e à melhoria sustentada do nível de vida dos portugueses.

Face à grave situação que a economia portuguesa atravessa, o Governo dá crescentes mostras de já ter perdido todo e qualquer controlo sobre a crise que ele próprio provocou, e teima em prosseguir uma política que só pode agravar os problemas em vez de os resolver.

A Comissão Política do PCP alerta para os perigos reais da persistência da desastrosa política económica e social do Governo, e reafirma que só uma profunda inflexão dessa política pode impedir que o país seja inevitavelmente arrastado para uma profunda recessão económica e social.

O indispensável e rápido crescimento económico do País só será possível com uma indústria forte, uma agricultura eficaz e um sector exportador competitivo.

Para que isso seja possível impõem-se transformações, nalguns casos profundas, da estrutura produtiva, uma estratégia clara para a evolução da economia portuguesa e políticas económicas adequadas.

A política do Governo, tal as orientações macroeconómicas da União Económica e Monetária e suas exigências de convergência nominal, são incompatíveis com aquelas necessidades objectivas da economia e da sociedade portuguesas.

Aliás, esses critérios de convergência são eles próprios uma das causas fundamentais da crise económica que grassa em todos os países comunitários, ao impor políticas deflacionistas generalizadas a todas as economias.

Impõe-se que desse facto sejam retiradas todas as ilações e que os objectivos da convergência nominal sejam abandonados.

2. A Comissão Política do PCP salienta que, para além de uma política económica que ameaça devastar e degradar o aparelho produtivo nacional e de uma política social deliberada e intransigentemente voltada para a degradação das condições de vida e de trabalho dos portugueses e para o agravamento das injustiças e desigualdades sociais, não podem deixar de constituir motivo de profunda indignação e revolta quer a vertiginosa sucessão de escândalos de corrupção, ilegalidade, tráfico de influências e rapina de bens e recursos do Estado que espelham a infame voracidade das clientelas do PSD e da nomenclatura laranja quer ainda as intoleráveis e repugnantes manifestações de autoritarismo e prepotência bem patentes, por exemplo, na ameaça do ministro das Finanças de penalizar, em termos do acesso aos fundos comunitários, as empresas que acordassem aumentos salariais superiores a 6% e na ameaça tão afrontosa da legalidade como ridícula, do Ministro da Educação de impedir o futuro acesso à Função Pública dos estudantes que não tiverem pago as gravosas propinas que o Governo quer impor.

3. A Comissão Política do PCP salienta que o imenso descontentamento que percorre a sociedade portuguesa, a patente redução da base social de apoio do Governo e PSD e o seu visível enfraquecimento e desorientação criam condições muito favoráveis para que, com um confiante prosseguimento e intensificação do protesto e da luta de todas as classes, camadas e grupos sociais atingidos pela política governamental, seja possível conquistar a satisfação de prementes reivindicações populares, forçar o Governo a importantes cedências e recuos e travar a sua desastrosa política, como é verdadeiro e inadiável imperativo do interesse nacional.

É a esta linha de resistência, de combate e de luta contra a política do Governo Cavaco Silva/PSD que o PCP continuará a dedicar o melhor das suas energias e esforços, com a perspectiva clara de uma crescente convergência das movimentações sociais e de formas de luta mais avançadas, ao serviço da resposta imediata aos problemas mais prementes do povo e do país e do fortalecimento da aspiração e da exigência nacional de uma mudança democrática de política e de Governo.

4. A Comissão Política do PCP rejeita frontalmente a escalada de acusações caluniosas, de mentiras e de operações de intoxicação que nas últimas semanas têm sido lançadas contra o PCP a pretexto da questões e problemas da vida interna da CGTP-IN e da preparação do seu 7º Congresso.

A Comissão Política do PCP salienta que essa escalada se baseia sobretudo na premeditada e insistente falsificação que consiste em apresentar como um conflito ou como um sectário "ajuste de contas" do PCP com um dirigente da CGTP o que verdadeiramente foi um processo de legítima manifestação de opiniões críticas e de reservas a esse dirigente por parte de numerosas estruturas e dirigentes sindicais eleitos, com fundamentos e razões estritamente sindicais e no quadro do funcionamento democrático daquela central e da responsabilidade das suas estruturas e órgãos.

Não há calúnias nem falsidades, por mais violentas e repetidas que o sejam, que possam alterar a verdade essencial de que os comunistas que intervêm no movimento sindical unitário e aí exercem importantes responsabilidades que lhes foram confiadas pelos trabalhadores, voltaram, em circunstâncias de grande tensão e complexidade, a dar provas do seu empenho no diálogo e na unidade com outras correntes e sensibilidades sindicais, e na procura, dentro dos órgãos da CGTP, de soluções consensuais que permitissem superar as dificuldades e problemas existentes.

Ao mesmo tempo, opuseram-se compreensivelmente a soluções que representariam uma clamorosa negação da democracia sindical e uma total subordinação da opinião e da vontade da maior parte das estruturas sindicais a atitudes unilaterais de pressão e intimidação e defenderam e defendem firmemente a manutenção da CGTP com a identidade, a orientação e de características que são a base do seu justo prestígio e influência entre os trabalhadores.

Desejando sinceramente que seja essa a vontade, a atitude e o estado de espírito prevalecente no conjunto dos dirigentes, responsáveis e activistas sindicais, o PCP está certo que os comunistas que intervêm no movimento sindical unitário não pouparão esforços para que, com serenidade e sentido das responsabilidades, seja assegurado o êxito do 7º Congresso da CGTP e para que ele constitua uma renovada afirmação da sua profunda ligação da CGTP à defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores portugueses e a consolidação do seu valioso projecto unitário, do seu destacado papel na democracia portuguesa, em consonância com as suas honrosas tradições, à altura das exigências da intensificação da luta popular contra a política de direita no presente momento e das batalhas futuras pela grande causa da liberdade, dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores, da democracia e do progresso social.

5. A Comissão Política do PCP aprovou as linhas gerais do calendário de iniciativas para o ano corrente, comportando um vasto e diversificado conjunto de actividades em que assumem especial relevo as dedicadas à reflexão e avanço de propostas sobre os principais problemas nacionais e as relacionadas com a preparação da intervenção nas próximas eleições autárquicas.

A Comissão Política destaca a importância e significativo das numerosas iniciativas que estão programadas para os próximos dias assinalando o 72º Aniversário do PCP (com destaque para os comícios em Lisboa, na 6ª-feira, e no Porto, no Domingo) que certamente constituirão um reforçado testemunho da confiança e determinação com que os comunistas assumem as suas grandes responsabilidades na vida nacional e do destacado papel do PCP na defesa dos interesses populares, na luta por uma nova política, por uma alternativa democrática, por um grande projecto de liberdade, desenvolvimento, bem-estar, progresso social e independência nacional para um Portugal democrático.

2.3.93

A Comissão Política do PCP



Vítor Dias (à esquerda) apresentou aos jornalistas as principais conclusões da reunião da Comissão Política

PCP

Lino Paulo é o candidato à CM de Sintra Forum da CDU propõe soluções para o concelho

O concelho de Sintra foi o tema do fórum da CDU realizado no passado sábado, em Aqualva-Cacém, que contou, entre outros, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O debate começou de manhã, nas instalações da Escola Ferreira Dias, abordando diversos aspectos da realidade de um concelho que conheceu nos últimos anos um crescimento acelerado e desregrado, que mudou completamente a paisagem e a qualidade de vida dos residentes. Um interveniente afirmou ter escolhido «há quarenta anos a aldeia de Aqualva-Cacém para viver». Daí para cá tudo mudou e «hoje não gosto do sítio onde vivo» - disse expressando certamente um sentimento comum à grande maioria da população do concelho deste dormitório de Lisboa, que alberga mais de 270 mil pessoas espalhadas por 14 freguesias.

Maus transportes, maus acessos, mau urbanismo e ambiente degradado são apenas alguns dos inúmeros problemas referidos no fórum, que defendeu o desenvolvimento integrado e participado do concelho e considerou a CDU como a única alternativa à estagnação provocada pelo actual executivo camarário do PSD, que detém a maioria eleitoral há 12 anos.

Os autarcas da CDU têm



provas dadas do bom trabalho que realizam em várias autarquias do país. Mesmo em Sintra, a sua acção pode ser avaliada em áreas sob a sua responsabilidade directa. O pelouro dos Mercados é disso um bom exemplo. Desde 1987 que depende do vereador, da CDU, Lino Paulo, cuja capacidade de realização está bem patente no número de infra-estruturas inauguradas nos últimos oito anos, transformando o sector de abastecimento público.

Mercado de Rio Moura

Os participantes do fórum tiveram oportunidade de

visitar, durante o intervalo para almoço, o novo mercado de Rio de Moura que abriu nesse dia as suas portas. Foi uma visita demonstrativa da vontade dos autarcas da CDU de melhorar a vida das populações. Lino Paulo, responsável pela obra, afirmou que «na zona não havia nada disto».

«A população precisava absolutamente deste melhoramento». Naquela freguesia vivem cerca de 40 mil habitantes e até agora não tinham um lugar dignificado para abastecimento público. A partir de sábado esta situação mudou radicalmente com a entrada em funcionamento desta unidade que para além de 52 bancas agrega um centro comercial com

23 lojas. Ainda neste conjunto conta-se um restaurante, uma zona de esplanadas, uma ludoteca, uma loja da cultura e um amplo espaço destinado a exposições.

A grande aposta da CDU, proposta à população de Sintra, é transformar o dormitório em cidade. É um objectivo ambicioso e complexo, mas, como foi afirmado, os exemplos de Almada e da Amadora provam que é possível. Para tal, a Coligação afirma que é necessário elaborar rapidamente os planos gerais de urbanização, promovendo a requalificação urbana, com áreas verdes e com redes adequadas de circulação nas zonas mais descharacterizadas e degradadas. Neste sentido, considera-se

fundamental a criação de gabinetes locais a instalar em Queluz, Massamá, Aqualva Cacém São Marcos, Belas-Idanha, Rio de Mouro-Rinchoa, Mercês-Algueirão-Mem Martins.

Cada um destes gabinetes deverá proceder à elaboração dos planos gerais destes núcleos urbanos, tendo como principais objectivos a sua integração no crescimento ordenado da Área Metropolitana de Lisboa e a diminuição da sua dependência funcional e de emprego face à capital. Junto aos gabinetes, a CDU, defende que funcionem comissões de acompanhamento integrando responsáveis autárquicos das freguesias e representantes dos agentes económicos e sociais. Os gabinetes, na opinião da CDU devem deter responsabilidades na gestão dos investimentos municipais na sua área.

Um candidato bem conhecido

No encerramento dos trabalhos do fórum, entrevistaram o eng. António Gonçalves, do Conselho Nacional da ID, e a deputada Isabel Castro, membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes». A José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, pediu a apresentação a candidatura da CDU à presidência da Câmara Municipal.

Falando sobre Lino Paulo, José Casanova afirmou que «apresentamos um candidato que não quer um concelho para quedas em véspera de eleições; apresentamos um

pal de Sintra. Como referiu, «não será uma novidade para todos os que aqui estão mas será sem dúvida uma boa notícia. Não vou anunciar o nome de nenhum estrangeiro, nem de uma dessas pessoas mediaticamente promovidas a figuras nacionais e que na altura das eleições autárquicas são distribuídas pelos vários concelhos, não por conhecerem esses concelhos e os seus problemas, não por terem quaisquer propostas para a resolução desses problemas, não por terem sequer a mínima preocupação pelos problemas que vivem as populações, mas apenas e somente porque querem ser presidentes de câmara em concelhos importantes».

Este dirigente comunista disse que «parece haver, quer no PS quer no PSD, vários candidatos a candidaturas à presidência da Câmara de Sintra. Quem olhar para ar em dias de sol, vê-los-á sobrevoar o concelho em voo exploratório procurando um local de aterragem e só não aterraram ainda porque, desconhecendo tudo de Sintra, excepto talvez o local onde fica o edifício da Câmara Municipal, não encontram um lugar adequado para pousar».

Falando sobre Lino Paulo, José Casanova afirmou que «apresentamos um candidato que não quer um concelho para quedas em véspera de eleições; apresentamos um

candidato com provas dadas e com méritos, qualidades e capacidades reconhecidas pela generalidade dos cidadãos do concelho de Sintra independentemente das opções políticas e ideológicas de cada um; e apresentamos um candidato que conhece profundamente os problemas do concelho e que vem apoiado por uma equipa sólida, competente, esforçada e por um projecto de gestão capaz de responder às necessidades; apresentamos um candidato que, por tudo isto, é a expressão da única alternativa existente à gestão que há vários anos tem vindo a agravar perigosamente a situação neste concelho.

E, ao apresentarmos esta candidatura, temos a noção clara, a consciência total de que estamos a propor à população deste concelho o trabalho, a honestidade, a competência, a capacidade de diálogo, a disponibilidade para trabalhar em conjunto com todos que estejam interessados em colaborar e dar o seu contributo para encontrarmos e seguirmos os caminhos necessários ao futuro de Sintra.

Ao apresentarmos este candidato estamos com grande seriedade e com grande responsabilidade a propor à população de Sintra o que pensamos ser a grande solução para este concelho e para a sua população - a eleição de Lino Paulo para a

presidência da Câmara de Sintra».

Na sua breve intervenção, Lino Paulo teceu algumas considerações sobre os trabalhos do fórum e sobre o que será a campanha da CDU para as próximas eleições.

Como salientou, «o trabalho que estamos a realizar e que culminará em Outubro com a realização de um grande fórum em que serão apresentadas as propostas da CDU, passa por vários encontros nas principais freguesias do concelho para análise da realidade local, passa por encontros temáticos sobre a situação social, sobre o investimento, sobre os fundos comunitários, a saúde, o ensino, a requalificação urbana, o património histórico, a gestão municipal, passa ainda por conferências técnicas, de âmbito ainda mais limitado e, finalmente por uma grande discussão em torno dos documentos a apresentar ao grande fórum de Outubro». Segundo sublinhou, este conjunto de iniciativas tem como objectivo elaborar um plano de intervenção e um programa de candidatura «que permitam mudar efectivamente a face deste concelho a partir do próximo mandato».

Caracterizando o concelho, Lino Paulo disse reconhecer «uma realidade urbana de um subúrbio desqualificado de Lisboa carente de

O perfil do candidato

Lino Paulo é natural de Sintra, freguesia de Santa Maria, sempre residiu no concelho e presentemente vive em Massamá, freguesia de Queluz.

Técnico superior municipal, com formação académica na área das Ciências Humanas, é casado e tem 44 anos. Trabalhou em gestão empresarial e marketing, foi professor eventual da Universidade Técnica de Lisboa e chefiou os Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Seixal, tendo neste município desenvolvido ainda actividade nas áreas do urbanismo e reabilitação urbana.

Participou em diversos encontros e congressos nacionais e internacionais, nas áreas de gestão municipal, planeamento e gestão urbanística, reabilitação e requalificação urbana.

Foi dirigente académico e fez parte da Comissão Distrital de Lisboa da CDE. É militante do PCP. Foi candidato a deputado em 1983, 1985 e 1991. Foi deputado em 1983/84, tendo integrado a Comissão Parlamentar do Equipamento Social.

Desde Maio de 1974, integra a Vereação da Câmara Municipal de Sintra. É presidente da Vereação-Cooperativa Cultural de Sintra. É presidente do Conselho de Administração da AMAGAS-Associação de Municípios para a instalação de Redes de Gás Natural.

equipamentos e dependente a todos os níveis, que é a realidade do dormitório».

O candidato da CDU acrescentaria que o dormitório «nasce por responsabilidades bem directas e bem graves de eleitos do PS, e do PSD e do CDS que ao longo destes anos têm, em sede de



câmara, vindo a aprovar o que de pior se tem feito no urbanismo da Área Metropolitana de Lisboa».

No final do fórum, interveniente Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, cujos extractos publicamos em baixo.

«O que manifestamente contestamos é uma concepção de crescimento que assenta no projecto de fazer da cidade uma zona de prestação de serviços de grau superior, que justifica os cogumelos de vidro e betão de escala esmagadora, consentidos em áreas residenciais, e tendo como consequência a desertificação do centro urbano e um negativista impacte ambiental; o que frontalmente condenamos é o tratamento preferencial concedido aos que jogam na especulação imobiliária em contraste com o esquecimento e o abandono dos que vivem nos bairros municipais, nas zonas degradadas, nas ilhas, em casas indignas; que se tenham acentuado as assimetrias dentro da própria cidade; é o recurso à publicidade dispêndiosa, como acontece com o metro de superfície, em vez duma informação atempada e rigorosa aos eleitos municipais sobre cada um dos projectos apresentados, para um efectivo debate público; são os assomos de autoritarismo que preocupantemente vão desapontando, e os já cansativos produtos mediáticos de autopromoção em contraste com a falta de diálogo com a população».

CDU lança candidatos no Porto

Ilda Figueiredo e Emídio Peres são cabeças de lista

Na passada terça-feira, a CDU apresentou em conferência de imprensa os cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal do Porto, respectivamente Ilda Figueiredo e Emídio Peres.

Nas breves biografias divulgadas lê-se que Ilda Figueiredo é economista, tem 44 anos e é actualmente membro do CC e da DORP do PCP. Foi vereadora na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e responsável pelo Pelouro do Ambiente e Jardins durante sete anos.

A candidata à presidência da CM do Porto foi deputada à Assembleia Municipal eleita pelo círculo do Porto durante várias legislaturas até final de 1991, tendo integrado várias comissões parlamentares, designadamente a de Economia, Integração Europeia, Administração do Território, Poder Local e Ambiente e da Condição Feminina.

Emídio Peres, candidato à Assembleia Municipal do Porto, é médico, tem 60 anos e é membro do Conselho Regional da ORP do PCP e da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP. É igualmente presidente da Assembleia de Freguesia da Foz do Douro. Médico endocrinologista, chefe de serviço hospitalar e professor convidado do curso de Ciências de Nutrição da Universidade do Porto, presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, vice-presidente da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade, Emídio Peres é ainda membro de várias sociedades médicas nacionais e estrangeiras.

Presidente da Direcção da Universidade Popular do Porto, o candidato da CDU à AMP é igualmente publicista, autor de numerosas obras científicas e de divulgação em várias áreas da saúde, nomeadamente de nutrição e alimentação. A declaração da candidatura da CDU do Porto salienta, em relação à actividade camarária de maioria socialista, a sua «clara demarcação e crítica activa a uma linha de transformações que está a produzir danos irreparáveis no tecido urbano e que agravará sérios problemas ambientais e afastará para a periferia um número crescente dos seus habitantes».

Para a CDU «o que está em causa não é o flagrante desajustamento entre as promessas eleitorais - das quais não é possível esquecer o compromisso de construir 100 novas casas por ano na Zona Histórica - e a obra realizada».

«O que manifestamente contestamos é uma concepção de crescimento que assenta no projecto de fazer da cidade uma zona de prestação de serviços de grau superior, que justifica os cogumelos de vidro e betão de escala esmagadora, consentidos em áreas residenciais, e tendo como consequência a desertificação do centro urbano e um negativista impacte ambiental; o que frontalmente condenamos é o tratamento preferencial concedido aos que jogam na especulação imobiliária em contraste com o esquecimento e o abandono dos que vivem nos bairros municipais, nas zonas degradadas, nas ilhas, em casas indignas; que se tenham acentuado as assimetrias dentro da própria cidade; é o recurso à publicidade dispêndiosa, como acontece com o metro de superfície, em vez duma informação atempada e rigorosa aos eleitos municipais sobre cada um dos projectos apresentados, para um efectivo debate público; são os assomos de autoritarismo que preocupantemente vão desapontando, e os já cansativos produtos mediáticos de autopromoção em contraste com a falta de diálogo com a população».

Raul Figueiredo encabeça lista em Alpiarça

No decorrer da 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP foi aprovada a proposta de apresentar como cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal do concelho Raul Figueiredo, actual vereador da Câmara Municipal de Setúbal.

Uma nota da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, entretanto divulgada, indica que «a hipótese de encabeçar a referida lista por várias vezes foi colocada em anos anteriores e para a sua não concretização concorreu fundamentalmente o facto de Raul Figueiredo ser então um membro destacado na Comissão de Trabalhadores da Setenave».

«Tendo em conta a opinião do próprio e pese o facto de Raul Figueiredo manter apreciáveis responsabilidades no quadro da organização de Setúbal do PCP, a Comissão Concelhia de Setúbal entendeu não contribuir para a obstrução de tal candidatura e pelo contrário considerou-a como um elemento que só pode encher de satisfação os comunistas setubalenses».

A nota conclui que «pelas provas dadas no concelho de Setúbal, entre os trabalhadores e a população e como militante comunista, Raul de Figueiredo estará uma vez mais à altura de arcar com as responsabilidades que agora lhe foram cometidas».

Recorde-se que o candidato tem 48 anos de idade, é natural de Alpiarça e é engenheiro químico, com mestrado em soldadura. Para além de ser vereador na CM de Setúbal, é ainda assessor da Associação de Municípios daquele distrito.

Carlos Carvalhas em Sintra A CDU é a alternativa

«Sintra é um exemplo da política negativa do PSD, das tradições do PS e da capacidade de a CDU desenvolver uma actividade construtiva e se constituir como alternativa».

Num concelho que é dos maiores e dos mais belos do País, o PSD tem-se entregue a uma actividade de delapidação do património, de especulação e fomento do caos urbanístico. Em Sintra as mais impressionantes belezas naturais coexistem com a degradação e as carências mais elementares. Por isso, a CDU tem justamente proclamado que é necessário salvar Sintra e o seu concelho e que é a CDU que está em condições de o fazer. Não tem hesitado em dialogar e cooperar com os mais diferentes sectores que tenham os mesmos objectivos, sem exclusões nem preconceitos.

A situação só não é mais grave porque a CDU teve uma actividade construtiva e de denúncia ao longo dos anos, que conseguiu muitas realizações concretas e dificultou alguns dos graves atentados que o PSD quis concretizar.

Mas a actividade da CDU em minoria não é suficiente. Apesar de o PSD e o CDS juntos terem 33%, a CDU ter 30% e o PS ter 28%, a verdade é que o Presidente da Câmara é do PSD e esse facto permite controlar aspectos fundamentais das decisões e da vida do município. Acontece ainda que o PS acompanha o PSD na aprovação das mais clamorosas aberrações urbanísticas, ao mesmo tempo que se mostra ineficaz e pouco activo nos pelouros a seu cargo.

É compreensível, em face dos resultados eleitorais, dos riscos para o futuro do concelho e dos prejuízos para as populações, que muitos democratas tenham pensado que seria desejável que o PCP, o PS e outras forças democráticas se entendessem para assegurar uma alternativa à direita em Sintra. Não é por responsabilidade do PCP que uma tal alternativa não se concretizou.

Agora, o momento não é para esperas ou expectativas paralisantes. Na situação criada, a CDU é a alternativa que está em condições de bater a direita e garantir a liderança de uma solução de esquerda para Sintra, aberta a todos os que querem assegurar o futuro do concelho, do seu património e das suas riquezas naturais. Do ponto de vista aritmético, a CDU foi sempre a segunda força política nas eleições autárquicas, com uma votação muito próxima da votação da coligação de direita. Do ponto de vista político, é a força que mostrou ao longo dos anos ter qualidades de trabalho, competência e capacidade para dar outro rumo ao concelho e às suas freguesias.

O candidato a Presidente da Câmara de Sintra, Dr. Lino Paulo, conhece Sintra e o seu concelho palmo a palmo, tem uma experi-

ência e conhecimentos vastíssimos na áreas da administração autárquica e uma abertura e capacidade de diálogo reconhecida por todos os quadrantes. É inequivocamente um candidato para vencer, um candidato para Sintra vencer. A eleição de Lino Paulo não será apenas uma vitória de uma força política, mas sobretudo a vitória dos que querem mudar a vida para melhor e devolver Sintra à sua população e ao País, de todos os que querem a transparência e a honestidade na gestão autárquica, de todos os que querem a isenção e a justiça em todas as deliberações, de todos os que querem tornar a participação das populações uma constante. (...)

A política de avestruz do PSD ou a persistência no serviço ao grande capital.

(...) Às dificuldades, aos atrasos e aos dramas que a Presidência Aberta ajudou a trazer para a opinião pública o PSD respondeu com acusações ao Presidente da República perguntando sobre os seus gastos em viagens ao estrangeiro e o PS por sua vez, respondeu no mesmo plano perguntando pelos gastos ministeriais em viagens e afins. Ninguém dirá que a questão de parcimónia nos gastos públicos não seja um assunto importante. Mas as famílias sem alojamentos, os trabalhadores com salários em atraso, os reformados com reformas de miséria, os jovens à procura do 1º emprego e as mulheres discriminadas nas mais diversas esferas, e os que se queixaram do ensino, da saúde, dos transportes, dos atentados ecológicos, da insegurança, da amplitude da toxicodependência e da maneira como prolifera o tráfico da droga, o que gostariam era de ver o Governo a tomar medidas concretas que dessem resposta aos seus problemas, às carências e às incertezas quanto ao futuro.

Aos duelos verbais de diversão e às acusações mútuas, o que se exigia era a ponderação serena da situação e a tomada de medidas que dessem resposta aos problemas e com prioridade às situações mais angustiantes.

No entanto, o PSD e o seu Governo continuam a afirmar que vivemos no melhor dos mundos.

A Presidência Aberta revelou as maleitas da Área Metropolitana de Lisboa e lá vem o PSD com um Isaltino de serviço dizendo que não, que o que a Televisão oficial foi obrigada a revelar é um exagero. Do Norte ao Sul do país os agricultores protestam

contra a política agrícola do Governo. Mas o Ministério da Agricultura na sua posição de autista afirma com todo o despudor que não há crise na agricultura, que a culpa é dos agricultores que estes não sabem organizar-se, que este ano houve muita produção de batata...

As associações industriais dizem que a «indústria portuguesa está em crise, que há indicadores que apontam para a «desertificação industrial» que entre os factores internos da crise industrial avulta a estratégia para a convergência nominal com a Comunidade Europeia quase unicamente baseada no escudo caro e com elevadas taxas de juro». Mas o Ministério das Finanças diz que não, que continuamos a viver num «oásis».

O Bispo do Algarve chama a atenção para a grave situação social da região e para a fome existente nas zonas da serra e lá vem



o PSD local dizer que não, que não é verdade, que não há fome e nem protesto no Algarve...

Com esta política, com a teimosia em prosseguir nos objectivos da convergência financeira de Maastricht, 1993 vai acrescentar novas bolsas de desemprego e pobreza e, apontar como única saída, para muitos desempregados, o engrassar do exército dos pensionistas...

Os exemplos são já quotidianos. Encerramento de empresas, salários em atraso, planos de despedimento, negociações sobre reformas antecipadas e rescisões «amigáveis» de contratos...

O Governo já não esconde que se pode chegar ao fim do ano com uma taxa de desemprego de 6% e di-lo com a maior das insensibilidades.

Para se avaliar a gravidade da situação tem de se ter em conta

o desemprego encoberto, o emprego precário, os que se encontram inscritos falsamente com profissões liberais, os jovens contados como empregados só porque frequentam um curso de formação profissional e todos aqueles que já desistiram de procurar emprego.

O quadro é ainda mais sombrio quando se sabe que muitos dos futuros desempregados não vão encontrar emprego e vão juntar-se aos que foram obrigados a aceitar reformas antecipadas, agravando cada vez mais a relação contribuinte, pensionista e numa altura em que as dívidas das empresas à Segurança Social já ultrapassam os 257 milhões de contos!

A tudo isto o Governo responde com a promoção da especulação financeira, com o anúncio do aumento dos transportes públicos acima do tecto salarial que impôs aos trabalhadores da Função Pública, com o «aumento» do abono de família de 130\$00 e continuando a adiar a fixação do salário mínimo que beneficiaria mais de um milhão de trabalhadores. (...)

O folhetim das propinas

Os exemplos de prepotência têm os seus seguidores: Cavaco impõe o estilo do «quero, posso e mando» e os seus ministros não lhe ficam atrás.

Não tendo convencido os docentes universitários nem os estudantes da bondade dos seus argumentos, Couto dos Santos tem vindo a ensaiar a via da coacção, da ameaça e da chantagem.

Na sua escalada, Couto dos Santos, numa fuga preparada para a imprensa, fez constar que «quem não pagar propinas não entra na Função Pública». É a ameaça no estilo do 24 de Abril em que os candidatos à Função Pública também tinham que assinar a tal declaração anticomunista e anti-subversiva! É mais uma peça de coacção na estratégia de intransigência absoluta da tutela em relação à questão das propinas.

Segundo Couto dos Santos, as saídas profissionais dos estudantes ficariam condicionadas à regularização das suas contas com o respectivo estabelecimento de ensino. É uma medida à dimensão do PSD e deste Governo.

Para além de ser mais uma barreira ao acesso ao ensino superior, a Lei das propinas permite através da fraude fiscal que os que têm mais rendimentos sejam os beneficiários das reduções e isenções e que mais uma vez sejam os assalariados os duplamente castigados, pelo fisco e pelas propinas.

(...)

IV Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira

«Confiança renovada nas nossas forças»

O vasto salão da Euterpe Alhandrense foi o lugar onde, no passado sábado, se reuniram os 190 delegados da IV Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira e onde, no final, cerca de 400 pessoas assistiram ao comício de encerramento em que tomaram a palavra as camaradas Regina Janeiro, da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, Daniel Branco, Presidente da Câmara Municipal e membro do CC do PCP, e Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do Partido, cuja intervenção tratamos nesta página.

Com um vasto e aprofundado trabalho de preparação anterior, a Assembleia Concelhia funcionou organizada sobre três grandes temas — «Empresas, Movimento Sindical e Acção do Partido», «Poder Local, Desenvolvimento, Movimento Associativo e Participação das Populações» e, por fim, «O Partido e a Acção de Massas». Antes do encerramento dos trabalhos foi eleita a nova Comissão Concelhia. Aprovado foi também um extenso e aprofundado documento que, não constituindo a tradicional resolução política, constitui as «Bases de Orientação e Objectivos para o Trabalho da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira». O documento recebeu o acordo da grande maioria dos delegados, registando apenas duas abstenções, e desenvolve os

temas que estiveram na base do debate. Em resultado desta foram apresentadas 20 propostas de emendas, das quais dezoito foram aceites.

Foi ainda apresentado à Assembleia um outro documento, com o título «Vila Franca de Xira na Mudança do Século», que explana à Organização Concelhia do Partido os objectivos estratégicos do Plano Director Municipal.

A crise e a luta

A organização temática do debate permitiu um amplo conhecimento da realidade económica, social e política do concelho e, simultaneamente, uma rica informação sobre as lutas que aí se desenvolvem contra a política de direita e os seus resultados gravosos, ao mesmo

tempo que traçou as linhas fundamentais da actividade do Partido e as principais tarefas que se colocam aos comunistas de Vila Franca.

Com efeito, os delegados intervieram traçando não só o quadro negro da crise que também se abate sobre o concelho, mas dando conta da intensidade das lutas e da resistência, em resposta às inúmeras ofensivas do Governo e do patronato. Tal ofensiva, de que numerosos exemplos foram dados, visa, como sublinha o documento aprovado, «a concentração e centralização do capital através de uma intervenção administrativa do Governo, para a reconstrução do capitalismo monopolista».

O documento destaca ainda a crescente componente de capital estrangeiro no concelho, ao mesmo tempo que se verifica o encerramento de número significativo de empresas industriais e a consequente redução de milhares de postos de trabalho. «Todo este processo é acompanhado pelo aumento da repressão sobre os trabalhadores».

Acrescentando-se às intervenções levadas à tribuna, o documento adianta exemplos da ofensiva, que nome-

adamente se traduzem no encerramento de 15 empresas industriais no concelho, com a consequente perda de 3110 postos de trabalho. Por outro lado, outros milhares de postos de trabalho desapareceram em consequência de despedimentos, rescisões de contratos, reformas antecipadas e compulsivas em outras empresas.

O documento aponta entretanto o crescimento significativo do emprego no sector terciário. Embora de carácter precário, o aumento deste sector é assinalado com importante, devendo «implicar a realização de encontros concelhios para melhor conhecimento e análise das suas características». É ainda sublinhado o facto de a redução do emprego efectivo na indústria, para além dos efeitos nefastos na economia nacional e local se reflectir também negativamente no plano sindical.

Apesar da evolução política negativa, níveis de elevada consciência de classe e política foram atingidos, concluiu a Assembleia, que destacou nomeadamente o êxito da greve geral de Março de 1988 e as sucessivas lutas em empresas e sectores como a Mague, a Euro-

fil, a Tudor, a Cimpor, a Argibay, a Samexport, a Fiação de lãs, a Função Pública.

A acção do Partido

O reforço da ligação do Partido às massas foi um dos temas que atravessou todo o debate. No que toca à influência do PCP no seio das organizações de trabalhadores, que «sofreu neste período certo enfraquecimento», com perda de células nas empresas encerradas e debilitação das mesmas onde houve redução drástica de efectivos, tal influência mantém-se no entanto, mercê «das raízes profundas e históricas» criadas nas empresas do concelho.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, ainda que de modo resumido, dada a escassez de tempo, o tema viria a ser abordado novamente. «O prestígio e influência política e social que o Partido mantém no concelho», pode ler-se no documento aprovado, «manifestam-se de forma evidente no seio do movimento operário e nas empresas em geral, no Poder Local Democrático, nas diferentes expressões organizadas dos movimen-

tos de massas unitários, na vida política e cultural do município de Vila Franca de Xira».

Organização concelhia com cerca de 4 mil membros inscritos, com mais de um milhar organizados em 22 células de empresa, com centenas de eleitos em ORT's, no Poder Local e em diversas organizações unitárias de massas, a Organização de Vila Franca de Xira do PCP «mantém as bases essenciais que asseguram ao Partido um papel insubstituível na luta pelas aspirações dos trabalhadores e do povo do concelho».

O Poder Local

O Plano Director Municipal e os seus objectivos estratégicos apresentados à apreciação da Organização Concelhia do Partido e, por outro lado, o balanço do trabalho realizado pelos comunistas e pela CDU, além das perspectivas em relação às próximas eleições autárquicas foi objecto de um amplo debate na Assembleia.

— Debate vivo, em que foi sublinhada a gestão participada pelas populações, o papel dos militantes comu-

Álvaro Cunhal no comício

Pensamos que esta política não é irreversível.

Na intervenção final, encerrando o comício que culminou a IV Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, o Presidente do Conselho Nacional do Partido, camarada Álvaro Cunhal, destacou o valor dos trabalhos da Assembleia, felicitando a Organização Concelhia por «uma contribuição séria para a defesa dos trabalhadores e das populações, uma contribuição para a nossa luta em geral por uma alternativa democrática, e uma confirmação da força, da convicção, das raízes profundas que o PCP tem no concelho».

Seguidamente, recordou duas das ideias fulcrais avançadas no recente Congresso do Partido, que mostrou o contraste entre a evolução negativa da situação internacional e, ao mesmo tempo, a ideia complementar de que o capitalismo não pode nem vai resolver os problemas da humanidade.

«Continuam a existir razões suficientes para lutar em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos do mundo», disse. «E o nosso próprio projecto de uma sociedade nova continua a ser inteiramente válido, aprendendo com a vida, com a experiência, modificando o que haja que modificar precisamente pelos ensinamentos da vida».

Abordando a situação nacional, Álvaro Cunhal chamou a atenção para o paralelismo de uma ideia que, também no Congresso, foi adiantada: a de que a situação nacional tem evoluído no sentido negativo, avançando a ofensiva que de há muito o PCP considera contra-revolucionária, em cinco vertentes fundamentais — económica, social, política, cultural, nacional.

«Assim como pensamos que a democracia tem de ser considerada nestas cinco vertentes que a nosso ver são inseparáveis, assim também a ofensiva contra-revolucionária dos governos de direita se desenvolveu, e desenvolve ainda, nestas cinco vertentes».

«Na económica — que podemos considerar de natureza estratégica para as forças reacçãoárias do nosso país depois do 25 de Abril — é a restauração não apenas dos grupos monopolistas mas do domínio da nossa economia, da nossa sociedade, da nossa vida nacional por alguns grupos dominantes de grandes banqueiros, de grandes capitalistas associados ao capital estrangeiro, e também de grandes proprietários dominando grande parte das terras do país, condenando-as aoi abandono e recebendo até dinheiros da CEE para não produzirem».

Álvaro Cunhal sublinhou que tal ofensiva não conseguiu entretanto aquilo que fora declarado — o desenvolvimento da economia para benefício do país. «Ao contrário», disse, «assistimos a uma deterioração e mesmo à destruição do apa-

relho produtivo. Na indústria — e aqui vieram bastantes exemplos de como em vez de modernização há despedimentos, há desarticulação, há divisão das empresas, há enfim a diminuição da capacidade produtiva do nosso país.

«Na agricultura não há escoamento dos produtos, produz-se menos e importa-se da CEE mercadorias concorrentes com os produtos nacionais, condenando a nossa agricultura a um atraso cada vez maior, a uma crise profunda e a uma situação grave para os pequenos e médios agricultores.

«No que respeita às pescas, uma situação semelhante se observa, com o aparelho produtivo a ser desagregado, destruído e a diminuir a capacidade de o país produzir o fundamental daquilo que necessita, aumentando portanto a nossa dependência externa também nessa área».

E mais adiante:

«Quando se falou na reconstrução dos grupos monopolistas e na formação de novos grupos, o nosso Partido adiantou a partir de certa altura que não se tratava apenas de reconstrução, mas de restauração daqueles mesmos grupos que tinham sido formados e dominado o nosso país e explorado o nosso povo através da repressão da própria ditadura fascista. Eram os Mellos, eram os Champalimauds, eram os Espírito Santos e outros. Quando o PCP começou a falar da restauração do poder desses grupos havia quem dissesse que estávamos a «sonhar com ladrões. Mas hoje já vemos que não são apenas os comunistas a afirmá-lo».

E Álvaro Cunhal citou o «Financial Times», que recentemente nomeou esses mesmos grupos que actualmente vêm tomando conta da economia portuguesa.

«É a restauração efectiva deste poder económico do grande capital que é a linha estratégica fundamental de todo o processo da política de direita depois da Revolução de Abril.

«E é ligado a isto que temos que ver o carácter inseparável das outras vertentes da democracia. Aqui falou-se, e bem, da questão social, dos novos problemas e das novas formas de exploração dos trabalhadores, a par das velhas formas de exploração. Mas trabalhadores que viveram no tempo do fascismo, e que foram lutadores contra a exploração no tempo do fascismo, podem ver que hoje se procura em alguns aspectos ir mais longe no esquema de exploração do que conseguiram no tempo do fascismo. Todos se lembram aqui no concelho de Vila Franca que, apesar de tudo, havia comissões de unidade. O fascismo não conseguiu liquidá-las. E nós vemos agora que em grande parte do país não admitem comissões de trabalhadores, não admitem actividade sindical nas empresas, despedem os trabalhadores

que ousam lutar em defesa dos interesses dos seus companheiros, proíbem praticamente, em algumas empresas, que haja organização sindical, reconhecida na Constituição, reconhecida nas leis. Ou seja, segundo aquilo que é uma tese fundamental do nosso Partido, a restauração do capitalismo monopolista, a concentração e a centralização de capitais que se está a verificar, a criação desse grande pólo de riqueza que novamente se está a criar no nosso país se faz à custa da exploração dos trabalhadores, à custa da liquidação dos direitos sociais, à custa da política de destruição do Serviço Nacional de Saúde, à custa de não se assegurar — como havia recursos para assegurar — pensões e reformas que garantissem às pessoas idosas uma vida digna».

Em relação à terceira vertente, a política, Álvaro Cunhal salientou:

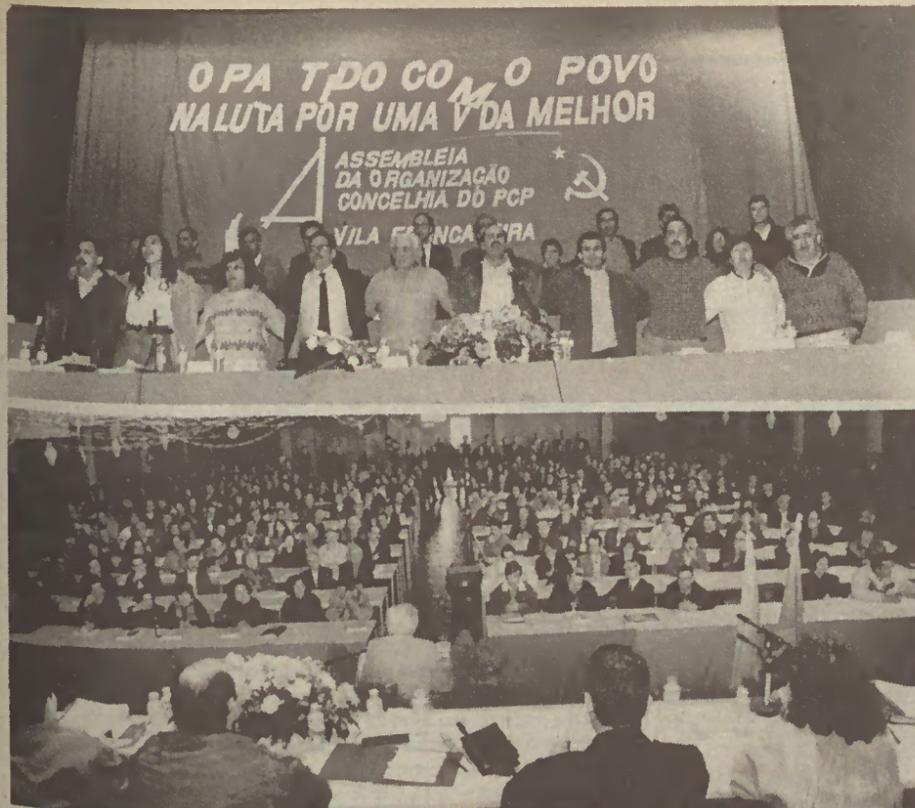
«Estamos a assistir também a uma preversão profunda do regime político. Assistimos à governamentalização dos órgãos de poder — este Governo contesta as competências dos outros órgãos de soberania; transforma a Assembleia da República num instrumento dócil da política governativa; contesta a intervenção do Presidente da República; procura tirar a independência aos tribunais. E em relação ao Poder Local, procura abafá-lo e, se pudesse, tutelá-lo, inviabilizar a solução dos problemas das populações».

«Vemos também que este poder se caracteriza pela tentativa de liquidar, de eliminar todos os mecanismos de fiscalização da acção governativa. Na Assembleia, eles são os pupillos do Senhor Reitor, obedecem ao Governo. A Assembleia, onde têm a maioria, já não tem o poder de fiscalização próprio de uma Assembleia da República.»

Álvaro Cunhal deu numerosos exemplos da sobreposição do Governo em relação aos outros órgãos de soberania, furtando-se à fiscalização democrática.

«No plano cultural», disse mais adiante, «estamos a regressar à difusão de conceitos obscurantistas, estamos novamente a suscitar a superstição das formas mais rudimentares, estão, através dos grandes órgãos de Comunicação Social, a propagar formas de superstição, do mais rudimentar e primitivo que se pode imaginar».

Finalmente, no que respeita à vertente nacional, o Presidente do Conselho Nacional do PCP referiu-se à capitulação nacional, à submissão a interesses estrangeiros, à entrega de grande parte da economia nacional a empresas estrangeiras, ao domínio de grande parte da economia a interesses que não os interesses nacionais. Salientou que na própria Assembleia Concelhia e nos documentos aprovados se registaram nume-



nistas na divulgação do trabalho realizado pela CDU, o elogio deste trabalho, a par com algumas lacunas encontradas. O camarada Carlos Arrojado, concluindo o ponto, afirmaria a grande confiança com que se parte para a batalha eleitoral, confiança assente na tranquilidade com que os comunistas vão dialogar e apresentar obra feita.

Embora não tivesse sido apresentado à votação, o documento versando os objectivos estratégicos do Plano Director Municipal não deixou de marcar, pela seriedade e profundidade que assume, a Assembleia de Vila Franca de Xira do PCP. Qualificar o papel do concelho na Área Metropoli-

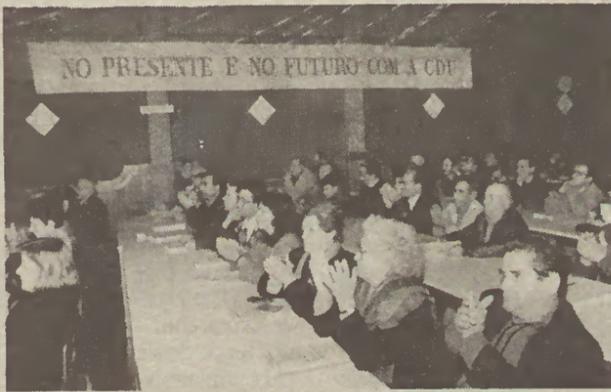
tana de Lisboa, impulsionando novas acessibilidades; diversificar e modernizar a estrutura produtiva do concelho; preservar e valorizar o ambiente natural e paisagístico, requalificar o meio e as funções urbanas, tais são os objectivos estratégicos do Plano, de características únicas no distrito.

No seu discurso no início de encerramento, o camarada Daniel Branco, Presidente da Câmara, membro do Comité Central, que acabava de ser reeleito para a Comissão Concelhia do PCP, teceu algumas considerações sobre o trabalho realizado pela Assembleia, que, segundo as suas palavras, discutira e tomara «decisões para tornar melhor

a vida às mais de 105 mil pessoas — crianças, homens, mulheres e idosos que residem em Vila Franca de Xira. Debatermos e tomámos decisões sobre o modo de melhorarmos a nossa intervenção política, social, cultural, em prol da população do concelho e do país».

Falando sobre as «dificuldades reais existentes» que não apagam o balanço positivo da actividade desenvolvida», Daniel Branco afirmou:

«Com uma situação social marcada pela perda de postos de trabalho e de degradação do emprego, em que ser comunista e membro de organizações representativas dos trabalhadores é tomar-se alvo de medidas intimidató-



rias e repressivas, estivemos sempre na frente da luta, com todos os restantes trabalhadores, pela defesa dos postos de trabalho e dos seus direitos.

«Porque continuámos na luta, com coragem e com confiança, reforçámos o prestígio e a confiança dos trabalhadores no Partido».

Sobre o trabalho dos jovens comunistas, falou a camarada Regina Janeiro, da DN da JCP, também reeleita para a Comissão Concelhia do Partido.

«Numa altura», disse, «em que é anunciada a morte do ideal comunista, o vigor, o empenho e o reforço da JCP a nível nacional e, em particular, no nosso concelho, vem pelo contrário provar que o comunismo continua vivo no espírito de largas franjas da juventude de Vila Franca de Xira».

Regina Janeiro sublinhou a firmeza demonstrada nos ideais dos jovens comunistas. A «justeza das nossas análises e propostas fizeram com que a JCP, neste curto

espaço de tempo, tenha granjeado a admiração e o respeito de muitos jovens». Falando seguidamente da preparação do seu próximo Congresso e das iniciativas a nível local, nomeadamente a participação, ao lado do Partido, na batalha das eleições autárquicas, a jovem comunista acentuou:

«A continuação e, se possível, o reforço do nosso trabalho são o caminho a seguir, pois só assim daremos resposta às responsabilidades que temos vindo a assumir perante os jovens».

No final dos trabalhos e antes do comício, o camarada Alexandre Teixeira, da DORL e do Comité Central, responsável por Vila Franca de Xira, que salientou os aspectos essenciais do trabalho realizado pela Assembleia da Organização Concelhia, concluiu:

«Vamos sair da IV Assembleia com confiança renovada nas nossas forças, na capacidade de enfrentar e vencer muitas das debilidades que nos afectam, com orientações mais afinadas para o nosso trabalho político, melhor apetrechados para travar a batalha política das eleições autárquicas de Dezembro de 1993. Saímos também com muitos elementos de reflexão sobre áreas onde é necessário aprofundar conhecimentos e tirar conclusões para a nossa actividade».

É preciso lutar contra ela

rosos casos de empresas que já hoje se encontram sob acen- tuado domínio estrangeiro. Mas, como disse, trata-se de uma questão mais geral, em todo o país:

«Não só os grandes grupos económicos se associam em forma subalterna ao capital estrangeiro, como o capital estrangeiro consegue assegurar-se do poder absoluto de algumas das alavancas fundamentais da nossa economia».

E o dirigente comunista sublinhou que a par desta capitulação nacional do Governo, se for por diante o Tratado de Maastricht, os portugueses sofrerão ainda mais graves consequências. Porque tal representa a submissão da soberania portuguesa em áreas fundamentais das políticas económica, monetária, de crédito, orçamental. Tais políticas, como também as de segurança e de defesa, não mais serão decididas por Portugal, mas serão decididas em Bruxelas, por instâncias supranacionais.

Mais adiante, entretanto, o dirigente comunista recusou que uma visão, «pessimista», impeça a luta por uma alternativa:

«Pensamos que esta política não é irreversível», sublinhou. «É preciso lutar contra ela. E há factores favoráveis para o desenvolvimento dessa luta. Um deles é que esta política que tem como estratégia entregar tudo aos grandes capitalistas e certamente também a sectores que vivem à sombra da especulação, leva ao afastamento da maioria esmagadora da nação portuguesa. Fere os interesses não apenas dos trabalhadores em geral, mas está a ferir os interesses dos agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, fere os interesses de camadas que hoje mesmo vemos lutarem contra a política do Governo, e que faziam parte da base eleitoral de apoio deste Governo».

«O que vemos é não apenas um grande descontentamento, mas a manifestação desse descontentamento em termos concretos de autêntica reivindicação».

Recordando as teses do Congresso e a justeza das conclusões da Assembleia de Vila Franca, Álvaro Cunhal sublinhou que o Partido e as suas organizações têm um trabalho a realizar directamente na mobilização de massas: «Mas além da intervenção directa das organizações do Partido, o nosso Congresso também valorizou a intervenção das grandes organizações unitárias», disse. E a esse respeito falou do movimento sindical e outros movimentos unitários:

«Estamos à beira de um grande Congresso da CGTP. A CGTP é uma grande realização dos trabalhadores portugueses. Actualmente talvez não haja no mundo uma outra central sindical com o valor que tem a CGTP/Intersindical

Nacional. A esse respeito tem havido grande especulação sobre as posições do Partido Comunista. Creio que devemos aqui confirmar que o Partido Comunista continua a defender o projecto da CGTP como grande central de classe, unitária, autónoma, independente, que resolve os seus problemas com autonomia, independência, não sendo corria de transmissão de nenhum partido político. É uma posição que assumimos em relação a esta grande central sindical. Mas não certamente, como muitas vezes alguns têm dito, com a diminuição da influência dos comunistas. Os comunistas têm, desde a sua fundação, contribuído sempre para que se mantenham na CGTP as suas características de classe, defendendo os interesses dos trabalhadores com firmeza e convicção e não com espírito de colaboração de classe e concessão aos interesses do capital.

Em relação às próximas eleições autárquicas também o Presidente do Conselho Nacional se pronunciou, abordando a questão da Coligação «Por Lisboa», adiantando que estão em curso conversações no sentido de se confirmar a Coligação, que «tem sido uma boa experiência, que pode ter grande interesse na situação actual e interesse particular por se tratar da capital do país, onde há uma gestão municipal comunista, socialista, com outros democratas, que também, na situação da Europa, é caso único».

Finalmente, referindo-se ao Partido e ao seu reforço, Álvaro Cunhal salientou que o PCP não é apenas um partido de oposição. «Somos também um partido de intervenção para resolver problemas. Não nos limitamos a dizer isto é errado; apresentamos propostas de resolução dos problemas. E no Programa do nosso Partido apresentamos desenvolvimentos, em relação a todos os aspectos da política nacional, quais as soluções que a nosso ver são capazes de resolver os problemas. E na nossa política autárquica, onde comunistas e outros democratas, dispõem do poder — Poder Local, mas poder efectivo — demonstram capacidade de realização e de resposta aos problemas que eleitos de outros partidos mostram não ter».

«Daí também podermos dizer que, assim como nas autárquias os eleitos comunistas e outros democratas que com eles lutam são capazes de resolver os problemas, também os comunistas têm capacidade suficiente, amanhã num governo, para resolverem os problemas nacionais».

E, lembrando o papel do PCP tanto na Assembleia da República como no Parlamento Europeu, onde muitas propostas dos comunistas são recusadas para mais tarde serem recuperadas parcialmente, como se fossem da iniciativa do

Governo, o dirigente do PCP abordou o «caso ilustrativo do Alqueva»:

«Desde sempre lutámos pelo Alqueva — é uma necessidade, vai transformar a vida numa vasta região, é um empreendimento que deve ser tomado a tempo. Mas não. E em períodos eleitorais lá aparecia Cavaco Silva a prometer o Alqueva. Passavam as eleições e passava o Alqueva. Agora, mais uma vez, Cavaco Silva fala do Alqueva. Nós achamos que é uma derrota do Governo ter que vir reconhecer a necessidade do Alqueva. Mas é preciso estar atento. Alqueva, como? Para utilizar por quem? Com que prazos? Com que créditos? Com que superfície? Tem de ser visto numa base da reestruturação da agricultura de regadio. Porque são 150 mil a 200 mil hectares de regadio, uma transformação completa da agricultura numa vasta região».

Abordando ainda aspectos do reforço do Partido, e salientando as conclusões da Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira, Álvaro Cunhal concluiu:

«Isto sente-se hoje, nesta Assembleia como em toda a vida partidária actual: se olharmos a nossa luta com esta confiança, é porque partimos da ideia de que queremos um Partido com a sua identidade como Partido Comunista. Ou seja, que um partido tem essas condições na medida em que não se deixou, nem está disposto a deixar, arrastar para uma modificação das suas características essenciais. Um Partido que conserva a sua natureza de classe, ainda que defendendo a maioria esmagadora da população portuguesa e dos seus interesses fundamentais, mas como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Um Partido que continua a considerar que o seu objectivo da construção de uma sociedade nova é um objectivo válido. Um Partido que continua a pensar que é necessária uma teoria revolucionária, aprendendo, renovando, dando novas respostas a novos fenómenos, fazendo novas análises onde as análises anteriores se revelaram insuficientes ou defeituosas, mas um Partido que necessita ser orientado por princípios que lhe facilitem a correcção das análises e a resposta aos acontecimentos. Um Partido que não perde a sua natureza, solidário com os outros povos, que se afirma patriota mas internacionalista. Um Partido de convicções, que se mantém, neste mar agitado do mundo, um Partido de comunistas, tranquilos, serenos mas confiantes no seu ideal, na sua capacidade de intervenção, e confiantes de que com os trabalhadores e com o seu próprio povo poderão fazer regressar um processo de defesa dos interesses nacionais, dos interesses populares, e conseguir êxitos e transformações na sua própria sociedade».

PCP

III Assembleia da OREV

CDU vai concorrer a todos os órgãos autárquicos

Realizou-se no passado sábado a III Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP, na qual participaram cerca de duas centenas de delegados e centena e meia de convidados. Participaram também os camaradas Luís Sá e José Soeiro, da Comissão Política do CC. A Assembleia, convocada com os objectivos de discutir as próximas eleições autárquicas, as medidas para reforçar a organização, e da eleição da nova Direcção, aprovou por unanimidade a resolução política, na qual se destaca a importante obra da CDU no distrito e, nesse sentido, o património que essa obra representa para os comunistas que, com os seus aliados na CDU concorrerão a todos os órgãos autárquicos do distrito.

A CDU propõe-se como objectivo confirmar as maiorias municipais que já dispõe tanto nas Câmaras como nas Assembleias, bem como as 61 maiorias que tem nas 86 freguesias. Propõe-se ainda obter novas maiorias, como diversas intervenções na Assembleia asseguraram ser possível. Foi também aponta-

da a necessidade de se avançar rapidamente na elaboração das listas a apresentar.

As intervenções dos delegados trouxeram uma informação objectiva do trabalho eleitoral já desenvolvido, assim como os objectivos políticos a atingir, informando entretanto que foram já constituídas coordenadoras CDU em vários lugares.

A III Assembleia aprovou ainda medidas tendentes a melhorar o trabalho de direcção e a reforçar a organização partidária em todo o distrito e em áreas concretas de trabalho.

Ao longo do dia mais de trinta intervenções se registaram, provenientes das diversas organizações e sectores de actividade do Partido. Os trabalhos decorreram de uma forma viva e terminaram com a animada participação da juventude. De destacar ainda as saudações recebidas pela Assembleia, enviadas pela DORBeja e pela DORS, e a presença, como convidados, de muitos independentes e amigos do Partido, que assistiram ao encerramento dos trabalhos.

Foi eleita uma nova Direc-

ção da Organização Regional de Évora, com 35 camaradas, um terço dos quais eleitos pela primeira vez. A eleição registou um voto contra e três abstenções. Seguidamente, na sua primeira reunião, a DOREV elegeu os seus organismos executivos - Executivo e Secretariado.

No final dos trabalhos interveio o camarada Luís Sá, sobre a actualidade política e a importância da Assembleia.

Moção sobre o Alqueva

Uma moção de orientação política sobre o Alqueva foi aprovada pela Assembleia da DOREV, que salientou a necessidade da obra e a luta do PCP ao longo do tempo para que esta se venha a concretizar. Diz a moção:

«A decisão agora anunciada de se construir Alqueva, como grande projecto de interesse nacional, é uma importante vitória para o povo alentejano, o Alentejo e o País e para todos aqueles que, como o PCP, autarquias, diversas entidades e especialistas, sempre se bateram

pelo Empreendimento.

«Neste momento em que, finalmente, foi adoptada a decisão de Alqueva ser construído, o PCP não pode deixar de lembrar a oposição daqueles que sempre o quiseram impedir e os bloqueios, hesitações e adiamentos da responsabilidade de sucessivos governos, desde o PS ao PSD.

«A 3.ª Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP lembra que, Alqueva só é possível devido à determinação e à luta de todo o povo alentejano e do amplo movimento que se formou em sua defesa.

«Se Alqueva já tivesse sido construído, sem os boicotes verificados ao longo dos anos, hoje, seguramente as consequências da seca e a ausência de uma política de desenvolvimento poderiam estar ultrapassadas.

«O PSD e os seus Governos são responsáveis por uma política de bloqueio ao desenvolvimento e de reconstrução da propriedade latifundiária que tem levado o Alentejo à desertificação e ao despovoamento.»

Desenvolvimento regional e o quadro comunitário de apoio

Intervindo na discussão pública do próximo Quadro Comunitário de Apoio à cujas propostas devem ser aprovadas no próximo mês, a DORP do PCP levou a efeito um Debate em que participaram, nomeadamente, técnicos e eleitos autárquicos.

Ilda Figueiredo abriu o debate e fez a apresentação do documento trazido à discussão, como resultado de um laborioso trabalho preparatório individual e colectivo. É um documento em que se faz a caracterização da situação económica e social do distrito do Porto, no contexto nacional e comunitário, e expõe e defende uma estratégia de desenvolvimento regional para a qual avança propostas de medidas concretas.

Essas propostas são sistematizadas em quatro itens infra-estruturas, equipamentos e políticas sociais, actividades económicas e questões institucionais.

No que respeita à situação do distrito o documento destaca-se: «A análise dos vários indicadores socioeconómicos relativos ao Norte em geral, e ao distrito do Porto em particular, demonstram que se mantêm grandes carências em infra-estruturas de comunicações e transportes, de saneamento básico, de habitação social, de equipamentos colectivos sociais e culturais, presistem os desajustamentos estruturais nos sectores produtivos com consequências também nos salários e nas condições de trabalho, continuam as insuficiências graves em níveis de instrução e qualificação da população activa, designadamente da jovem, devido às elevadas taxas abandono do sistema educativo, as maiores do País». (...).

«Assim, não só todo o Norte se ressentido do agravamento das assimetrias regionais, com a progressiva desertificação das zonas rurais do interior, onde a crise na agricultura é cada vez maior, como a Área Metropolitana do Porto sofre maiores pressões demográficas, sente acrescidos problemas urbanísticos e ambientais, carências de infra-estruturas de acessibilidades e transportes, de habitação social e equipamentos colectivos, a exigir uma intervenção de emergência.

«Por outro lado, são conhecidos os problemas da zona industrial do Vale do Ave onde o Governo preferiu ignorar a crise da têxtil e adiar a implementação de um efectivo programa de reestruturação e modernização de todo o sector das indústrias têxteis e de vestuário, tal como na zona do Vale do Sousa onde, além da têxtil e vestuário e da metalurgia, se anunciam já os problemas do calçado e da madeira e mobiliário, sem que se vislumbrem sensíveis diversificações sectoriais». (...)

«A estas inadmissíveis desigualdades de tratamento é necessário acrescentar as conhecidas disparidades em financiamento público, via Orçamento do Estado, de que o Norte sistematicamente tem sido vítima. Por exemplo, o PIDDAC para o distrito do Porto em 1933 é apenas 40% do distrito de Lisboa e inferior aos distritos de Setúbal e de Faro.

«Ora, toda esta situação assume particular importância num

momento em que está em preparação o 2.º Quadro Comunitário de Apoio, o qual vai determinar a base fundamental do investimento público, praticamente até ao fim da década, visando a preparação da região para enfrentar as consequências negativas da aplicação do Tratado de Maastricht, e, designadamente, da 3.ª fase da União Económica e Monetária. mas, se até agora, com base nos critérios actuais, se mantiveram e, nalguns aspectos, até se agravaram as assimetrias regionais, não se pode continuar a insistir no mesmo modelo, sob pena de se criar uma situação económica-social insustentável.

«Tendo em conta os aspectos referidos, impõe-se, pois, uma profunda alteração não apenas dos critérios de selecção dos programas para aplicação dos fundos comunitários, a nível nacional, regional e sectorial, mas também da formulação da decisão, da gestão e acompanhamento desses programas, processos que devem ser descentralizados e devidamente participadas, o que, enquanto a regionalização continuar bloqueada pelo PSD, dificilmente será concretizado.» (...)

A discussão a que se procedeu, com a participação activa e empenhada de um grande número dos presentes, permitirá certamente aperfeiçoar ainda a contribuição pública que o documento em causa pretende dar para a elaboração de propostas consistentes com os interesses da Região e das suas populações.

Verderena II Assembleia do PCP

É já no próximo sábado que se realiza a II Assembleia da Organização de Freguesia de Verderena do PCP, cujos objectivos fundamentais são o reforço da organização do Partido e definir o trabalho a realizar para garantir a vitória nas próximas eleições autárquicas. Freguesia de grande densidade populacional do concelho do Barreiro, Verderena tem registado nos últimos anos uma significativa mobilidade na sua população, verificando-se actualmente a presença de 200 novos eleitores. A Organização do Partido, por seu lado, entre a última Assembleia, realizada em 1987, e hoje, assinala praticamente o mesmo número de membros do Partido, o que explica, segundo os camaradas, que os comunistas tenham conseguido, apesar das dificuldades, manter o regular funcionamento, reunindo mensalmente o plenário, cumprir metas e realizar tarefas.

Debater os problemas autárquicos e melhorar o trabalho organizativo têm sido as preocupações fundamentais do trabalho preparatório da Assembleia a realizar no sábado.

Faleceu Rogério Paulo



Faleceu, no passado dia 25 de Fevereiro, vítima de doença grave, o actor e encenador Rogério Paulo. Nascido em Silva Porto, em Angola, em 17 de Outubro de 1927, Rogério Gomes Lopes Ferreira, frequentou o 3º ano de Medicina e tirou o curso superior da Universidade de Teatro das Nações, em Paris.

Casado com Teresa Paulo, era actualmente primeiro actor e encenador no Teatro Nacional de D. Maria II. Destacado militante do PCP, foi activista sindical e protagonista de actividades de natureza internacionalista.

O seu corpo esteve em câmara ardente, na passada sexta-feira, no palco do Teatro Nacional D. Maria II, e o funeral realizou-se às três horas da tarde do dia seguinte para o cemitério da Ajuda, com a urna coberta com uma bandeira do PCP. No funeral em que estiveram algumas centenas de pessoas, o PCP fez-se representar por uma delegação constituída por Carlos Carvalhas, Carlos Brito, Carlos Aboim e António Abreu.

No cemitério proferiram algumas palavras sobre o falecido, Luís Francisco Rebelo pela Sociedade Portuguesa de Autores, Morais e Castro pelo Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, e António Abreu pelo PCP.

Por proposta do Grupo CDU, a Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa aprovou por unanimidade um voto de pesar, pelo falecimento de Rogério Paulo, que manifestava «sentidas condolências e gratidão ao artista querido da população de Lisboa e participante activo e positivo na vida cultural, política e social».

O Secretariado do CC do PCP enviou um telegrama à viúva e família do actor onde se lia: «foi com muito pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Rogério Paulo, figura maior do teatro português, com acção destacada na luta pela dignificação da profissão, exemplo de coerência cívica e política, de grande coragem no assumir das suas opções políticas e ideológicas. Compartilhando a vossa dor e tristeza, expressamos sentidas condolências do Partido Comunista Português».

Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, enviou um telegrama telefonado à viúva Teresa Paulo, que referia: «acompanho-vos nestas horas de dor prestando homenagem ao camarada e amigo pelo artista e convicto companheiro de luta que sempre foi».

Para se dedicar ao teatro, abandonou o curso de Medicina, começando como actor amador no Teatro Estúdio do Salitre, em 1948, na peça «O Rei Veado», de Carlo Gozzi, e como profissional na Companhia de Alves da Cunha, em 1950, com «O Dr. Juiz», de Roger Ferdinand.

A partir daí, trabalhou em praticamente todos os teatros portugueses, merecendo relevo no seu trabalho de actor as representações em «Alguém Terá de Morrer», de Luiz Francisco Rebelo, em 1957, «Humilhados e Ofendidos», de Dostoievski/A. Charpak, em 1962, «Tango», de Mrozek, em 1968, «Morte de Um Caixeiro Viajante», de A. Miller, em 1974, ou mais recentemente em «Desejos sobre os Ulmeiros», de A. O'Neil, em 1990. As suas últimas representações foram em «A Arte da Comédia», de E. Filippou, no ano passado, sob a direcção de Mário Viegas.

A sua actividade de encenador iniciou-se, como amador, no Grupo Guilherme Cossoul, em 1950, e como profissional, em 1960, no Nederlands Kamertonnel de Antuérpia, na Bélgica, com «O Gebo e a Sombra», de Raul Brandão. São de destacar, desde então, encenações como «O Tinteiro», de Muñiz, em 1962, «As Raposas», de Lilliane Hellman, em 1967, «A Traição do Padre Martinho», de Bernardo Santareno, em 1974, «Português, Escritor, 45 Anos de Idade», de Bernardo Santareno, em 1981.

Rogério Paulo fundou e dirigiu o Teatro Moderno de Lisboa, em 1962. Ao longo da sua carreira, recebeu o Prémio da Crítica para o Melhor Actor, em 1968, o Óscar da Imprensa, em 1962, o Prémio Nacional do Teatro, em 1968, tendo uma encenação sua para a RTP («João Palmier») ficado em segundo lugar no Festival de Praga, em 1975. Em 1990 recebeu da SEC a Medalha de Mérito Cultural e Artístico pelos seus 45 anos de teatro.

Trabalhou ainda como actor e encenado em França, Cuba, Suíça, Bélgica e Brasil.

Para além da sua actividade no Teatro, trabalhou na Televisão, Rádio e Cinema. Participou na organização e direcção dos 1º e 2º Festivais Internacionais de Teatro, em Lisboa, em 1964-65, e foi delegado do Centro Português - a que presidia - do Instituto Internacional de Teatro aos Congressos da Polónia, em 1963, e Bulgária, em 1979.

Rogério Paulo fazia este ano 40 anos como militante do PCP. Com intensa actividade militante, desdobrada em diversas frentes, foi deputado à Assembleia Constituinte, em 1975-76 e participou em todas as campanhas eleitorais apoiadas pelo PCP, festas do «Avante!» e múltiplas iniciativas políticas e culturais promovidas pelo PCP. Fazia parte do secretariado da Célula do Teatro.

Em 3 de Janeiro de 1960, participou no apoio à fuga de Peniche de um grupo de destacados dirigentes do PCP, de que faziam parte, entre outros, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra e Carlos Costa. Ainda antes do 25 de Abril, militou no MUD-Juvenil, foi candidato da Oposição Democrática, em 1956, e integrou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Foi preso pela PIDE-DGS, em 1963, e impedido de actuar na RTP durante 12 anos e ex-Emissora Nacional durante 18.

Teve participação activa na organização sindical dos profissionais de teatro e logo no início da sua carreira teve papel activo na luta pelo acesso à profissão dos actores sem curso universitário. No dia a seguir ao 25 de Abril, fazia parte da primeira Comissão Directiva do então Sindicato Nacional Artistas Teatrais, posteriormente designado por Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos. Nas primeiras eleições neste sindicato, foi eleito presidente da Assembleia Geral, cargo que manteve até 1987.

Foi ainda, por eleição dos actores, membro da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Consultiva do Teatro Nacional D. Maria II e esteve como representante sindical num dos Congressos da Federação Internacional dos Trabalhadores do Audiovisual. Integrou também a Comissão Administrativa do INATEL entre 1974-76.

Participou na actividade de diversas associações de amizade, e era desde há anos, presidente da Assembleia Geral da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

Depois da revolução cubana, Rogério Paulo esteve neste país diversas vezes em actividades profissionais e de solidariedade internacionalista. Ai encenou e interpretou peças para a TV, incluindo o «Othelo», de Shakespeare, e fez parte do júri do Prémio Casa das Américas, entre 1972 e 1975. É autor de vários livros nomeadamente «Introdução ao Teatro Cubano», publicado pela Seara Nova em 1971, «Uma Actor em Viagem», publicado pela Seara Nova em 1972 e 1975 e «E as Portas Foram Abertas aos Bandidos», publicado pela Forum, em 1981.

Deixou ainda colaboração sobre teatro dispersa na Seara Nova, Vértice, Bandarra, Diário Popular, Jornal de Letras e Artes e na Conjunto, publicada em Havana. Traduziu, prefaciou e fez a resenha de teatro português na «História do Teatro Europeu», publicada pela Prelo Editora, em 1960.

PCP

IV Assembleia da ORSA

António Orcinha fala ao «Avante!»
sobre perspectivas e tarefas

A IV Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP vai ter lugar no próximo dia 13 do corrente, em Alpiarça. O camarada António Orcinha, membro do Conselho Nacional do Comité Central, responsável pela DORSA, falou ao «Avante!» sobre o trabalho preparatório da Assembleia, que se vai realizar num quadro que tem em conta as batalhas políticas que se vão travar, as eleições autárquicas que se aproximam, a necessidade de definir e apontar as grandes tarefas que se colocam à organização do Partido, aos seus quadros e militantes.

Decidida num plenário de quadros realizado recentemente no distrito, a Assembleia tem vindo a ser preparada num conjunto de reuniões. Entre estas, a VI Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça, que teve lugar no passado dia 20 de Fevereiro, deu um bom contributo a essa preparação. Estão ainda previstas várias outras reuniões e plenários para debate e eleição de delegados. Ao mesmo tempo, os membros da Direcção Regional e os quadros de um modo geral têm tido uma participação activa nos trabalhos preparatórios.

Quanto aos objectivos centrais da Assembleia, António Orcinha explicou: «No fundo trata-se de debater as grandes tarefas que se colocam ao Partido e o reforço deste. Entre essas tarefas surgem as eleições autárquicas de 1993. Quanto ao reforço do Partido, procuraremos criar uma estrutura orgânica que venha a ser operacional, flexível, simplificada, mas com grande preocupação de assegurar a direcção global das organi-

zações, a dinamização da sua actividade e das respectivas frentes de trabalho.»

Um distrito com responsabilidades

E quanto a perspectivas para as autárquicas?

«Somos um distrito com grandes responsabilidades no Poder Local», começou por sublinhar o camarada Orcinha. «Temos a Presidência da CDU em seis Câmaras Municipais e em 34 freguesias do distrito, vereadores em minoria em mais oito Câmaras.»

«Quanto às perspectivas», retomou, «pensamos confirmar as maiorias onde temos a presidência. Encaremos isso com certa tranquilidade, tendo em conta o trabalho desenvolvido, o papel da nossa gestão, a competência dos nossos eleitos. São os casos de Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche e Golegã. É evidente que em qualquer uma destas autarquias, nomeadamente na

Golegã, se faz sentir a convergência de esforços entre a direita e o Partido Socialista no sentido de afastar a CDU...»

«E depois há também a luta pela presidência de novos municípios, em termos gerais. Demos particular atenção a Abrantes e a Almeirim. Nos outros seis concelhos também damos uma atenção particular ao reforço das posições da CDU, nomeadamente à recuperação (em Alcanena e Vila Nova da Barquinha) de lugares na vereação entretanto perdidos.»

Perguntámos sobre o balanço que tem sido feito à actividade do Partido. O

foram colocadas. Isto não pode esconder insatisfações e dificuldades. Mas há a vontade, sente-se essa vontade nos comunistas, de ultrapassar as dificuldades e prosseguir a luta.»

António Orcinha abordou seguidamente algumas das medidas que serão apresentadas à Assembleia no sentido do reforço do Partido:

«Para além da Direcção Regional, a que se procurará atribuir grande papel e importância, como órgão não apenas deliberativo mas sobretudo de direcção política efectiva, há um papel importante que se se pensa atribuir aos organismos executivos que a

Agricultura, Comissão de Autarquias, Comissão da Juventude.

Reforçar o Partido

«Uma das preocupações», destacou, «é a de estreitar a ligação das organizações aos membros do Partido, e vice-versa. Em relação às Comissões concelhias e de freguesia, os objectivos a estabelecer são de modo a que estes organismos possam responder às tarefas, proceder à ligação aos militantes e dirigir politicamente a actividade do Partido. No fundo, procurar assegurar a capacidade de direcção política a estes organismos.»

O camarada referiu-se depois aos esforços do recrutamento em geral, e orientado particularmente para a juventude e para os operários, de forma a contrariar o natural envelhecimento da organização.

Por fim, António Orcinha abordou alguns dos problemas gerais do distrito, que serão debatidas na Assembleia da Organização Regional:

«Um dos objectivos é a actualização da caracterização que fazemos do distrito, onde se assiste a uma crise generalizada. A situação actual não pode ser observada como mais um momento difícil que o distrito tem atravessado na situação social; nem pode ser vista como uma crise cíclica que tem atingido tal ou tal sector.



«O que está em causa é a distribuição de todo o aparelho produtivo. Assiste-se a uma falência completa de alguns sectores e a crise é geral — na agricultura, na indústria, nos transportes, na construção civil e madeiras, em todo o sector agro-alimentar. Esta situação arrasta consigo a crise no pequeno comércio, nos serviços, nos serviços de apoio à indústria e à agricultura.»

«Paralelamente, assiste-se a uma mudança radical de todas as áreas sociais, com o desmantelamento, as privatizações, os brutais aumentos dos custos, as dificuldades do acesso às várias áreas vitais — saúde, segurança social, apoio à infância, ensino, habitação, etc. É com grande preocupação que se encara o presente e o futuro da região. Este levantamento da situação social e a concentração de dados com vista à Assembleia mostra-nos um panorama impressionante. O tal apregoado sucesso é o sucesso da liquidação».

É neste quadro difícil no distrito, que os comunistas se vão reunir no próximo dia 13, em Alpiarça. Para debater a situação, caracterizá-la, apontar respostas, definir tarefas. O Secretário-Geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, participará na IV Assembleia da Organização Regional de Santarém.

Em 14 do corrente — no dia seguinte à realização da IV Assembleia da ORSA — vai realizar-se em Alpiarça um convívio com os vendedores, leitores do «Avante!» e membros do Partido em geral. O convívio, promovido pela Comissão do «Avante!» de Alpiarça, vai assinalar o aniversário do PCP e do nosso jornal e terá lugar no Centro de Trabalho.

Para esta iniciativa foi convidado o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central de Director do «Avante!».

camarada respondeu começando por caracterizar a situação em que os comunistas lutam — situação com momentos muito difíceis para os comunistas em geral e com reflexos também na região.

«Uma conclusão é entretanto evidente», disse. «O Partido conseguiu responder, em muitos casos com êxito, às tarefas que lhe

Direcção Regional constituirá. Papel importante será também atribuído a outros organismos do Partido — comissões concelhias, de freguesia, células de empresa e, em primeiro lugar, às comissões que vão acompanhar aquilo que consideramos serem as prioridades do nosso trabalho no distrito — Comissão Sindical, Comissão para a

A importância das quotizações dos militantes
na actividade do Partido

■ Jaime Serra Membro da Comissão Central do Controlo do PCP

Quando se comemora 62 anos de publicação regular do «Avante!», é bom lembrar que o leitor, ao abrir, ao abrir o órgão central do Partido, mal faz ideia de quanto esforço está por detrás deste simples facto e do elevado custo financeiro que o Partido suporta para que ele se concretize regularmente.

Também o «Avante!», pelo seu conteúdo, reflecte semanalmente a imensidão de iniciativas políticas e orgânicas levadas a cabo pelas organizações e militantes do Partido que do norte a sul do país constituem o grande colectivo partidário que com o seu trabalho esforçado dá expressão prática ao prestígio e autoridade políticas de que disfruta o PCP no seio da sociedade portuguesa.

A tarefa de garantir o suporte financeiro para a actividade do Partido exige um trabalho permanente de todos os militantes, uma campanha bem organizada e planificada em que ninguém pode ficar de fora, com vista à angariação dos recursos necessários a tal objectivo.

Do XIV Congresso do Partido, recentemente realizado, saíram decisões e linhas de acção política de importância fundamental para o reforço do Partido e para a intensificação da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares e das conquistas democráticas do povo português; num ano de eleições para as autarquias com custos muito ele-

vados a nível da propaganda e na elaboração e apresentação de listas concorrentes ao máximo de órgãos do poder local, é evidente que para além do trabalho normal de angariação de fundos, um esforço extraordinário terá de ser feito por todo o Partido para a obtenção das verbas indispensáveis ao financiamento de toda esta actividade.

O Partido possui uma rica e vasta experiência no lançamento e desenvolvimento de campanhas e iniciativas para a angariação de fundos junto das massas que sempre correspondem generosamente aos apelos do Partido. Contudo, uma actividade política regular e cada vez mais diversificada e intensa como é a actividade do Partido, exige uma disponibilidade de meios financeiros assegurados regularmente o que só é possível obter através da existência de uma vasta rede de contribuições regulares. Para alcançar este objectivo é factor decisivo a contribuição regular dos militantes através do pagamento regular da sua quotização assim como da sua regular actualização.

O pagamento regular da quotização é um dever de todo o militante, é o vínculo material que o liga ao Partido cujo Programa e cuja actividade corresponde aos ideais de vida em que acredita e pelos quais luta.

Não basta, porém, pagar uma qualquer quotização. É necessário e justo que a quotização de cada militante corresponda às suas reais possibilidades e seja regularmente actualizada.

O novo sistema de cobrança das quotizações recentemente posto em funcionamento complementa os processos tradicionais desde há muito existentes. A emissão de quotas de valor facial diversificado que será futuramente colada no verso dos cartões de cada militante, facilita o pagamento das quotizações que poderá passar a ser efectuado em qualquer local partidário e em qualquer momento, para além dos locais normais da militância de cada um.

O novo processo de cobrança das quotizações poderá, se bem interpretado e aplicado de forma flexível, servir de suporte a uma vasta campanha de sensibilização de todos os militantes para aumentar os recursos financeiros do Partido, questão de capital importância para a realização com êxito das grandes tarefas políticas que temos pela frente e para afirmar ainda mais a autoridade e prestígio político do PCP como força necessária, indispensável e insubstituível na sociedade portuguesa.

Cumpra pois o teu dever de militante comunista: Actualiza a tua quotização e paga-a regularmente!

TRABALHADORES

Os subsídios da desvalorização do Banco Pinto e Sotto Mayor

A dívida aos trabalhadores está a ser usada como pretexto para justificar a privatização a um preço muito inferior ao real. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as pressões sobre quem decidiu recorrer aos tribunais.

A 5 de Janeiro de 1983, o Conselho de Gestão do Banco Pinto e Sotto Mayor decidiu criar subsídios de valorização profissional e técnica, em montantes que rondavam os 10 por cento do salário.

Logo no dia 17, um despacho do secretário de Estado do Tesouro mandou suspender o pagamento dos subsídios. A 9 de Fevereiro a Comissão Nacional de Trabalhadores do BPSM resolve recorrer do despacho para o Supremo Tribunal Administrativo, ao qual se dirigem igualmente alguns elementos do Secretariado Sindical; o STA declara, em 1985, a ilegalidade e inaplicabilidade do despacho. Mas a gestão do banco não procede ao pagamento dos subsídios.

As estruturas representativas dos trabalhadores insistem na exigência de regula-

rização da situação, mas as sucessivas administrações não avançam com a liquidação da dívida.

Dois trabalhadores accionam, em 1986, um processo no Tribunal de Trabalho de Lisboa, que vai culminar com uma série de decisões reconhecendo a razão dos bancários: em Setembro de 1990 na primeira instância, em Dezembro de 1991 na Relação de Lisboa, e em Dezembro de 1992 no Supremo Tribunal de Justiça. O acórdão do STJ afirma o direito dos trabalhadores a receberem os subsídios desde 1 de Janeiro de 1983 e no futuro. Também em Aveiro um outro processo culminou com uma decisão favorável aos trabalhadores.

Ainda em Dezembro do ano passado, as direcções dos sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul

e Ilhas pediram uma reunião com a administração do banco para debater a posição do BPSM face àqueles acontecimentos. As reuniões da administração com os sindicatos, as comissões sindicais e a Comissão Nacional de Trabalhadores não tiveram como resultado a resolução do problema.

As estruturas representativas dos trabalhadores afirmam que já mais de 1400 acções estão actualmente em tribunal, a que se soma cerca de um milhão de procurações que ainda não deram origem a processos. Calcula-se que, em média, o BPSM deva a cada um dos bancários lesados cerca de mil contos.

A dívida mantém-se, tal como a recusa de a liquidar. Formalmente, não há novidade e fica tudo dependente das decisões dos tribunais. A novidade surge, contudo,

nos locais de trabalho: sobre os trabalhadores que decidiram ou poderão decidir interpor acções contra o banco são exercidas fortes pressões para que desistam, ou serão prejudicados... O sindicato do Sul e Ilhas envia a 12 de Fevereiro à administração do banco um protesto denunciando estas pressões e destacando, pela sua gravidade, a actuação da Direcção Operacional que, em reuniões com as chefias, deu autênticos ultimatos, fixando prazos para os trabalhadores retirarem as acções.

As ameaças - que foram feitas individualmente, de modo a que ninguém as possa contrapor à posição oficial de reconhecimento do direito a recorrer aos tribunais - chegaram a ser concretizadas, nomeadamente nas promoções anuais por mérito profissional, o que as

estruturas dos trabalhadores apenas procuram agora confirmar, de modo a não deixar dúvidas do ponto de vista jurídico: de um modo geral, quem accionou o banco não foi promovido.

Mas os subsídios de valorização não estão a servir apenas para semear e procurar instalar um clima de intimidação no BPSM. Há quem aproveite este pretexto para denegrir a imagem do banco com o objectivo, que não é difícil descortinar, de facilitar junto da opinião pública uma futura privatização por tuta e meia.

Pelo menos, é assim que muitos estão a interpretar a importância que na comunicação social e nas reuniões com as estruturas representativas tem sido dada à dívida do BPSM aos trabalhadores (calculada em valores que rondam os 5 milhões de contos), a qual até já é apresentada como pretexto para uma *desaceleração* do desenvolvimento do banco - quando é do conhecimento

público que em 1992 o Governo ordenou o pagamento, já concretizado, de 10 milhões de contos a António Champallimaud pelo Banco Pinto e Sotto Mayor, a título de indemnizações.

De qualquer forma, não será o pagamento dos subsídios - uma verba que significará, quando muito, 5 milhões do activo líquido - que vai pôr em causa a boa situação económica e financeira do BPSM, classificado nos lugares cimeiros do ranking da Associação Portuguesa de Bancos.

Tal como não serão pressões ilegais que irão fazer os trabalhadores do Pinto e Sotto Mayor baixar os braços e aceitar uma política e uma gestão que, comandadas pelo Governo e pelo PSD (partido de que é dirigente o actual presidente do banco, Fernando Teixeira de Almeida), atentam contra os direitos dos bancários, contra a imagem do BPSM e contra os interesses nacionais.

Sector Naval

De novo os Mellos!

Os sindicatos da metalurgia, metalomecânica e minas, perante uma «reestruturação» do sector naval a um projecto de existência confirmada e já entregue ao Governo, depois de reunirem, para averiguar do que se trata, com o adjunto e o chefe de gabinete do secretário de Estado da Indústria, afirmam que as «inexistentes respostas» daqueles altos funcionários «não satisfazem».

Apenas foi confirmada a existência do projecto dos Mellos para a Lisnave, com vistas a desactivar os estaleiros (Rocha e Margueira) e «respectiva transferência para as instalações da Setenave (Mitrená-Setúbal), com redimensionamento de pessoal».

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) revela que sobre isso «o Ministério não tem posição».

Depois de destacar que «os trabalhadores e o interesse nacional não podem estar sujeitos aos interesses dos Mellos», a FSMMMP reclama do Governo «transparência e salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional», prometendo tudo fazer para obter «informações objectivas» e conseguir do

Governo uma «tomada de posição».

A FSMMMP recorda que «os Mellos, que há 9 anos beneficiam de situa-

ções privilegiadas, já despediram milhares de trabalhadores e roubaram-lhes direitos; abotoaram-se com avultados subsídios esta-

tais e voltam novamente à carga com formas de pressão e chantagem na ganância de cobrar mais alguns milhões».



A Lisnave agora ameaçada de encerramento (foto de arquivo)

Greve anunciada nos Hospitais de Coimbra

A cumprir-se o anunciado em 25 de Fevereiro, os enfermeiros dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) deveriam ter paralisado a sua actividade terça e quarta-feira desta semana. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) afirma que «tudo tem feito para evitar esta greve», mas o conselho de administração «não resolve os problemas» dos enfermeiros, designadamente o pagamento de «12 meses de retroacti-

vos do descongelamento de escalões, referente à terceira fase» e de «seis meses de horas complementares em atraso dos períodos nocturnos e fins-de-semana».

A administração contesta as razões da greve e o SEP refere que, «apesar da disponibilidade para o diálogo, o conselho de administração dos HUC não deu qualquer resposta ao pedido de reunião conjunta, solicitado a 7 de Janeiro».

TAP Concorrência suicida

A adopção de medidas que «ponham termo ao actual clima de concorrência suicida» que, na opinião dos trabalhadores da Transportadora Aérea Portuguesa da delegação de Faro, «está na base dos problemas actualmente existentes em todas as companhias europeias», foi exigida recentemente ao Governo num plenário daqueles trabalhadores, que se pronunciou pelo início imediato de negociações, com vista à necessária actualização salarial, e pelo cumprimento integral dos princípios da negociação colectiva.

No entender dos trabalhadores, a actual situação na empresa resulta igualmente da «falta de estratégia, de indefinições, omissões ou erros por parte do Governo».

O plenário da TAP/Faro sublinhou o «interesse estratégico» de que a TAP se reveste para o País e afirmou «rejeitar liminarmente qualquer intenção de alterar os acordos de empresa por via administrativa».

O plenário concluiu que os problemas que a TAP enfrenta resultam principalmente de «erros ou incapacidades de gestão de sucessivas administrações, nomeadas em regra ao sabor de conveniências partidárias».

Por outro lado, sublinham os trabalhadores, é «criminoso insinuar, como o fez já o actual ministro do sector, que a TAP é para fechar, se não der lucros».

Greve dos juizes

Está marcada para hoje uma greve nacional dos magistrados do Ministério Público. O Sindicato do sector (SMMP), que ratificou a paralisação sábado passado em Lisboa, considerou que está em causa «a dignidade do poder judicial e o estatuto dos seus magistrados».

Na moção aprovada pela assembleia geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público considera-se «irrisória» a proposta do grupo parlamentar do PSD que prevê estabelecer uma diferenciação de três por cento entre os diversos escalões superiores das magistraturas.

Os desembargadores do Tribunal da Relação do Porto assinalavam, entretanto, segunda-feira passada, o início daquela greve nacional, que será cumprida até amanhã, com perto de 1500 magistrados fazendo cada um esta semana um dia de greve.

TRABALHADORES



O 6.º Congresso decorreu no Pavilhão Carlos Lopes, entre 17 e 20 de Maio de 1989

Começa hoje em Lisboa o 7.º Congresso da CGTP

Tem início hoje pelas 11 horas, nas instalações da Feira das Indústrias de Lisboa, o VII Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

A CGTP-IN, sob o lema "Trabalho com direitos, Solidariedade, Qualidade de vida", reunirá durante três dias com sessões de

manhã, à tarde e à noite. A ordem de trabalhos, com mais 30 pontos, prevê a votação das alterações aos Estatutos, Programa e Regulamento Eleitoral, a

eleição do Conselho Nacional e uma intervenção de encerramento.

As decisões do Congresso vigorarão no triénio 1993/96.

Desemprego aumenta 13,6 por cento em Janeiro

O desemprego registado, em relação ao mês de 1992, aumentou 13,6 por cento em Janeiro findo. Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o total dos desempregados atingia os 350 517, no fim do primeiro mês do ano em curso.

Entre o final de Janeiro de 1992 e o mês de 1993, as ofertas de trabalho existentes nos centros de emprego do IEFP baixaram 20,9 por cento, reduzindo-se a 6678.

Em relação a Dezembro findo, o número de desempregados inscritos aumentou 3,3 por cento e as ofertas de emprego baixaram 4,3 por cento.

Segundo os dados fornecidos pela Lusa em 1 do corrente, as mulheres continuam a representar quase três quintos do desemprego registado, com 216 110 pessoas à procura de trabalho, apesar de o desemprego masculino, atingindo 134 407 pessoas, ter cresci-

do mais (21,5 por cento) do que o feminino (9,1 por cento).

O desemprego dos menos de 25 anos, que no fim de Janeiro afectava 96 360 jovens, cresceu 10,3 por cento em relação ao primeiro mês de 1992, com 15,4 por cento nos homens e 7,9 por cento nas mulheres, apesar de estas últimas continuarem a representar dois terços dos jovens sem trabalho.

As 254 157 pessoas com mais de 25 anos que no fim do primeiro mês de 1993 estavam sem trabalho representam um acréscimo de 14,9 por cento em comparação com um ano antes.

O desemprego de longa duração (inscritos há um ano ou mais) abrange quase metade do desemprego registado, atingindo 171 018 pessoas, tendo crescido 4,1 por cento.

Os desempregados ins-

critos há menos de um ano (179 499) cresceram 24,3 por cento, o que é coerente com o elevado aumento do desemprego registado que se verifica.

Procuravam em Janeiro o seu primeiro emprego 58 176 desempregados inscritos (menos 4,9 por cento do que um ano antes) e pretendiam novo emprego 292 341 pessoas sem trabalho, um acréscimo homólogo de 18,2 por cento.

Trabalhadores-estudantes aprovam objectivos

Os trabalhadores-estudantes acabam de aprovar em Congresso no Porto uma "carta de objectivos imediatos" a apresentar ao ministro Couto dos Santos. O documento preconiza a abertura das faculdades à noite, a organização de cursos em horários pós-laborais e a isenção do pagamento de propinas nos vários graus de ensino.

A "carta", que contempla 16 exi-

gências, reclama no ponto 11 uma reforma educativa que considere a realidade, especificidade e as condições dos trabalhadores-estudantes que assegurem a dignificação e valorização de quem trabalha e estuda, e garante o aumento do número de trabalhadores a frequentar o ensino com o correspondente sucesso escolar.

Lutas em empresas e sectores

Com a presença de numerosos trabalhadores da Função Pública decorreu sábado na baixa do Porto uma manifestação por melhores salários, estabilidade de emprego, direito à saúde e à segurança social. Os manifestantes, que percorreram várias artérias da cidade, responderam assim ao apelo da União dos Sindicatos do Porto.

Um dia antes, também no Porto, trabalhadores do Centro Regional de Segurança Social entregavam ao primeiro-ministro um documento a exigir a revogação da lei dos disponíveis. Cavaco Silva foi aguardado frente a um hotel daquela cidade onde os manifestantes se concentraram fazendo ouvir o slogan: "Nós só queremos trabalhar, disponíveis nem pensar".

Cândida Viana, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, que estava incumbida de entregar o documento a Cavaco Silva, foi — de acordo com declarações à agência Lusa — maltratada pela segurança do primeiro-ministro que a empurrou por várias vezes.

Entretanto, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública alertava em Lisboa para o facto da prestação de serviços da Segurança Social estar a degradar-se por falta de trabalhadores.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore convocou para anteontem uma greve de 24 horas na construção civil e obras públicas. Os sindicatos e os trabalhadores não aceitam os aumentos salariais de 6 por cento e fazem valer outras reivindicações.

Na Estoril-Sol, a Comissão Unitária de Trabalhadores adverte contra as tentativas de despedimentos através da rescisão de contratos.

Na Ibergar, onde os trabalhadores já cumpriram 2 dias de greve (18 e 25 de Fevereiro), previa-se o regresso à greve esta semana, se a proposta patronal de aumentos salariais se mantivesse nos 5 por cento.

Por aumentos salariais de 16 por cento batem-se os trabalhadores dos bingos de clubes de futebol do Norte.

Pelo pagamento de três meses de salários em atraso, os trabalhadores da Fisel de Seia retomaram a greve esta semana.



Não há garantias (foto de arquivo)

Açores Sem preços não se pesca

Enquanto não forem acordados com os armadores os preços do atum para a safra com início este mês, os pescadores açorianos não vão para o mar, disseram na Horta a semana passada dirigentes sindicais. Segundo a Lusa, esta posição segue-se a uma reunião efectuada recentemente na Ilha do Pico e é acompanhada por pedidos de intervenção do ministro da República e do Governo Regional, no sentido de os sindicatos obterem a concordância dos armadores. Além do aumento do preço do atum, os pescadores pretendem uma garantia salarial para cobrir eventuais más capturas, o direito a férias e outras regalias comuns aos restantes trabalhadores.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Associações de Defesa do Ambiente PCP quer acabar com restrições e definir direitos iguais

Contribuir para a dinamização do movimento associativo, possibilitando simultaneamente que todas as associações tenham os mesmos direitos e sejam reconhecidas como parceiro social, tais são, de forma sumária, os principais objectivos do diploma do PCP que altera a Lei das Associações de Defesa do Ambiente.

Em debate na terça-feira, juntamente com um outro projecto de lei do PSD sobre a mesma matéria, esta iniciativa legislativa dos parlamentares comunistas decorre do facto de a maior parte das associações existentes terem dificuldades em usufruir dos direitos consagrados na Lei, o que tem constituído um sério obstáculo ao seu desenvolvimento e acção.

Na base destas limitações, que a experiência demonstrou terem um carácter profundamente nefasto, está o elevado requisito numérico imposto pela Lei (nº 10/87, de 4 de Abril) para a classificação das associações de defesa do ambiente. Já na altura contestada pela bancada comunista, esta classificação limitativa,



Às associações cabe um decisivo papel de dinamização e mobilização das populações em defesa do ambiente

recorde-se, impõe 4000 associados para as associações de âmbito nacional, 1000 para as de âmbito regional e 200 para as de âmbito local.

Tais números revelaram-se perfeitamente desajustados à realidade do movimento associativo de defesa do ambiente, como se comprova pelo facto de, seguindo este critério, apenas duas associações - das 86 existentes - poderem ser classificadas de âmbito nacional, enquanto as de âmbito regional se ficam pelas quatro e as de âmbito local não ultrapassam as 36, deixando assim 44 de fora e sem qualquer classificação.

Para o PCP, como sublinhou no debate o deputado comunista António Murteira, importa por conseguinte que todas as associações tenham direitos iguais, independentemente do número de associados, do mesmo modo que importa clarificar e definir em termos legais a possibilidade de poderem estar organizadas em uniões ou federações, usufruindo dos mesmos direitos.

Política educativa Agendada interpelação ao Governo

Foi já agendada para o próximo dia 13, na sequência de um pedido nesse sentido apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP em conferência de líderes, a interpelação ao Governo sobre política educativa. Com esta iniciativa, os parlamentares comunistas pretendem colocar no centro do debate as orientações fundamentais que têm presidido à actuação do Ministério da Educação.

Atribuindo grande importância a esta interpelação, a formação comunista desencadeou entretanto várias diligências no sentido de actualizar o seu conhecimento sobre os principais problemas que afectam o sector, através nomeadamente de contactos com vista a formalizar reuniões de trabalho para recolha de elementos com reitores de universidades, associações de estudantes, instituições científicas, sindicatos de professores e da Função Pública, associações de pais, entre outras.

Na ordem do dia, entre outras questões, estão sobretudo as que se prendem com a educação pré-escolar, do maior alcance em termos sociais e educativos, cuja taxa de cobertura no nosso país não ultrapassa os 35 por cento, quando a média na generalidade dos países europeus está na casa dos 90 por cento.

Atenção particular no decorrer da interpelação será dada também à reforma em curso do sistema educativo, com realce para o sistema de avaliação e a formação de professores, bem como à questão do financiamento das universidades, às propinas e à forma de avaliação do ensino superior.

“Nova lei da droga” Legislação atrasada e insuficiente

O Governo continua a demonstrar não possuir a indispensável “vontade política para enfrentar o flagelo da droga”, limitando-se a prosseguir uma “política de «generalidades», de «cosmética» de superestruturas e de aparato mediático no anúncio de medidas cuja eficácia é reduzida ou nula”. A acusação partiu do Grupo de Trabalho do PCP para os problemas da Toxicod dependência e Narcotráfico e foi emitida a propósito da recente entrada em vigor do diploma relativo ao combate à droga.

Esta “nova lei da droga”, como é conhecido o decreto-lei que entrou em vigor no

passado dia 22 de Fevereiro, não contém do ponto de vista dos comunistas portugueses “medidas com incidência imediata assinalável na prevenção do consumo e no tratamento e reinserção social dos toxicod dependentes”, sendo ainda perfeitamente “marginal a sua incidência no combate ao tráfico de drogas”.

Para o PCP, a legislação agora publicada constitui fundamentalmente a mediação legislativa para o direito interno dos objectivos e regras constantes da Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de 1988”, pelo

que, afirma, “trata-se de uma legislação inexplicavelmente atrasada”, face até à “dimensão social e humana que os flagelos da toxicod dependência e narcotráfico” atingem em Portugal.

Em nota aos órgãos de informação sobre o assunto, o Grupo de Trabalho do PCP alude ainda ao facto de terem sido apenas disponibilizados 380 mil contos no Orçamento do Estado de 1993 para o Projecto Vida, verba que considera manifestamente insuficiente, criticando o Executivo por simultaneamente ter recusado uma proposta da bancada comunista no sentido de ser aditado ao Orçamento, no Programa de

Centros de Atendimento de Toxicod dependentes e Comunidades Terapêuticas, a inscrição de uma verba de 400 mil contos.

A persistência do Governo em não coordenar “efectiva e eficazmente” as capacidades instaladas de prevenção de toxicod dependência e combate ao tráfico e a sua recusa em debater o assunto na Assembleia da República, com a participação de especialistas e interessados, são igualmente verberados pelo PCP, que, por outro lado, manifesta o seu empenhamento e inteira disponibilidade para o “debate de todas as ideias que visem enfrentar o problema”.

Trabalhadores da Segurança Social Governo quer despedir milhares

Foram claramente insatisfatórios, e por isso motivo de acrescidas preocupações, os esclarecimentos avançados pelo secretário de Estado da Segurança Social quanto à intenção do Governo de dispensar a todo o custo uma parte significativa dos trabalhadores existentes nos organismos públicos da Segurança Social. A questão foi levantada pela deputada comunista Apolónia Teixeira na sessão de perguntas ao Governo que preencheu a agenda dos trabalhos parlamentares da passada sexta-feira e o mínimo que se pode dizer é que Vieira de Castro,

ao deter-se a traçar um quadro tentando explicar a necessidade de racionalizar os recursos humanos, cometeu a proeza de tornejar a substância das matérias com que foi confrontado, não respondendo ao concreto das questões suscitadas pela deputada interpelante.

Ficou assim por esclarecer, apesar dos esforços feitos nesse sentido pela deputada Apolónia Teixeira, se é ou não verdade que o Governo se prepara para “desencadear um processo de redução e destruição, e até privatização, do sistema de Segurança Social”, cuja consequên-

cia imediata seria o despedimento de milhares de trabalhadores, sem olhar aos custos sociais daí decorrentes.

Interessante não deixaria de ser, por outro lado, que o secretário de Estado tivesse lançado alguma luz sobre eventuais indicações dadas pela tutela aos Centros Regionais de Segurança Social no sentido de efectuar cortes nos orçamentos na ordem dos nove por cento, cortes estes que no caso dos gastos da administração/gestão de pessoal se cifriam na casa dos 15 por cento.

“Numa recente entrevista concedida à SIC, V. Exa

informava que serão mais de mil. Afinal quantos são nesta primeira leva - 4999?”, inquiriu a propósito Apolónia Teixeira, antes de lançar, sob a forma de repto, duas perguntas finais a Vieira de Castro: “final, como prova que há trabalhadores desocupados ou subocupados quando, em média, há fortes atrasos no processamento das várias prestações da Segurança Social? E ou não verdade que, a confirmar-se o processo de despedimento dos cinco mil trabalhadores, a qualidade dos serviços fica irremediavelmente posta em causa?”

Cooperação para o desenvolvimento Organizações não governamentais têm novas regras

As Organizações Não Governamentais vocacionadas para a cooperação e o desenvolvimento poderão dispor a partir de agora de regras funcionais capazes de assegurar, na fidelidade aos seus objectivos não lucrativos, a execução com êxito de uma política no domínio da sua actividade especialmente dirigida para os países em vias de desenvolvimento.

A questão, suscitada pelo debate de um projecto de lei conjunto do PS, PCP, CDS e Partido “Os Verdes”, a que se juntou posteriormente um outro projecto do PSD, esteve em debate na passada semana, acabando no fundamental por reunir o consenso da Câmara.

Para além da referida regulamentação, trata-se de reconhecer a importância e o papel desempenhado por estas organizações no quadro da sua actividade, onde assumem particular relevância, como sublinhou no debate o deputado comunista Luís Peixoto, a “promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos países vítimas de desequilíbrios resultantes do processo mais geral do desenvolvimento”.

Estas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento, recorde-se, possuem características próprias que as valorizam e as distinguem de outras congéneres com interesses privados e lucrativos - e este foi precisamente um dos aspectos realçados por Luís Peixoto, merecendo destaque no quadro da sua acção o contributo dado à “formação do cidadão, através do estímulo de um sentido crítico conducente à compreensão do mundo envolvente, sem condicionamentos de ordem económica como factor preferencial”.

O facto de os projectos agora apreciados terem resultado de uma ampla discussão com os órgãos e entidades representativas destas Organizações Não Governamentais, de acordo com o ponto de vista expresso por Luís Peixoto, permitirá também que no futuro seja ultrapassado o impasse que se tem verificado até, com repercussões “num eventual estagnamento no auxílio ao desenvolvimento e na actuação nesse âmbito destas organizações”.

Como nota dissonante, para a qual a bancada comunista chamou a atenção, fica apenas o facto de o diploma subscrito pelo PSD conter “questões passíveis de leituras eventualmente não integrantes no espírito do legislador”, como é o caso de restringir o contributo das ONGs à execução das políticas nacionais de cooperação, o que legitimamente levanta preocupações quanto à existência de uma “vontade de governamentalização da acção destas organizações”.

EDUCAÇÃO

Seminário «Que política para o Ensino Superior?» PCP vai propor um novo programa para o ensino público universitário

**SEMINÁRIO
NACIONAL
do PCP**
sáb. 27 de Fevereiro 1993 - 10 horas
C O I M B R A
FAC. CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Anfiteatro Grande do Dept. Química

O número de vagas para o ensino superior privado ultrapassou já o número de vagas para o ensino público, oferecendo neste momento 52 por cento dos lugares disponíveis. Só nove por cento dos portugueses com mais de vinte anos tem um nível de instrução igual ou superior ao do ensino secundário, quando em Espanha esse valor é de 43% e na Alemanha 64%. As diferenças com os nossos parceiros comunitários acerca da frequência do ensino superior são também muito grandes e em Espanha um milhão de estudantes frequentam cursos do nível de licenciatura (mais de 90% frequentando escolas públicas) o que proporcionalmente é duas vezes e meia superior a Portugal. Em relação à França, que apresenta um número de licenciados inscritos em cursos de pós-graduação que se aproxima das duas centenas de milhar, Portugal encontra-se (proporcionalmente também) num nível quinze vezes inferior.

Estes dados foram apresentados no Seminário Nacional do PCP que no sábado passado ocorreu em Coimbra, pretendendo responder à pergunta: «Que política para o ensino superior?». Professores universitários de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Évora discuti-

ram problemas como o financiamento e autonomia universitários, o sistema de acesso ao ensino superior, o estatuto da carreira docente, ou as tão polémicas e faladas novas propinas.

No final seria anunciado que o PCP irá apresentar ao país um «Programa para o

Desenvolvimento do Ensino Superior Público em Portugal», resultado do trabalho partidário e de um acompanhamento permanente dos debates que têm ocorrido no seio das próprias instituições universitárias, Institutos Politécnicos, associações de estudantes, sindicatos e Conselho Nacional de Educação.

Rui Namorado Rosa, professor catedrático em Évora e no Instituto Superior Técnico em Lisboa e igualmente membro do Conselho Nacional da Educação, faria a intervenção de abertura do seminário, onde faria o inventário e a caracterização dos principais problemas do nosso actual ensino superior. Em declarações à imprensa, Rui Namorado Rosa diria que a política seguida pelo Governo nesta matéria «irá transformar Portugal num país cada vez mais periférico», frisando que «será um país mais dependente, pois

não se aposta no material humano, que é factor de independência» sendo «cada vez mais problemática a realização pessoal dos jovens».

Os dados existentes confirmam-no: os magros 17 por cento de lugares disponíveis nas universidades portuguesas para receber os jovens com mais de 18 anos que poderiam tirar um curso universitário contrastam violentamente com os 24% da Grécia, os 30% da Espanha ou os 44% da França, isto para não nos compararmos com países como os Estados Unidos (63%) ou a Suécia (praticamente com 80%).

Professores dos principais centros universitários

De entre as muitas intervenções realizadas em Coimbra, e do decorrente

debate a um tempo profundo e vivo, destacam-se as intervenções dos professores Rogério de Leal, Mário de Carvalho, João Cunha e Serra, António Costa, Avelãs Nunes, António Martins, José Bastos e do deputado António Filipe.

O ensino superior público está financeiramente estrangulado e vê colocada em causa a sua própria qualidade do ensino, apesar de essa qualidade ser, em geral, bastante inferior no ensino privado levando o Ministério da Educação, de um Governo que tanto promoveu as universidades privadas, a ordenar uma inspecção cujos apuramentos são mantidos confidenciais, ao mesmo tempo que o Diário da República vai discretamente anunciando a autorização de novos cursos no ensino privado.

Às discriminações «tradicionais», que influíam no

acesso ao ensino superior e nas condições de sucesso escolar, acrescentam-se agora novas desigualdades que são determinadas pelo nível de qualidade do curso e da saída profissional a que cada aluno pode aceder de acordo com a sua capacidade socioeconómica.

Diga-se, aliás, que uma das denúncias feitas neste seminário foram para o facto de a taxa oficial de escolarização no ensino superior (25,4%), no ano lectivo de 91/92, está ainda longe de ter sido atingida. «É, aliás, interessante de registar, o facto de ter sido o ex-Director Geral do GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação) quem veio recentemente chamar a atenção para o facto desse resultado estar «claramente empoado» lembrando Edgar Correia, na sua intervenção de encerramento.

«Um ministro a caminho de perder a cabeça...»

«É de chamar vivamente a atenção para aquele que constitui o traço mais impressionante da política cavaquista levada a cabo desde 1985 em relação ao ensino superior. Trata-se de facto da expansão ter-se verificado, fundamentalmente, a partir do crescimento indiscriminado do ensino privado. Esse crescimento tem-se processado num ritmo tal que, em 1991, o número de vagas para o ensino privado ultrapassou já o número de vagas para o ensino público. E a não ser invertido o sentido desta tendência, dentro de 3 ou 4 anos teremos, no nosso país, um ensino superior maioritariamente privado.

(...)
«O estrangulamento financeiro atinge tão profundamente o ensino público, trabalha-se com tal falta de condições e multiplicam-se tais dificuldades em aspectos tão básicos, que a perda de qualidade do ensino (para não referir o que se passa no domínio da investigação) constitui uma questão cada vez mais grave. Que não constituindo o único factor, é certamente o que contribui de forma mais decisiva para a elevadíssima taxa de insucesso e de abandono escolar que se verificam entre nós.

«É legítimo temer, aliás, que a enorme pressão que está a ser feita para a elevação administrativa de «rácios» aluno/docente e para a redução das despesas de pessoal, venham a curto prazo agravar ainda mais a qualidade do ensino público.

(...)
«Desde 1979, há mais de treze anos, portanto, que o PSD assume inteiramente a responsabilidade pela pasta da Educação.

«Tentando a síntese, se procurarmos caracterizar a política do PSD para o ensino superior, não a partir dos princípios e objectivos proclamados pelos sucessivos governos e ministros mas sim das orientações e medidas que têm sido efectivamente levadas à prática, que traços fundamentais são de apontar? O défice crónico, e o que é mais grave ainda, a verdadeira asfixia orçamental do ensino superior público; a notória falta de planificação e de coordenação no desenvolvimento de novos pólos e cursos e o agravamento de assimetrias entre vários domínios do saber; os impedimentos colocados à expansão do ensino superior público (em especial do universitário) nomeadamente através de restrições quantitativas globais no acesso (numerus clausus); sublinhe-se, aliás, que foi este sistema, em combinação com o injusto regime de acesso posto em prática, que permitiu a criação de condições objectivas para o desenvolvimento explosivo do ensino privado; o apoio activo à proliferação de estabelecimentos e cursos privados, na grande maioria dos casos sem quaisquer condições ou requisitos de qualidade; o baixíssimo nível em que foi a acção social escolar, quer quanto ao número de alunos abrangidos quer quanto aos quantitativos dos apoios; e por último, mas não menos significativo, o crescente ataque do Governo à autonomia universitária.

O descontentamento nas universidades

«Mas hoje é forçoso reconhecer que as universidades públicas enfrentam, por parte do Governo, não apenas incompreensões, mas uma ofensiva generalizada contra a sua autonomia cuja gravidade não pode deixar de ser denunciada. É toda a política de «diktat» financeiro do Ministério da Educação. É a tentativa de imposição do aumento das propinas e da transferência das responsabilidades pela acção social escolar contra a vontade das universidades. São as inspecções lançadas contra instituições

Com a inacreditável (e ilegal) ameaça do Ministério da Educação no sentido de que os estudantes que não paguem propinas não poderão no futuro entrar na Função Pública, todos os recordes foram batidos. Mostra-se que o Ministro da Educação, do ponto de vista político, está, completamente isolado e a caminho de perder a cabeça

quando elas legitimamente se manifestam contra medidas que ferem profundamente os seus interesses e direitos (como é o caso, neste momento, da Universidade Técnica de Lisboa e aqui da Universidade de Coimbra). São as ameaças repressivas contra os estudantes, bem como contra os reitores e órgãos escolares. É o «pacto social» laranja, de carácter ilegal, visando atingir a autonomia universitária a partir do próprio interior das universidades e lançar professores e estudantes uns contra os outros. E até a campanhas de denegrimto das universidades públicas e dos seus responsáveis o Ministro da Educação tem recorrido, com o mal disfarçado objectivo de impor um sistema de gestão governamentalizada e autoritária das instituições públicas do ensino superior.

(...)
«Esta política do Governo PSD é a responsável pelo profundo descontentamento e pela crise em que as Universidades portuguesas estão hoje mergulhadas.

«Mas crise é também, é cada vez mais, como estamos a assistir, movimento de consciencialização das causas da situação, de crítica, de resistência e de luta, em que estão a participar cada vez mais activamente estudantes, professores e funcionários e as próprias instituições.

(...)
«A Lei nº 20/92 de 14 de Agosto, através da qual o Governo e o PSD pretendem impor o substancial aumento das propinas nos estabelecimentos públicos do ensino superior não constitui uma questão pontual, isolada, do sistema educativo e muito menos um problema apenas dos estudantes.

«É hoje notório para a opinião pública que os propósitos de «justiça social» invocados pelo Governo, além de deslocados do domínio fiscal em que era legítimo que tivessem

lugar, se revelam completamente inverdadeiros quando confrontados com a injustiça redistributiva que o próprio Governo tem feito consagrar no Orçamento do Estado. Por isso é cada vez mais claro que o objectivo do Governo é o de implementar o pagamento do chamado custo real do ensino público. E que esse objectivo se insere no plano mais geral de mercantilização de todos os saberes e da formação, do desenvolvimento de um «mercado do ensino» regido pelas regras e pela lógica do lucro e, a prazo, da própria transferência das funções do ensino público para a área dos interesses privados.

«As declarações do Ministro da Educação que vieram a público no sábado de Carnaval de que só viu «manifestações de 20, 30 pessoas» contra o aumento das propinas puseram o País a rir.

«Mas com a inacreditável (e ilegal) ameaça do Ministério da Educação no sentido de que os estudantes que não paguem propinas não poderão no futuro entrar na Função Pública, todos os recordes foram batidos.

«Mostram que o Ministro da Educação, do ponto de vista político, está completamente isolado e a caminho de perder a cabeça... E não foram nada abonatórias as dúvidas que rapidamente circularam pelo País sobre o estado em que essa cabeça se encontra.(...)»

PCP propõe programa para Ensino Superior Público

«O PCP assume a democratização do ensino público como questão central e o eixo da política educativa no nosso país, nomeadamente em relação ao ensino superior.

«Por isso e a par de medidas que elevem a sua qualidade (em que pode desempenhar um importante papel o estabelecimento de um sistema público de investigação e de acompanhamento do ensino superior que dê garantias de rigor e de isenção), achamos fundamental assegurar uma rápida expansão do sistema e o aumento significativo do número de alunos que o frequentam.

«É neste contexto geral que a Comissão do Ensino Superior do PCP, acompanhando com particular atenção as reflexões e os debates sobre os problemas do ensino superior que se desenvolvem no seio das próprias Universidades e Institutos Politécnicos, Associações de Estudantes e Sindicatos, bem como noutras sedes privilegiadas como é o caso do Conselho Nacional de Educação - manifestando-se particularmente atenta em relação à necessidade de defender e aperfeiçoar a autonomia universitária e de promover a autonomia do ensino superior politécnico - tem em preparação, com o objectivo de ser apresentado ao País e sujeito a debate, um Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior Público em Portugal.»

Extractos da intervenção de encerramento no seminário nacional do PCP «Que política para o Ensino Superior?», proferida por Edgar Correia, membro da Comissão Política do Partido.

Rússia

Situação social

Um cidadão russo da classe média tem que trabalhar 16 vezes mais do que um holandês, 12 vezes mais do que um sueco e 10 vezes mais do que um finlandês para comprar um «cabaz» de produtos essenciais, segundo sociólogos russos.

Para poder comprar esses produtos — um quilo de manteiga, queijo, farinha de trigo, carne de porco, carne de vaca e frango, bacalhau, pão, maçãs, cenouras, batatas, café e açúcar, bem como uma dúzia de ovos e um litro de leite — um russo tem de trabalhar 51 horas e 24 minutos, enquanto que um trabalhador holandês, um sueco ou um finlandês podem ganhar o mesmo dinheiro em 3 horas e 12 minutos, 4 horas e 11 minutos e 4 horas e 59 minutos, respectivamente.

O ano passado, os russos gastaram na compra de bens alimentares cerca de 80 por cento das suas receitas, revelou um estudo do Centro de Estudos do Ministério da Economia da Rússia.

Os peritos do Centro registaram uma nítida estratificação da sociedade russa em quatro grupos, conforme o nível de receitas reais «per capita».

A camada mais rica da classe média constitui cerca de 3,8 por cento do número total dos habitantes e tem receitas superiores a 150 mil rublos.

Nesta categoria não estão incluídos os «novos ricos» russos, cujo número atinge, segundo as estimativas, algumas centenas de milhares de pessoas.

Entre os 13 e os 15 por cento dos russos têm receitas superiores a 60 mil rublos por mês — um montante suficiente para levar uma vida satisfatória, segundo os padrões nacionais.

Os sociólogos integram as duas categorias referidas no grupo social mais privilegiado, integrado por «elementos que se aproveitaram dos mais diversos métodos de ganhar dinheiro, tanto lícitos como ilegais»: Este grupo gasta com a alimentação entre 10 a 18 por cento das suas receitas.

O segundo grupo engloba de 18 a 20 por cento dos cidadãos com receitas mensais compreendidas entre os 15 e 60 mil rublos. São, em regra, empregados de pequenas e médias empresas privadas e mistas e de sociedades anónimas, alguns homens das ciências e das artes. Neste grupo, os gastos com a alimentação representam 35-38 por cento das receitas.

Segue-se a este uma larga categoria social com receitas reais entre 5,5 e 15 mil rublos.

Entre eles figura a maioria dos funcionários do sector



Estudos sobre a actual realidade social na Rússia indicam uma acentuada estratificação da população

estatal financiado pelo orçamento nacional, isto é, cientistas, artistas, professores do ensino médio e superior, médicos e enfermeiros, camponeses (trabalhadores dos «kolchozes») e algumas categorias de operários.

Este grupo constitui 33 a 35 por cento da população

activa e gasta com a alimentação de 78 a 82 por cento das receitas.

Finalmente a camada mais numerosa dos russos — 36 a 40 por cento — tem receitas inferiores a 5,5 mil rublos, encontrando-se abaixo do nível oficial de pobreza. Intelectuais e camponeses

que não conseguiram adaptar-se à economia de mercado, por um lado, e marginais por outro, são os representantes típicos deste grupo. Integra-o também a maioria dos 35 milhões de reformados russos, cerca de 15 por cento dos quais se vê forçado a trabalhar para subsistir.

Congresso da União e Reconstrução do Partido Comunista da Rússia

Nos dias 13 e 14 de Fevereiro, realizou-se em Klyazma, a 20 km de Moscovo, o II Congresso (extraordinário) do Partido Comunista da Rússia, partido que, juntamente com o PCUS em que estava integrado, tinha sido proibido e desmantelado por Ieltsine em Agosto de 91. Posteriormente, já se tinham formado vários partidos que se reclamavam da herança do PCUS e do PCR.

Porém, a decisão do Tribunal Constitucional da Rússia de Novembro de 1992, ao considerar ilegal aquela proibição, nomeadamente pelo que se refere às estruturas de base do partido, veio dar novo impulso ao esforço de união e reconstrução dos comunistas.

Formou-se um Comité Organizador (que incluía representantes de vários partidos recém-criados, sob a presidência de Valentin Kuptzov, antigo primeiro-Secretário do PC da Federação Russa, integrante do PCUS), reanimaram-se as estruturas de base, procedeu-se ao registo de filiação de membros, realizaram-se conferências nas várias regiões e preparou-se directamente a realização deste Congresso.

Participaram no Congresso cerca de 750 delegados eleitos pelas várias organizações, reclamando-se desde logo como representantes de cerca de 500 000 membros já registados (o que representa cerca de 7% dos antigos efectivos do PCR/PCUS) — o que o torna o maior partido da Rússia, dispondo além disso de representação parlamentar aos vários níveis.

Parece todavia que ainda não foi possível para já a unificação de todos os partidos antes criados que se reclamavam da herança comunista. Segundo as notícias disponíveis, teriam aderido à União Comunista, o Partido Russo dos Comunistas, o Partido Socialista dos Trabalhadores, mas para já não teria aderido aquele que a generalidade dos observadores considerava ser o mais forte dos recentes partidos, o Partido Comunista Operário Russo (ver *Morning Star*, de 15/2, *El País*, de 14/2), a quem atribuíam efectivos de 150 000 membros e destacado papel nas manifestações de rua que se têm verificado em muitas cidades.

Valentin Kuptzov abriu o Congresso, tendo referido entre as causas do colapso do anterior PCR/PCUS as dificuldades que teve em concretizar as vantagens do socialismo no plano económico e a ausência de uma concepção adequada do exercício do poder, referindo-se ainda, segundo o *L'Humanité* de 15/2, ao «bluff da perestroika», ao «abandono das posições socialistas» e ao «desmantelamento aberto do socialismo». As linhas programáticas debatidas preconizam a paragem das privatizações e o estabelecimento de um controlo estatal sobre a economia, o combate à corrupção, defendem a compatibilidade entre o socialismo e o mercado planificado, e reclamam o poder para os soviéticos, contra o presidencialismo vigente.

A frontal oposição à política e governação de Ieltsine é um dos objectivos imediatos mais salientes. «O Presidente

(Ieltsine) já não é apoiado senão pelos especuladores, pelos *apparatchiks* corruptos e pelo capital estrangeiro» — teria afirmado Kuptzov, segundo o *Diário de Notícias* de 16/2.

O Congresso colocou grande ênfase na necessidade de uma larga frente das forças de esquerda e patrióticas da Rússia.

Foi eleito Presidente do PCR Guenadi Ziuganov, que fora membro do Bureau Político e Secretário do CC do PCR antes da sua proibição e era agora co-presidente de uma Assembleia Nacional Russa e da Frente de Salvação Nacional — duas coligações de forças com um leque muito amplo, que vai da esquerda à direita do leque político, mas que se opõem ao regime de Ieltsine (ver *El País* de 17/2 e *Sovietskaia Russia* de 11/2).

Os jornais dão grande relevo à presença na sala do Congresso de sete dos acusados pela tentativa do «golpe de 19 de Agosto de 1991», alguns libertados apenas há poucos dias da cadeia e cujo julgamento se pensa que ocorrerá em Abril: Guenadi Ianaiev, ex-vice-Presidente da URSS, Anatoli Lukianov, ex-Presidente do Parlamento da URSS, Vladimir Kriuchkov, Oleg Baklanov, Oleg Chenin, Vasili Storodúbtzev e Iuri Plekhanov.

Entretanto, não há qualquer notícia de que tenham sido eleitos para qualquer cargo ou sequer estivessem na qualidade de delegados, mas sim de apenas convidados. Também é referida a presença no Congresso do antigo membro do Bureau Político do PCUS, Egor Ligatchov (*El País*, de 14/2 e *Morning Star*, de 15/2).

Este importante acontecimento — inscreve-se no quadro complexo e ainda instável da actual situação do movimento operário e comunista na ex-URSS, mas reflecte o crescente descontentamento social e representa mais um passo para estruturar uma oposição eficaz à desastrosa política do governo de Ieltsine.

Logo que dispuser dos documentos aprovados neste 2.º Congresso do PC da Rússia, o «Avante!» informará das linhas gerais do seu conteúdo.

Autorizado o Partido Comunista na Belarus

O Parlamento da Belarus — a antiga república soviética da Bielorrússia — anulou no dia 3 de Fevereiro, por 200 votos contra 10, a suspensão que atingia o Partido Comunista desde Agosto de 1991.

Nenhuma prova da implicação dos comunistas bielorrussos na tentativa de «golpe de Estado» foi encontrada. O Partido bielorrusso, com 600 000 membros, era um dos mais numerosos da URSS.

Crise na Europa de Leste

Os antigos países socialistas da Europa central e do leste voltaram a registar, em 1992, um crescimento económico negativo (média de menos de cinco por cento), com particular destaque para a Rússia, onde o produto caiu vinte por cento.

Segundo dados do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), em 1992 o produto diminuiu oito por cento na Bulgária, Checoslováquia e Eslovénia, sete por cento na Roménia, cinco por cento na Hungria e dois por cento na Polónia.

Outros dados divulgados pelo BERD — instituição criada em 1991 para apoiar financeiramente os 22 países ex-socialistas da Europa central e de leste — no seu primeiro relatório económico mundial, dizem respeito à inflação na zona.

É na Rússia que a subida de preços é maior, com aumentos de 1450 por cento, seguindo-se a Roménia e Eslovénia com inflações da ordem dos 200 por cento, a

Bulgária de 100 por cento, a Polónia de 45 por cento e a Hungria de 32 por cento.

A Checoslováquia apresenta o melhor comportamento no domínio dos preços, com 11 por cento de inflação.

No capítulo do desemprego, os dados do BERD apresentam o comportamento mais favorável da Rússia, com uma taxa de desemprego de apenas 1,3 por cento.

A Checoslováquia tem cinco por cento da sua população activa sem trabalho e todos os outros países apresentam taxas de desemprego com dois dígitos: a Roménia com 10 por cento, a Eslovénia com 11,3 por cento, a Hungria 12 por cento, a Polónia 14 por cento e a Bulgária 15/16 por cento.

O BERD prevê que os países da Europa central apresentem, pela primeira vez nos últimos anos, um crescimento económico em 1993, ainda que moderado, enquanto as Repúblicas que compunham a União Soviética vão continuar em crise.

INTERNACIONAL

Guatemala

A guerrilha e o governo da Guatemala concluíram quatro dias de conversações na Cidade do México sem chegarem a conclusões concretas, disse o bispo Rodolfo Quezada, mediador do diálogo.

As duas partes concordaram voltar a reunir-se na capital do México em 10 de Março para continuarem as negociações, acrescentou o prelado guatemalteco.

«Pela primeira vez na história, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e governo concordaram que o diálogo para a paz não pode durar indefinidamente», referiu.

O bispo declarou que guerrilha e governo vão estudar até 10 de Março «o conteúdo e alcance dos assuntos analisados nos últimos quatro dias».

A guerra na Guatemala, iniciada há 30 anos, já matou 150 mil pessoas e provocou um milhão de refugiados.

Somália

As facções rivais somalianas mantêm a sua intenção de realizar uma Conferência de Paz a 15 de Março e concordaram já com a agenda, disse um porta-voz das Nações Unidas.

O chamado Comité «ad hoc», que representa 14 facções somalianas, chegou a acordo sábado, apesar dos dois dias de distúrbios na capital, Mogadíscio, e dos confrontos em Kismayo, cidade portuária do sul da Somália.

A Conferência de Reconciliação Nacional, a decorrer na capital etíope, Adis Abeba, seguir-se-ão as conversações interrompidas em Janeiro devido a confrontos entre clãs rivais.

O Comité «ad hoc» adoptou um esboço de Relatório e uma Agenda de 16 pontos, que inclui a criação de uma autoridade de transição e de uma força policial, uma Constituição de transição, autonomia regional e a reconstrução do país.

Entre os pontos a discutir encontram-se ainda a questão dos direitos humanos, a assistência humanitária e o realojamento dos refugiados.

Saara Ocidental

O Conselho de Segurança das Nações Unidas deu um prazo de três meses a Marrocos e à Frente Polisário para que cheguem a acordo quanto à realização de um referendo de autodeterminação no Saara Ocidental, até ao fim do ano.

O projecto de resolução aprovado pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, China, França, Grã-Bretanha e Rússia) convida o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, a intensificar esforços diplomáticos, em particular para resolver as dificuldades respeitantes aos critérios de identificação dos eleitores.

Butros Ghali deverá apresentar, «o mais tardar» em Maio, um relatório com os «resultados dos seus esforços, a cooperação entre as partes e as perspectivas e modalidades de um referendo justo» a realizar até ao fim do ano.

O problema dos critérios de identificação de eleitores continua a bloquear a aplicação do plano de paz das Nações Unidas para o Saara Ocidental, aprovado em Abril de 1991 pelo Conselho de Segurança.

Crianças

Uma em cada sete crianças da América Latina trabalha, o que representa 14,5 por cento da população total infantil da região, segundo um estudo da Organização Internacional de Trabalho (OIT).

A OIT refere que as estatísticas reais podem ser muito mais elevadas: a proporção de menores entre os 10 e os 14 anos a trabalhar situa-se nos 24 por cento no Haiti, 18 por cento no Brasil e Guatemala e 15 por cento na Nicarágua e Paraguai.

Itália

Os italianos vão pronunciar-se em referendo no próximo dia 18 de Abril sobre dez assuntos diferentes, entre eles o financiamento dos partidos políticos, indicou a presidência do Conselho de Ministros.

A campanha eleitoral terá início a 19 de Março. Segundo o primeiro-ministro Giuliano Amato, todos os referendos decorrerão no mesmo dia.

Os eleitores serão consultados sobre a abolição de vários ministérios, as disposições da lei sobre a toxicodpendência, o financiamento dos partidos políticos, a intervenção extraordinária em Mezzogiorno (regiões pobres do sul), assim como a eleição do Senado, a composição e eleição dos Conselhos Comuns e a lei sobre o serviço sanitário nacional.

Os dez referendos subiram, em 16 de Janeiro último, ao Tribunal Constitucional que rejeitou três outros.

Eleições em Cuba

A nova Assembleia Nacional cubana e as 14 assembleias provinciais saídas das eleições de 24 de Fevereiro serão oficialmente constituídas nos dias 15 e 7 de Março, de acordo com dois decretos entretanto assinados pelo presidente Fidel Castro.

Na sua primeira sessão, os 589 deputados à Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) e os 1190 delegados às 14 assembleias provinciais deverão eleger o presidente e o vice-presidente respectivos, depois de investidos nas suas funções pelo presidente da Comissão eleitoral.

A Assembleia Nacional deve pois eleger, entre os deputados, os membros e o presidente do Conselho de Estado, actualmente presidido por Fidel Castro, que foi reeleito deputado por Santiago de Cuba.

O Conselho de Estado, cujos poderes foram reforçados há oito meses, no quadro de uma revisão da Constituição, exerce o poder legislativo entre as reuniões da Assembleia que tem normalmente duas sessões ordinárias de três dias em cada ano.

Os 589 deputados e os 1190 delegados provinciais foram eleitos por 90 por cento dos votos expressos. A participação no acto eleitoral foi de 99,60 por cento.

As eleições agora realizadas vêm na sequência de uma reforma constitucional,

decidida pelo IV Congresso do PC de Cuba, em Outubro de 91, e posteriormente elaborada pela Assembleia Nacional Popular.

A reforma da Constituição engloba uma revisão da lei eleitoral, pela qual a eleição do parlamento passa a ser por sufrágio secreto, directo e universal, deixando de ser por colégio eleitoral, baseado nos eleitos locais e regionais.

A Comissão Nacional Eleitoral é presidida por um membro da Confederação dos Trabalhadores Cubanos e integra membros dos CDR (Comités de Defesa da Revolução), Confederação das Mulheres Cubanas, Associação dos Pequenos Agricultores, Federação Estudantil Universitária e Federação dos Estudantes do

Ensino Médio. As primeiras eleições realizadas após a reforma constitucional foram as municipais, em Dezembro de 92, a que se seguiram agora as gerais, em 24 de Fevereiro.

Nas eleições agora realizadas, os candidatos foram propostos pelos membros das 169 Câmaras Municipais (eleitos em Dezembro). Propostas que foram analisadas pela Comissão Nacional de Candidaturas, que para esse efeito promoveu consultas e reuniões que mobilizaram mais de um milhão e meio de pessoas.

Em conferência de imprensa, 4 horas após o fecho das urnas, Fidel Castro informou os jornalistas de que praticamente todos os candidatos seriam eleitos na 1.ª volta e que os votos nulos e brancos não ultrapassariam os 10%.

Na mesma conferência de imprensa foi abordada a situação económica, referindo-se a necessidade de abertura e de a virar para o exterior, de forma controlada. No que se refere à situação social, não se prevê nenhuma melhoria de imediato.

No difícil quadro socioeconómico do país pesa particularmente o cerco do bloqueio americano.

O bloqueio, alargado em 1992 a todas as empresas subsidiárias de empresas norte-americanas que operam noutros países, já custou

a Cuba cerca de 6,5 mil milhões de dólares (975 milhões de contos), de acordo com os números apresentados no livro «Cuba: história de um bloqueio», publicado há cerca de um ano.

Afastada do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as duas principais organizações financeiras internacionais, Cuba não pode realizar operações em dólares desde 1962, o que dificulta também transacções com outros países industrializados, com a ajuda da ex-União Soviética.

As exportações cubanas são dominadas por produtos com pouco valor acrescentado, especialmente o açúcar, mas também os minerais e o tabaco e nas receitas da balança de transacções correntes pesa, cada vez mais, o turismo.

Para compensar a escassez de recursos, Cuba procura aproveitar as suas potencialidades naturais e conquistar turistas de países capitalistas com o seu clima tropical e preços competitivos, tendo já aberto o mercado ao investimento estrangeiro, especialmente o espanhol.

No início de Abril, a «Euromoney» vai também reunir em Havana, pela segunda vez, 130 empresários da América do Norte e Europa, numa operação para atrair mais investidores estrangeiros e divisas.

Suíça

Manifestação contra o desemprego

Cerca de 25 mil pessoas concentraram-se, no centro de Berna, para protestar contra o agravamento do desemprego na Suíça.

No final do primeiro mês do ano 1993 atingia uma taxa superior a 140 mil desempregados, 86 721 suíços e 54 793 estrangeiros.

Nem a neve, frio ou chuva, que na manhã do dia 20 de Fevereiro se fazia sentir em vários pontos da Suíça, impediram a forte adesão à grande manifestação nacional de Berna, convocada pela coordenação dos comités dos desempregados e apoiada pelos sindicatos e organizações dos estrangeiros.

Na Praça Federal os manifestantes disseram não à redução do subsídio de desemprego, de 80 para 70 por cento, e apresenta-

ram uma série de medidas consideradas urgentes para revitalizar a economia.

Nos dias de hoje, todos os sectores económicos estão abrangidos pelo desemprego e tudo aponta para a passagem da barreira dos 200 mil até ao final do ano. As vítimas são sempre as mesmas: mulheres, estrangeiros, pessoas sem qualificação profissional e os jovens.

Nas fileiras dos desempregados aumenta igualmente a percentagem dos emigrantes portugueses.



Encontro PCP/PCG

Uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Álvaro Cunhal, Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, e Carlos Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo, encontrou-se no dia 24 de Fevereiro, em Lisboa, com Orestes Kolozof, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da Grécia, e Kratis Kyriazis, colaborador do CC do Partido Comunista da Grécia.

Durante o encontro, realizado no quadro das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o PCG, foram abordados os principais aspectos da situação nos respectivos países, na Europa e nos Balcãs, bem como o desenvolvimento futuro da cooperação entre os dois partidos e o seu empenhamento em eventuais iniciativas internacionais.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

NESTE
NUMERO

2 CADERNOS
DO REFORÇO
DO PARTIDO
AS ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS



UMA VIAGEM E TANTOS CAMINHOS

Textos de Henrique
Fotos de Jorge Cal

Esta é a explicação para uma viagem através dum aniversário. Há 72 anos nascia o Partido Comunista Português. Criado a 6 de Março de 1921 como resultado da ebulição em que entrou o nosso movimento operário sob influência da Grande Revolução de Outubro, o PCP cedo seria chamado a testar a qualidade dos princípios revolucionários que desde a primeira hora afirmava defender, sob o ideário do marxismo-leninismo. Foi uma rude prova: quase 50 anos de ditadura fascista a que pretensos "brandos costumes" não conseguem elidir o carácter sanguinariamente tacanho e opressivo, exigiram ao então jovem Partido da classe operária um combate sem tréguas nem limites, num terreno de oposição que a brutalidade do regime impôs como de vida ou de morte e que o PCP ocupou solitariamente ao longo das décadas, até ao 25 de Abril. Entretanto se a Revolução dos Cravos muito deve à infatigável luta do Partido pela liberdade, a democracia e o socialismo, não é menos verdade que o regime democrático dela emergente continua a ter no PCP o seu consequente e aguerrido defensor. A viagem podia ser por aqui, no festejo do colectivo. Mas o colectivo também tem geografias e gente concreta a movimentar-se nelas. Daí que este 72º aniversário do PCP seja assinalado por uma jornada com roteiro predeterminado - a Zona Oriental de Lisboa, hoje mais conhecida como futuro palco da Expo '98 que pelo seu passado operário - e tendo por cicerone um dos dirigentes comunistas que habitaram, na primeira pessoa, esse espaço num tempo em que a luta dos trabalhadores era ainda mais dura que a fome. Chama-se esse dirigente, **António Dias Lourenço**. E a viagem começa de manhãzinha, lá numa ponta de Chelas.

Era segunda-feira, o bairro de Chelas acordara cedo de outra noite enregelada - das mais frias do século, garante a meteorologia - e tudo parecia tiritar um banal começo de dia com chinfrim de trânsito e gente apressada, quando António Dias Lou-

renço nos apontou a Rua Capitão Roby e a transfigurou: ali fora preso Militão Ribeiro, recém-vindo do Tarrafal e apanhado nas traseiras a queimar papéis, seguindo para um encarceramento que o assassinaria em Novembro de 1942. A invocação ganhou vida, galgou todo o bairro e de repente já estava lá em baixo, no Largo do Beato, momentos antes da prisão, com o próprio António a tentar dissuadir um entusiasmado Militão de ir à casa clandestina da Rua Capitão Roby; a discussão travava-se à janela dum 4º andar donde ambos espreitavam o corropio das carrinhas da polícia a transportar centenas de grevistas de 1942, tantos que a Pide os teve de encarcerar provisoriamente na Mitra, umas centenas de metros mais adiante. Militão considerava a situação madura para o recrudescimento da luta até à greve geral e queria à viva força ir à casa clandestina. António achava que não e advertia para a vigilância da PIDE. *"Nem penses nisso, agora é que não lhes passa pela cabeça que alguém lá vá!"*. Passava. E Militão Ribeiro foi preso, enquanto a greve entrava em refluxo.

Da "Vila" Emília à Rua do Açúcar

Foi no meio deste relato que iniciámos a descida do bairro, mergulhando num tempo que se reanimava por entre ruínas, lugares vazios e portões fechados. A Fábrica da Pólvora de Chelas, *"estás a ver, ali por trás do convento das freiras? Explodiu nos anos 30, provocando vários mortos. E temos aqui a Fábrica das Malhas Magalhães Basto (hoje estação "Nereida" da CML para tratamento de águas residuais), "era propriedade de dois nazis e no tempo em que daqui me despedi por causa da proibição do 1º de Maio, uma operária morreu com os cabelos enrolados num tear"*. Lentamente, a zona ganhava outra vida por trás de fachadas em ruínas como a da Tinturaria Portugália *"onde se desenrolaram grandes lutas operárias"* e em frente da qual ainda se conserva a "Vila Emília", enorme edifício que servia de "lar" colectivo a dezenas de famílias de trabalhadores. Ou por trás de fachadas bem conservadas, como a da Fábrica de Lanifícios de Xabregas, hoje Instituto do Emprego e Formação Profissional, que juntamente com a vizinha Companhia Portuguesa de Tabacos *"participou nas grandes greves de Julho/Agosto de 1943, mobilizando, em plena Guerra Mundial, 50 000 trabalhadores em todo o País"*.

No contínuo de bairros que conservam os nomes seculares - Chelas, Xabregas, Beato, Poço do Bispo, Braço de Prata... - tam-

bém há fábricas que mantêm antigas laborações. É o caso da Fábrica de Moagem "A Nacional" ou da Sociedade Nacional de Sabões, onde chegaram a questionar-nos, em pergunta discretamente saída da portaria do edifício, se éramos "de algum jornal a fazer um trabalho sobre a empresa". Mas as ruínas e o abandono de autênticos monumentos de arqueologia industrial constitui a regra, às vezes numa sucessão de edifícios com uma grandiosidade que ainda hoje impressiona, como é o caso das Fábricas Nacionais de Fósforos, da Borracha Luso-Belga e da Vitor Cordier Lda, alinhadas ao longo da - esclareceu-nos Dias Lourenço - *histórica Rua do Açúcar, o nervo principal que ia dar ao Poço do Bispo. Tínhamos também aqui importantes células do Partido"*.

E chegámos à Praça David Leandro da Silva, "o coração de

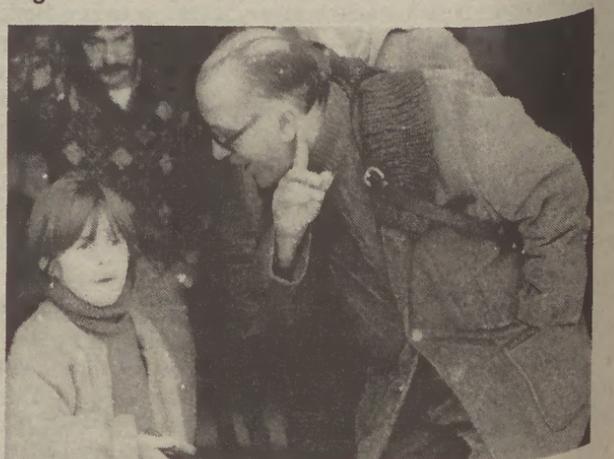
O Bairro

O Bairro Chinês é um avô, à portuguesa, dos *bidonville* que rodearam Paris nos anos 60, com uma diferença: enquanto estes já desapareceram, o primeiro ainda continua.

Situado em Marvila numa encosta sobranceira ao Tejo, este bairro da lata operário começou a erguer-se nos anos 20, abrigando sucessivas gerações de proletários atraídos à Zona Oriental de Lisboa para dar vida a uma intensa activi-



«No Bairro Chinês continuam, vivas, duas memórias: a da sua origem operária e a do sonho de uma vida digna»



«Ao lado, Dias Lourenço já estava cercado de miúdos, a quem fazia desenhos, e graúdos, com quem entabulava conversa sempre fácil»



António Silva, uns vigorosos 80 anos: «Também sou desse ideal!»

My name is Bispo. Poço do Bispo.

A doca de Poço do Bispo continua à beira da Rua do Açúcar, de ultramarina ressonância, mas já pouco embla faluas e fragatas à dimensão ribeirinha; no remanso das suas águas repousam outras tonelagens vindas das rotas do mundo, e mais diferente ainda há-de ser o velho abrigo, quando a Expo'98 o integrar na nova Zona Oriental de Lisboa.

Serve a tricotada introdução para abrir caminho à memória que a doca também tem, acordada por António Dias Lourenço com a simplicidade dum gesto que aponta a água, ri e conta: *"Olha, foi aqui que realizei a minha primeira tarefa como funcionário do Partido!"*.

Corria o mês de Maio de 1942. Uma tipografia clandestina *"instalada numa casa de Alverca ocupada pelo José Gregório"* (mais tarde assassinado pela PIDE), *"teve de ser evacuada à pressa e*

levada para Vila Franca de Xira". Mas não podia ficar ali, cercada de pidescas vigilâncias. *"Assim, pegámos nela, enfiámos-la numa fragata do Manuel Paulino e aí viemos nós, Tejo abaixo, até à doca de Poço do Bispo. Chegados aqui - apontou - a questão era fazer sair a tipografia nas barbas de toda a gente. Esperámos pela manhã, quando chegavam à doca uma carroças baixinhas que nesse tempo faziam os fretes, e foi numa delas que levámos o equipamento todo para outra casa clandestina, em Rio de Mouro!"*

Ali mesmo no meio de um vai-vem ultrapolicia-do, com Lisboa infestada de pides e mestres nazis, enquanto a Europa ardia na voragem nazi-fascista. Ainda James Bond andava pelos cueiros dum certo imaginário ocidental, à espera da sua aventureira hora com *martini dry* e cubos de guerra-fria...



«A doca também tem memória, acordada por António Dias Lourenço com a simplicidade dum gesto que aponta a água, ri e conta: foi aqui...»



Aspecto actual da «Vila Emília», enorme edifício que servia de «lar» colectivo a numerosas famílias de operários

Um breve perfil

António Dias Lourenço é um dirigente do PCP que dispensa apresentações mas, na circunstância do presente trabalho sobre o 72º aniversário do PCP, torna-se útil recordar a relação directa que protagonizou com a Zona Oriental de Lisboa. Nascido em Vila Franca de Xira em 1915, Dias Lourenço frequentou até aos 14 anos o curso industrial na Afonso Domingues, em Xabregas, vindo já daí a sua familiarização com a zona. Nessa altura foi trabalhar para o Parque de Aviação de Alverca (hoje OGMA), donde seria despedido aos 19 anos, com mais 200 camaradas de trabalho. Seguiu-se, no seu trajecto de especializado torneiro e fresador-mecânico, a empresa Romão das Balanças, na Sé, a Magalhães Basto (onde esteve cinco meses, despedindo-se num 1º de Maio) e a Soda Póvoa, empresa onde se manteve seis anos, até passar à clandestinidade com 27 anos de idade. A sua intervenção directa de dirigente comunista na Zona Oriental de Lisboa decorreu, primeiro como organizador no Baixo Ribatejo, depois como membro do Comité Local de Vila Franca de Xira e, finalmente, como membro do Comité Regional do Ribatejo, em contacto com a Organização Regional de Lisboa.

«Poço do Bispo». Nela dominam dois extraordinários edifícios, o da companhia vinícola Abel Pereira da Fonseca e o da Sociedade Comercial e da Sociedade Comercial José Domingos Barreiros (um empório de import-export nos anos 20/40), que ainda atestam o prestígio e o desenvolvimento então alcançados pela zona.

Compreensível, aliás: ao lado continua a doca de Poço do Bispo, outrora porta de entrada e saída para uma intensa actividade comercial, enquanto toda a Zona Oriental de Lisboa tem

Chinês

de ribeirinha: trabalho portuário, fábricas de material de guerra, de tabacos, têxteis, sabões, fósforos, borrachas, cortiça, manutenção militar, cerâmica, moagens, grandes armazéns de vinhos, comércio, etc. Testemunha em carne viva de um tempo de intensa exploração, o Bairro Chinês continua à espera que o Governo lhe resolva a situação de miséria em que continua. Talvez a Expo'98 obrigue, finalmente, o Poder Central deste País a fazer o que sucessivos Governos prometeram e não cumpriram: a transferência total destas populações para um bairro digno desse nome.

Dias Lourenço conhece o Bairro Chinês desde os primórdios. «Quando eu era miúdo havia aqui um GNR a quem chamávamos o Cinquenta e que alugava bicicletas que a malta usava em grupo, para poupar no aluguer. Foi ainda em jovem, tinha os seus 16/17 anos, que o dirigente comunista continuou a caracolear pelo bairro, mas aí já metido em coisas mais sérias: «era ao campo do Marvilense que eu vinha buscar a imprensa do Partido, que depois ia entregando ao longo das estações do comboio até Vila Franca de Xira».

Não foi difícil detectar a origem operária do bairro. A primeira pessoa que abordámos, Noémia Santos, vive ali há 60 anos trazida pelo pai, operário numa fábrica de tijolo, e pela mãe, operária num grémio de batata. «Eles foram-se e eu aqui fiquei. O Mário Soares já aqui esteve a prometer-nos casa quando queria o nosso voto para Primeiro-Ministro. O Cavaco, esse nem pôs cá os pés, porque é muito fino! E cá continuamos à espera...». Pouco depois entrámos num café onde António da Silva, com uns vigorosos 80 anos, 55 dos quais ali vividos, nos continuaria a confirmar as origens do bairro, ao desfiar uma vida de trabalho na zona. «Também sou desse ideal», afirmou-nos, já sorridente, quando nos identificámos por sua solicitação. Ao lado, Dias Lourenço já estava cercado de miúdos, a quem fazia desenhos e graúdos, com quem entabulava conversa sempre fácil. A visita foi breve mas impressiva: no Bairro Chinês continuam, vivas, duas memórias: a da sua origem operária e a do sonho duma vida digna.



Noémia Santos: «O Mário Soares esteve cá com promessas para caçar o voto para Primeiro-Ministro. O Cavaco nem pôs cá os pés, porque é muito fino!»

caminhos apontados para ali. Ainda reanimando a história, Dias Lourenço apontou-nos os imensos armazéns de Abel Pereira da Fonseca, hoje aparentemente desactivados, e recordou: «aqui polarizava-se uma forte classe de tanoeiros, cujo sindicato legalmente admitido pelo fascismo chegou a ter como presidente o nosso camarada Aires. Foi, aliás, nesta altura que os operários e os trabalhadores optaram pela participação nos sindicatos fascistas, conquistando-os por dentro».

A viagem estava a chegar ao fim, com passagens e episódios que destacamos nestas páginas. A palavra ainda para António Dias Lourenço, num apontamento final que resume

- adequadamente, neste assinalar do 72º aniversário do Partido - a íntima relação entre o florescimento operário da Zona Oriental de Lisboa e a intervenção do PCP:

«Neste período, o Partido teve um peso determinante no desenvolvimento das lutas aqui realizadas, tal como este alfofre operário teve um papel importante na reorganização do Partido realizada nos anos 40 e 41. Recorde-se que, nesse tempo, várias vias de ligação utilizadas pelo Partido eram feitas através dos trabalhadores da CP do Baixo Ribatejo que trabalhavam nas oficinas de Santa Apolónia».



«E chegámos à Praça David Leandro da Silva, o coração de Poço do Bispo. Nela dominam dois extraordinários edifícios - o de Abel Pereira da Fonseca e o da Sociedade Comercial JD Barreiros»

Era uma vez um alfaiate

O episódio mete um prédio e uma alfaiataria, e nele haveremos de verificar que nem só com o alfaiate de Fernão Lopes se fez história, em Lisboa.

O prédio original já não existe, foi substituído por um dos muitos que normalizaram bairros da cidade à força de varandas fechadas a alumínio, e quem hoje o habita ou nele frequenta os serviços que lhe instalaram no rés-do-chão, não imagina estar no sítio donde irradiou, nos anos 30/40, toda a acção do PCP para a Zona Oriental de Lisboa, Comité Local e, mesmo, Regional. Tudo a partir da casa de um alfaiate, em Braço de Prata, Joaquim Campino de seu nome; tudo de repente vivo e a mexer, no relato enérgico de Dias Lourenço:

«Nos anos 30/40 esta alfaiataria era um verdadeiro centro de trabalho clandestino do Partido; aqui vinha o Chico Louro, o Fernando Galacho, o Aires e tantos outros, daqui irradiava toda a acção do PCP para a Zona Oriental de Lisboa e os Comités Local e Regional. E não julgues que era só trabalho de direcção que aqui se fazia: havia igualmente uma biblioteca clandestina e o movimento neo-realista estabeleceu aqui dos seus primeiros contactos com a realidade e as gentes operárias».

E a polícia política, nestas décadas já bem activa, não suspeitava de nada? O nosso cicerone riu-se:

«Claro que suspeitava! Mas a malta trocava-lhe as voltas, aproveitávamos a

legislação do próprio regime e promovíamos aqui toda a espécie de actividades - cursos de esperantistas (imagina que eu até fui professor de esperanto!), de naturistas, etc. Eram formas legais de reunião que aproveitávamos plenamente, enquanto se desenvolvia o trabalho político. Entretanto, o camarada Joaquim Campino era um respeitado mestre alfaiate, o que ajudava a manter a certa distância a perseguição policial».

É claro que um centro de actividade revolucionária com esta envergadura e intensidade não podia eternizar-se, como Dias Lourenço nos explicou: «Em 1945, o Joaquim Campino passou à clandestinidade, vindo a integrar o Comité Central e a dirigir lutas importantíssimas, como a dos corticeiros. E lá se foi a nossa alfaiataria...»



«O prédio original já não existe, foi substituído por um dos muitos que normalizam bairros da cidade à força de varandas fechadas a alumínio. Mas foi dali, nos anos 30/40, que irradiou toda a actividade do PCP para a Zona Oriental de Lisboa»

Anos 60 / Anos 90

Portugal, a Europa e o Mundo

Evolução e Perspectivas

O tema anunciado deste Ciclo de Palestras promovido pela Cooperativa Árvore - "Anos 60 - Anos 90" -, justifica algumas considerações prévias.

O tema sugere uma comparação entre a situação e os acontecimentos da década 60 e a situação e acontecimentos da década que agora começa no findar do século.

Ora uma tal comparação, se concebida nos limites cronológicos propostos, tornaria impossível quaisquer análises e conclusões válidas.

Por três razões.

A primeira é que a situação e os acontecimentos da década 60 se inserem e integram num processo mundial e em processos regionais e nacionais incluindo o processo económico, social e político em curso no nosso país cuja dinâmica ultrapassa largamente a própria década.

A segunda, particularmente significativa para nós, portugueses, é que, entre os anos 60 e os anos 90 (portanto ao longo de 30 anos não considerados no tema deste Ciclo de Palestras) se produziram alguns dos mais relevantes e significativos acontecimentos da história de Portugal, designadamente a revolução democrática de Abril, à qual sucedeu até hoje um processo contra-revolucionário.

A terceira é que, em termos mundiais, se interpõe, entre a década 60 e a década 90, um desenvolvimento irregular cujo resultado se traduz na actualidade por uma alteração da correlação mundial de forças que altera, embora temporariamente, o sentido geral da evolução da sociedade que caracterizou o século XX.

Daí a necessidade de, aceitando e tratando especificamente o tema anunciado - "Anos 60 - Anos 90" -, abordar os problemas num contexto mais vasto da evolução da situação internacional e nacional.



O avanço mundial da luta libertadora

Precisamente, o dobrar da década 50 para a década 60 foi marcado por grandes vitórias e avanços das forças revolucionárias do nosso século: os países socialistas, o movimento nacional libertador, a classe operária dos países capitalistas.

Em 1961, a União Soviética apresentava-se (no XXII Congresso do PCUS) com um audacioso e ambicioso programa de desenvolvimento e progresso socioeconómico.

Expressaram-se, é certo, em torno desse programa, infundado optimismo e muitas ilusões. Acreditou-se num desenvolvimento e passagem a curto prazo para a sociedade comunista, quando ainda o socialismo não estava construído em todos os seus elementos. Acreditou-se numa relativamente rápida ultrapassagem do desenvolvimento das forças produtivas pelo campo socialista relativamente ao mundo capitalista e na conseqüente vitória breve do socialismo na competição económica com o capitalismo. E não se conhecia nem avaliava a gravidade do distancia-

mento que se agravava entre aspectos essenciais da realidade política e social e os objectivos comunistas proclamados.

Esse excessivo optimismo e essas ilusões e incorrectas avaliações não apagam porém a verdade desse momento histórico: a União Soviética aparecia como a sociedade nova, com ímpares realizações progressistas, como exemplo, estímulo e força solidária para os processos libertadores de todo o mundo, como grande e então optimisticamente afirmada invencível fortaleza dos trabalhadores e dos povos.

O campo socialista estendera-se da Europa (URSS, Bulgária, Polónia, Checoslováquia, RDA, Hungria, Jugoslávia, Roménia, Albânia) ao Extremo Oriente (China, Coreia do Norte, Mongólia, Vietname e já também com processos em curso no Laos e no Camboja). Libertada da ditadura fascista e do domínio ianque em princípios de 1959, Cuba, com Fidel, arvorou em Abril de 1961 a primeira bandeira vitoriosa do socialismo em terra da América.



O movimento nacional libertador, activamente apoiado pela URSS e outros Estados socialistas e pelo movimento operário, desenvolveu-se também impetuosamente nessa época fazendo desmoronar o sistema colonialista. Na segunda metade da década 50 e na primeira metade da década 60, dezenas de povos alcançaram a independência embora em muitos casos limitada e condicionada, e muitos outros (caso de Angola, de Guiné-Bissau, de Moçambique) lutavam por ela de armas na mão.

A evolução da correlação mundial de forças nesses anos dava-se num sentido desfavorável ao imperialismo cujo campo se restringia com as revoluções socialistas e de libertação nacional.

O imperialismo em crise contra-atacava. Os Estados Unidos intervinham para sufocar revoluções populares, promoviam e apoiavam ditaduras fascistas e reaccionárias e seguindo-se à derrota da guerra lançada pela França (1954)

a monstruosa guerra lançada contra o Vietname (1965), na qual o imperialismo norte-americano viria a sofrer uma derrota histórica, é exemplo da tentativa de domínio mundial.

Em relação a Portugal, uma tal evolução tinha dois efeitos contrários (como então muito claramente sublinhámos). Por um lado, fazendo frente ao avanço do processo mundial de libertação dos povos, os grandes países capitalistas, na continuidade da sua política anterior, apoiavam e ajudavam a ditadura e o governo fascista de Salazar. Por outro lado a luta do povo português contava com o apoio, a activa solidariedade e a luta convergente da URSS e outros países socialistas, do movimento de libertação nacional em vigoroso desenvolvimento com a luta armada desencadeada nas colónias portuguesas, do movimento operário, das forças progressistas do mundo.

Assim, nos anos 60 e prolongando-se pelos anos 70, a evolução da situação internacional apresentava-se globalmente negativa para a ditadura fascista e favorável à luta do povo português pela liberdade e a democracia.

Estes factores contribuíram para aprofundar a crise geral da ditadura, crise que se desenvolve nos anos 60 e primeiros anos da década-



da 70 até atingir a situação de crise revolucionária que conduziu ao 25 de Abril, à revolução democrática e à instauração da democracia portuguesa.

A ditadura fascista, o regime político e as estruturas socioeconómicas

A revolução de Abril pôs fim a um dos mais sombrios e tenebrosos períodos da história de Portugal: quase meio século de ditadura fascista.

Eu digo "ditadura fascista". Mas todos assistimos a uma campanha visando negar que tenha havido uma ditadura fascista em Portugal.

Tal campanha já vinha do tempo da ditadura. O próprio Salazar, ante a derrota do fascismo na Guerra proclamou que "os verdadeiros democratas somos nós", ou seja, eles, os fascistas.

Depois do 25 de Abril, na medida em que se desencadeou e avançou o processo contra-revolucionário e foram sendo progressivamente restaurados interesses, valores e posições do 24 de Abril, foram sendo apagadas as referências ao fascismo. A ditadura passou a ser designada, em termos quase oficializados, como o "antigo regime" ou o "anterior regime".

Actualmente com a manifesta complicitade de altas esferas do Estado e de grandes órgãos de comunicação social, assiste-se à multiplicação de iniciativas de desculpabilização, branqueamento e até valorização da ditadura e dos seus responsáveis. Não se trata apenas da entrega de altos cargos a antigos ministros, secretários de Estado e outras individualidades do fascismo. Trata-se de uma campanha ideológica de que entre muitos outros são exemplos o panegírico de



Marcelo Caetano em folhetos destacáveis de jornais ("Público", 25.10.92) e, entre muitos outros exemplos recentes, um chamado debate na Casa de Serralves, realizado em 30 de Janeiro, sobre "A vida e a obra de Salazar".

Um professor universitário afirmou ai peremptoriamente que "o salazarismo não foi fascismo" mas apenas "autoritarismo conservador" sem se lembrar de que "autoritarismo conservador" é manifestamente o cavaquismo no Portugal democrático em que vivemos. O mesmo senhor afirmou que com Salazar o Estado é que tinha de estar subordinado ao

Direito e que a chamada Constituição de 1933 não era "ditatorial", pois "nada nela obrigava o regime a ser ditatorial" e "nem sequer havia proibição de partidos". E lá vem a referência ao art.º 8º que explicitava cinicamente o reconhecimento de todas as liberdades dos cidadãos, quando o exercício de qualquer delas era impedido e reprimido com violência.

Fascismo em Portugal? Não. Pois se mesmo na Alemanha hitleriana o que havia era, nas palavras do mesmo senhor, "o romantismo político alemão" ("Público", 1.2.93)?!

É legítimo que analistas e comentadores estudem as semelhanças e as diferenças entre as ditaduras existentes nessa época e procurem classificá-las. Em termos políticos e gerais, afirmar que tal ou tal regime ditatorial não foi fascista, como na época era considerado e combatido (e é isso que legitimamente fica na história), e classificá-lo apenas como "autoritário" acaba por ser uma falsificação da história.

A ditadura fascista em Portugal não foi tão sanguinária como as ditaduras fascistas na Itália e na Alemanha. Mas tinha traços essenciais que plenamente justificaram que tivesse sempre sido considerada como tal.

Salazar colaborou estreitamente com Hitler e Mussolini. Enaltecia o "génio político" de Mussolini com cujo retrato na secretária se fazia fotografar para inserir na edição dos próprios discursos. Gabava-se das semelhanças da ditadura portuguesa e da ditadura italiana. Criou um Estado e uma orgânica corporativa quase literalmente copiada da "Carta del Lavoro" fascista italiana. Copiou múltiplas experiências dos fascismos italiano e alemão e copiou inclusivamente a saudação de braço levantado e mão estendida. Liquidou as liberdades e direitos dos cidadãos.

Criou uma polícia política que teve vários nomes e cujo nome mais conhecido é a PIDE, para perseguir, prender, torturar e matar adversários da ditadura. Criou uma milícia fascista - a Legião Portuguesa. Criou uma organização fascista da juventude - a Mocidade Portuguesa. Colocou as Forças Armadas ao serviço do que chamava "revolução nacional". Criou Tribunais Especiais submetidos à PIDE para condenar antifascistas.

Liquidação de liberdades e direitos. Perseguições, torturas até à morte, assassinatos a tiro, democratas presos por 10, 15, 20 anos e mais, campo da morte lenta do Tarrafal - são elementos basilares da ditadura que não podem ser esquecidos.

Se a ditadura não foi ainda mais longe nos seus crimes isso deve-se a que lhe faltava o apoio de massas e militante com que contaram Mussolini e Hitler e porque a oposição e a resistência antifascista lhe fez frente com a luta, a acção revolucionária, a coragem e o heroísmo de sucessivas gerações.

Outra importante questão: A caracterização de classe da ditadura (a definição simultânea da natureza das estruturas socioeconómicas e do regime político) é essencial para a compreensão do que ela foi realmente e dos acontecimentos históricos ulteriores.

Precisamente nos anos 60, o PCP deu uma definição lapidar da ditadura fascista: a ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários. E salientou um dos aspectos típicos da situação. Os grupos monopolistas associavam-se em posição subalterna ao imperialismo estrangeiro na exploração tanto do povo português como dos povos das colónias portuguesas. Portugal, país colonizador em África, era um país colonizado na Europa.

Dado o atraso económico geral do país, a rápida centralização, concentração e acumulação de capitais, a formação do capital financeiro, a formação, desenvolvimento e poder dos grandes grupos monopolistas, não corresponderam, no caso português, ao mero decorrer de leis objectivas do desenvolvimento capitalista, antes foram produto da intervenção violenta e coerciva do Estado fascista.

O chamado "condicionamento industrial", a "reorganização industrial", o "Plano Intercalar do Fomento" constituíram instrumentos essenciais da formação e instauração do poder económico e político dos monopólios pela ditadura fascista.

Pode assim dizer-se que, criados pelo fascismo, os grupos monopolistas tornaram-se os seus senhores. Mas tem de acrescentar-se que aprofundando as contradições económicas e sociais constituíram objectivamente um factor do desencadeamento e aprofundamento da crise do regime.

A rápida formação dos grupos monopolistas, a centralização, concentração e acumulação de capitais voltou objectivamente contra a ditadura as classes não monopolistas - a

Integrada no 30º aniversário da Cooperativa Árvore, realizou-se no Porto no passado dia 25 de Fevereiro a primeira de um ciclo de palestras sob o lema "Anos 60 / Anos 90 - Portugal, a Europa e o Mundo: evolução e perspectivas".

O convidado da direcção da Árvore para esta primeira sessão foi Álvaro Cunhal, cuja intervenção suscitou a atenção e o interesse das várias centenas de pessoas que compareceram na Cooperativa e de muitas outras que puderam ouvi-la através da Rádio Nova.

Na mesa estiveram o escultor José Rodrigues, presidente da Direcção da Árvore, e o jornalista Manuel António Pina, que situaram os objectivos da iniciativa e anunciaram os próximos convidados, e entre a assistência muitos intelectuais do Porto - das gerações mais jovens, uns, outros cuja identificação com o projecto de intervenção cultural da Árvore vem dos tempos da resistência ao fascismo.

Eis, na íntegra, o texto da palestra de Álvaro Cunhal.

esmagadora maioria da população portuguesa.

A formação e domínio dos grupos monopolistas reduziu assim a base social de apoio do governo. Distanciou cada vez mais o regime da esmagadora maioria da população portuguesa. Alargou a base social de acção e intervenção das forças antifascistas. Criou objectivamente novas condições para a dinâmica da resistência e da acção revolucionária que viria a conduzir ao derrubamento da ditadura.

A crise da ditadura fascista e o avanço da luta popular e democrática

Embora as dificuldades e contradições crescentes da ditadura fascista venham de trás, pode considerar-se que é na década 60 que o regime entra na crise geral que se irá aprofundando até à situação revolucionária na qual a revolução de Abril lhe porá fim.

A crise geral da ditadura caracterizou-se por quatro aspectos essenciais.

O primeiro foi o rápido agravamento das contradições económicas e sociais do capitalismo devido às características específicas do seu desenvolvimento sob a ditadura e às incidências do processo de integração económica europeia já então em marcha. Desceu a taxa anual de crescimento do produto. Aumentaram rapidamente os défices das balanças comercial e de pagamentos. Subiu a inflação. Agravou-se a exploração da classe operária e dos trabalhadores em geral. Os pequenos e médios agricultores e pequenas e médias empresas foram duramente atingidos. A ruptura da ditadura com os intelectuais acentuou-se.

O segundo aspecto da crise da ditadura foi o desencadeamento e consequências das guerras coloniais, a evolução militar desfavorável aos exércitos colonialistas e a incapacidade do Governo (pela sua orientação colonialista) de encontrar uma solução. As guerras coloniais, além dos encargos materiais e humanos inoportáveis para o país, contrariavam os mais profundos sentimentos do povo português, levantaram decidida oposição da juventude e criaram a convergência da luta do povo português contra o fascismo e pela democracia e dos povos das colónias portuguesas contra o colonialismo e pela independência.

O terceiro aspecto da crise do regime foram as divisões e conflitos no próprio campo social, político, institucional e militar da ditadura, de que são exemplos o distanciamento, em relação a Salazar, de Craveiro Lopes, o Presidente da República, o "ultimatum" a Salazar de Botelho Moniz, Ministro da Defesa, a passagem à oposição de oficiais altamente comprometidos com a ditadura (Humberto Delgado, Henrique Galvão e outros) e a formação de um grupo de "fascistas dissidentes" na Assembleia Nacional (Sá Carneiro entre eles). A "demagogia liberalizante" de Marcelo Caetano não visava a passagem à democracia, mas travar a desagregação do regime, assimilar a parte mais hesitante da oposição, isolar o PCP, força central da resistência antifascista, atenuar os conflitos sociais e evitar a explosão revolucionária de cuja aproximação se multiplicavam os índices e da qual os monopólios tinham particular receio.

Finalmente, o quarto, e decisivo aspecto da crise que a ditadura foi incapaz de sustentar apesar da repressão, foi a amplitude social e o ascenso impetuoso da luta popular tendo como grandes frentes o movimento operário, o movimento democrático, o movimento juvenil, a luta contra a guerra colonial, as correntes e acções de resistência nas forças armadas e a acção muito diversificada de intelectuais e de classes e camadas intermédias. Acentuou-se o isolamento interno do salazarismo acompanhando o seu crescente isolamento internacional.

Logo os primeiros anos da década 60, na continuidade de lutas anteriores, são marcados por um extraordinário e poderoso surto de greves, concentrações e assembleias de operários industriais e rurais, mineiros e pescadores, e por outras acções de massas nas empresas e nos sindicatos nacionais. Foram momentos culminantes deste período as lutas operárias, a grandiosa luta dos operários agrícolas do sul culminando no 1º de Maio de 1962 e na conquista das 8 horas de trabalho, os movimentos grevistas de 1969, as lutas da juventude e dos soldados contra a guerra colonial e as movimentações académicas de 1962 e 1969. Até ao 25 de Abril, embora num processo irregular, confirmou-se o fluxo ascensional da luta popular. A partir da segunda metade da década 60 formas armadas de luta contra a guerra colonial, a multiplicação das acções de resistência nas Forças Armadas e o surgir nestas de um movimento organizado com vasta parti-

cipação (o futuro MFA) são novos indícios da aproximação de uma situação revolucionária.

Há quem, procurando fazer história insinue que os anos 60, por virtude dos movimentos universitários, foram marcados pela perda pelo PCP do seu papel de vanguarda na luta antifascista. Esta apreciação justifica algumas observações.

Antes de mais deve lembrar-se que as grandes movimentações académicas dos anos 60 surgem num contexto da luta geral do povo português e são inseparáveis na sua dinâmica do surto da luta operária e popular de massas e do papel determinante nessa época representado pelo PCP, inclusivamente no movimento estudantil.

Diga-se de passagem que "A geração de 60" do movimento estudantil que há tempos foi apresentada como tendo então ultrapassado o PCP era, em muitos dos seus principais dirigentes, composta por elementos que eram então do PCP... embora alguns o ocultem nos seus actuais depoimentos sobre a matéria.

É certo que a crise geral da ditadura fascista e a amplitude do descontentamento popular abarcando as mais variadas classes e camadas sociais determinaram o aparecimento de numerosos grupos de oposição com as mais variadas ideias políticas e formas de actuação. Mas o PCP continuou a ser na época o eixo e a força determinante da resistência e da luta para pôr fim à ditadura.

A revolução de Abril foi a este respeito suficientemente comprovativa. Sem menosprezar antes dando alto apreço à acção de democratas não comunistas e salientando a iniciativa e acção determinante do MFA e do levantamento militar, o PCP interveio não só na preparação das condições políticas que tornaram possível a vitória mas também como a força dinamizadora determinante do levantamento popular, de transformações democráticas e da instauração do novo regime.

Três análises, três programas, três vias

As forças democráticas coincidiam num objectivo que quase todos afirmavam ser o seu: pôr fim à ditadura, instaurar as liberdades democráticas. Essa coincidência, correspondendo a uma profunda aspiração popular, tornou possível em numerosas ocasiões a formação de movimentos e organizações antifascistas unitárias e lutas de carácter unitário.



Existiam entretanto divergências profundas, agravadas nos anos 60 com a crise geral da ditadura, relativamente a três questões essenciais: a caracterização da própria ditadura, a via para lhe pôr termo e os objectivos do seu derrubamento e do futuro regime.

Em torno destas três questões agudizou-se a luta política e ideológica nos anos 60.

No que respeita à caracterização da ditadura, o PCP apontou o papel da ditadura na formação dos grupos monopolistas que se tornaram as grandes forças de apoio e direcção da ditadura fascista, mas que com o aprofundamento da crise da ditadura procuraram a salvação do seu poder numa "liberalização do regime".

Contrariamente às análises do PCP, tanto a burguesia liberal como sectores esquerdistas procuravam caracterizar a ditadura no tempo de Salazar, o salazarismo, não como instrumento da formação e estabelecimento do domínio do capitalismo monopolista, mas como uma ditadura cuja missão teria sido a sobrevivência de um capitalismo retardatário e o bloqueio do desenvolvimento do capitalismo ("Caderenos Necessários", n.º 3, p. 14 e outros).

Tal apreciação relativa às estruturas socioeconómicas teve necessariamente insidência na apreciação da ditadura sob o ponto de vista político. Com Salazar sim, teria havido uma ditadura. Mas, com Marcelo Caetano o regime seria caracterizado pela política do capital progressista voltado para o desenvolvimento do capitalismo e a "liberalização" e a "democratização" do poder e do Estado.

Relativamente aos **objectivos**, também eram defendidos três programas divergentes: o da burguesia liberal, o de sectores esquerdistas e o do PCP.

O **programa da burguesia liberal** (caso do Directório da Acção Democrático-Social, ADS) colocava como objectivo a instauração das liberdades fundamentais. Mas mantinha inalterável a estrutura socioeconómica criada pela ditadura fascista: o poder dos grandes grupos monopolistas dominantes e dos latifundiários.

O Programa da Democratização da República (1961) não tocava nos monopólios, nem no imperialismo, nem na dominação colonial.

É certo que, no que respeita às colónias, as posições da burguesia liberal tiveram certos desenvolvimentos nos anos 60. Em 1964 admitiam a descolonização como "irreversível" (Carta a Salazar do Directório da ADS). Mas, ao mesmo tempo aprovavam um plano neocolonialista de Cunha Leal e em 1967 (Carta ao Presidente da República, de 9 de Março) davam apoio à guerra colonial e consideravam a luta dos povos coloniais "ataques à nossa soberania e propriedade".

Em resumo: o programa da burguesia liberal apontava para um novo regime político que manteria, para além da ditadura fascista, com novas superestruturas políticas e jurídicas, o domínio dos monopólios e dos latifundiários, assim como o domínio colonialista.

Os **grupos esquerdistas** eram particularmente confusos quanto ao seu programa. Por um lado, criticando violentamente o Programa do PCP como um programa da burguesia faziam apelos à revolução socialista imediata, à revolução proletária inspirada à partida por uma facciosa atitude anti-

Anos 60 / Anos 90

Portugal, a Europa e o Mundo Evolução e Perspectivas

Destes 8 objectivos, (sublinhava o Programa) "a instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e sua substituição por um Estado democrático, constituem um **objectivo central da revolução democrática e nacional e uma condição primeira e indispensável para a realização dos seus outros objectivos**" (Programa do PCP, I.1º).

Relativamente à **via para pôr termo à ditadura** acentuaram-se também as divergências com o agravamento da crise do regime fascista, o desaparecimento de Salazar e a formação do Governo de Marcelo Caetano.

A burguesia liberal e sectores da pequena burguesia radical e mesmo sectores que se afirmavam "revolucionários" tendiam a acreditar na "queda automática da ditadura" e indicavam que o termo da ditadura podia partir do próprio Governo, nomeadamente do Governo de Marcelo Caetano.

Diziam alguns teorizadores que a PIDE já não era uma polícia política mas uma "força de ordem" com funções preventivas. Iam outros ao ponto de proclamar que o Governo só não legalizaria o PCP porque a legalização faria o PCP perder o seu poder de atracção. A liberdade sindical estaria a ser instaurada. O marcelismo estaria a ser não um sintoma das contradições insanáveis e da crise profunda da ditadura ante a vaga de luta do povo português e o avanço da luta dos povos coloniais, não uma tentativa para evitar a crise revolucionária que se aproximava e para salvar o domínio dos monopólios, mas uma real política de democratização.

O compromisso com o regime, nomeadamente com Caetano para a liberalização da ditadura, foi desde a segunda metade dos anos 60 ao 25 de Abril não apenas uma esperança mas uma linha de acção da burguesia liberal e de outros sectores democráticos. Alguns, caso da ADS, afirmando que assim "abririam caminho" a todos os democratas, procuravam obter uma legalidade preferencial que M. Caetano esta-

Os acontecimentos, nomeadamente a revolução de Abril, viriam a dar a prova dos nove acerca de quais análises, quais objectivos e qual via respondiam à situação objectiva e à natureza da revolução antifascista exigida nessa mesma situação.

A revolução de Abril e o processo contra-revolucionário

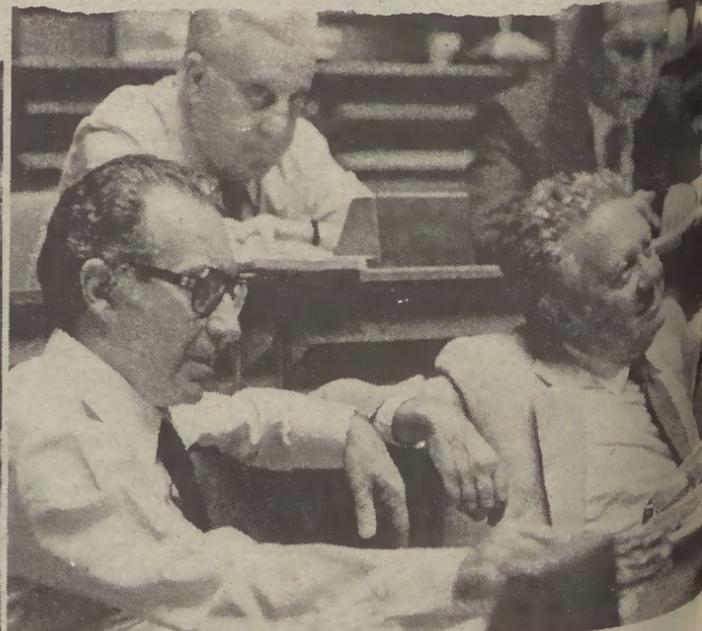
Os anos 60 não podem ser compreendidos em todo o seu significado se não se considera o que foi a revolução de Abril como resultado do processo histórico então em rápido desenvolvimento. E os anos 90, no que já hoje são e na perspectiva do que virão a ser, também não podem ser compreendidos em todo o seu significado se, a par das radicais alterações na situação internacional, não se consideram tanto as profundas transformações revolucionárias que na vida nacional introduziu a revolução de Abril como o processo contra-revolucionário ulterior.

A **revolução de Abril**, iniciada com o levantamento militar do MFA logo seguido de um levantamento popular, **constituiu um processo heróico e exaltante de libertação política e social que se inscreve como um dos momentos mais altos da história do nosso país.**

O processo foi contraditório e irregular, sem um Governo revolucionário, sem um programa revolucionário, com um poder político composto por forças partidárias e militares divididas por profundas divergências e dando origem a uma efectiva multiplicidade de centros de decisão. Não foi tão-pouco criado um Estado democrático agente e garante da transformação da sociedade.

O papel determinante na revolução democrática coube às massas populares, a organizações políticas que fundiram com elas a sua actividade (nomeadamente o PCP) e à acção, no sistema do poder, dos sectores progressistas do MFA. A iniciativa e a luta de massas, a generalização do controlo operário, a intervenção das organizações sindicais e organizações de empresas constituíram uma irresistível torrente de vontade e poder popular que arrastou na sua dinâmica mesmo sectores que ofereciam reservas e resistências ao processo em curso.

Com a realização de profundas transformações democráticas, **a revolução portuguesa transformou radicalmente a realidade nacional.**



comunista, pois, segundo eles, os partidos comunistas seriam "partidos burgueses" ao serviço do capital.

Grupos que se intitulavam maoístas, dirigindo-se "a todos os proletários", apontavam a única tarefa própria da época actual: derrubar a burguesia, tomar o poder político e estabelecer a ditadura do proletariado para levar a cabo a revolução socialista" (CMLP, "projecto de Programa"), cujos objectivos concretos nunca definiram entretanto com rigor.

O **Programa do PCP** (aprovado no VI Congresso realizado em 1965) caracterizou a revolução antifascista como uma revolução democrática e nacional.

"Democrática (proclamava o Programa) - porque acabará com a tirania fascista, instaurará a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa".

"Nacional - porque, acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre estes povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país".

Oito pontos ou objectivos fundamentais da revolução foram indicados:

1º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;

2º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;

3º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;

4º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral;

5º Democratizar a instrução e a cultura;

6º Libertar Portugal do imperialismo;

7º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;

8º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

ria disposto a conceder desde que conseguissem que o PCP desistisse da sua acção clandestina (incluindo da sua imprensa) e nomeadamente da luta popular.

Para esses, o essencial era "não assustar" o Governo, garantir-lhe que não haveria uma explosão revolucionária, procurar a aliança com os "dissidentes do regime" e abrir assim caminho à "democratização" da ditadura pela própria ditadura.

Quanto aos grupos esquerdistas, considerando também ultrapassado e moribundo o fascismo, apontavam em palavras noutra direcção: a luta armada imediata, numa concepção de acções de comandos de carácter terrorista, que iniciada seria capaz de desencadear um processo armado generalizado, global e rapidamente vencedor.

O PCP (depois de, em 1961, ter corrigido a perspectiva da "solução pacífica do problema político português") apontou como caminho o levantamento nacional, a insurreição popular, a via armada.

O PCP insistiu, no desenvolvimento da luta com objectivos concretos imediatos, na luta de massas em todas as frentes, na unidade das forças democráticas, na organização. Mas, com o desenvolvimento da situação, apoiando e desenvolvendo a luta contra a guerra colonial, empreendeu também acções violentas contra o aparelho de guerra colonialista (caso da ARA-Acção Revolucionária Armada).

O Programa do PCP aprovado em 1965 indicou o caminho: "o caminho que se oferece ao povo português para derrubar a ditadura fascista e levar ao poder o Governo Provisório (indicava o Programa) é o **levantamento nacional, a insurreição popular armada, que, devido à natureza militarista do Estado, implica a participação e neutralização de importantes partes das forças militares**".

Com o evoluir da situação, o PCP admitiu que o levantamento nacional armado fosse simultaneamente popular e militar, e que um destes elementos pudesse preceder imediatamente o outro.

Depois de 48 anos de ditadura, foram conquistadas as liberdades de reunião, de manifestação, de partidos políticos, sindical e de imprensa assim como o direito à greve.

Depois de 48 anos de ditadura ao serviço da exploração dos trabalhadores e do povo pelo grande capital, foi conquistado um efectivo e rápido melhoramento das condições de vida, com o estabelecimento imediato do salário mínimo nacional que desafogou consideravelmente a situação das categorias mais mal remuneradas, com aumentos salariais, com o aumento do abono de família e das pensões de reforma e invalidez, o direito a férias, o reconhecimento de direitos das mulheres, a criação de um Serviço Nacional de Saúde. É significativo que a parte dos salários e ordenados no rendimento nacional tenha passado de 34,2% em 1973 para 41,7% em 1975.

Depois de 48 anos de domínio violento, em toda a sociedade portuguesa, do grande capital e dos grupos monopolistas, efectivos detentores do poder económico e do poder político absoluto e terrorista, e depois das tentativas de abafarem economicamente ou vencerem a jovem democracia portuguesa pela sabotagem, por conspirações e por golpes de Estado (Julho de 1974, 28 de Setembro do mesmo ano, 11 de Março de 1975), as nacionalizações dos sectores básicos aparecem no processo da revolução democrática não só como imperativo para uma nova política económica, mas também como necessidade de defesa da própria democracia.

Depois de 48 anos de apoio à propriedade latifundiária, de cultura extensiva, de terras abandonadas, de desemprego massivo, a reforma agrária na zona latifundiária do Alentejo e Ribatejo permitiu o desbravar de terras, a diversificação das culturas, o aumento espectacular da produção e do efectivo pecuário, a liquidação do desemprego, um melhoramento radical das condições de vida dos trabalhadores, um profundo trabalho social e de promoção cultural.

Depois de 48 anos de ditadura que, para manter o domínio colonial, respondeu com a guerra às justas aspirações de

EM FOCO

25 de ABRIL



independência e à luta dos povos submetidos ao colonialismo português, a revolução de Abril, traduzindo os sentimentos do povo e nomeadamente da juventude, e expressando a amizade e solidariedade recíproca do povo português e dos povos das colónias forjada na luta contra o fascismo e o colonialismo, pôs fim à guerra, contribuiu directamente para a formação e a independência dos novos Estados e abriu caminho a relações de cooperação de um tipo novo e superior.

Depois de 48 anos de ditadura que agravou ainda mais a situação de Portugal como "país colonizador em África mas colonizado na Europa", a revolução de Abril foi, em si mesma, uma afirmação de independência e soberania de Portugal. Resistindo às pressões imperialistas, diversificou as relações externas, estabeleceu e desenvolveu relações de amizade e cooperação com os Estados independentes nas antigas colónias portuguesas, com a URSS e outros países socialistas.

Em resumo: depois de 48 anos de ditadura, foi instaurada em Portugal uma democracia com extraordinárias realizações progressistas nas suas cinco vertentes: a política, a económica, a social, a cultural e a nacional. O reconhecimento de que tais realizações correspondiam não

democrática e restauracionista.

E se mais de 15 anos passaram e tais objectivos não foram ainda totalmente alcançados isso deve-se, por um lado, à firme, consequente e irredutível resistência popular e democrática e, por outro lado, ao facto de que as conquistas democráticas correspondiam a problemas e necessidades objectivas da sociedade portuguesa.

A revolução de Abril ficará assinalada com letras de ouro na história de Portugal. A política de destruição da revolução democrática ficará assinalada como um sinistro cortejo de ilegalidades, arbítrios, violências, abusos do poder, fraudes, escândalos e corrupção.

Não cabe infelizmente no âmbito deste colóquio fazer a narrativa da governação antidemocrática realizada desde há mais de 15 anos. Cabe entretanto salientar, por um lado, o seu carácter destrutivo e a sua incapacidade para resolver os grandes problemas nacionais. E, por outro lado, que, apesar destes 15 anos dolorosos para o povo e o país, os grandes valores da revolução de Abril criaram raízes profundas na sociedade portuguesa e (como já foi noutra lugar sublinhado), projectam-se como realidade, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

Isso explica que, ao abordar a situação nos anos 90 que agora principiam, não tenhamos uma visão pessimista das realidades. É certo que a situação mundial sofreu profundas alterações, com a derrocada da URSS e de outros países socialistas, a mudança da correlação mundial de forças a favor do imperialismo e as tentativas deste em restabelecer pela força a sua hegemonia mundial. Mas o imperialismo vive uma crise profunda, contém contradições insolúveis no próprio sistema, não só não resolve como agrava os mais

graves problemas da humanidade. E a luta dos trabalhadores e dos povos continua e o projecto de uma sociedade nova e melhor continua a ser inteiramente válido. Por isso, na grave situação neste princípio dos anos 90, olhamos o futuro com confiança.

Os anos 90 e o futuro de Portugal

Ao fazermos considerações de carácter histórico acerca do passado e do presente da sociedade portuguesa, ao lembrarmos os anos 60 e ao debruçarmo-nos sobre os anos 90 em que vivemos, não podemos deixar de pensar no futuro. Que lições extraímos das análises feitas? Qual o valor das experiências? Para que futuro se está encaminhando o país? Qual o futuro que no nosso entendimento seria o desejável?

Falando do futuro, é obrigatório começar por dizer que a política do Governo actual não é uma política que, embora actualizada pela evolução mundial, esteja apontada para o futuro. A política do Governo actual é de facto uma política de retrocesso ao passado em muitos dos elementos e valores económicos, sociais, políticos e éticos da sociedade.

O futuro de Portugal, que os interesses do povo e do país exigem, não está numa tal política retrógrada mas numa política verdadeiramente democrática. Em todas as suas vertentes: a económica, a social, a política, a cultural, a nacional. Será em larga medida na década 90 que se decidirá da situação de Portugal por largos anos.

O desenvolvimento económico, a formação de um aparelho produtivo (na indústria, nas minas, na agricultura, nas pescas) capaz de responder às potencialidades que os avanços tecnológicos permitem, o rápido avanço das forças produtivas, o aproveitamento e conservação dos recursos naturais, a vertente social do desenvolvimento, não podem ser assegurados com a restauração dos velhos grupos monopo-

listas do tempo do fascismo, dos Mellos, dos Espírito Santos, dos Champalimaud e de alguns outros e o seu domínio da economia nacional, sacrificando tal como antigamente à centralização e acumulação de capitais os interesses e direitos dos trabalhadores, assim como dos pequenos e médios agricultores e empresários, e da maioria esmagadora da população portuguesa.

O futuro de Portugal exige uma política económica que assegure o desenvolvimento das forças produtivas, a modernização e especialização do aparelho produtivo nacional, a investigação científica, novas tecnologias, o aumento da produtividade, o aumento da produção no quadro da divisão internacional do trabalho e dos processos de integração, a superação ou substancial atenuação dos défices estruturais (alimentar, energético, tecnológico e de bens de equipamento) e das assimetrias regionais, o aproveitamento dinâmico dos recursos naturais e humanos e políticas coordenadas - financeira, energética, industrial, agrícola, de pescas, de transportes, comunicações e telecomunicações, de turismo, de comércio interno e externo. Esses objectivos que em democracia são inseparáveis da sua vertente social, não podem ser alcançados com a restauração do capitalismo monopolista de Estado (instaurado e existente no tempo da ditadura fascista) mas com um sistema de economia mista, com um Sector Empresarial do Estado em empresas básicas e estratégicas, a transformação da estrutura agrária com uma reforma agrária que liquide a propriedade latifundiária, um sector privado com empresas de variada dimensão com relevo para pequenas e médias empresas, e um sector cooperativo diversificado e dinâmico.

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral - o bem-estar material, a elevação cultural, o direito à saúde e à habitação -, não pode ser alcançado com uma política de classe ao serviço do grande capital que considera os trabalhadores cidadãos de categoria inferior, cujo papel na sociedade é criar riqueza para ser acumulada pelo grande capital e que por isso são obrigados (coercivamente, por imposição repressiva) a aceitar baixos salários e mesmo a sua diminuição, a extinção de benefícios sociais, o desemprego, os salários em atraso, as crescentes discriminações relativas a mulheres e jovens, a liquidação de direitos e liberdades fundamentais. Não pode ser alcançado quando a entrega ao lucro capitalista de toda a vida nacional leva à degradação dos serviços de saúde e do ensino, também arrastados na onda suja das privatizações. E à concessão de pensões e reformas de miséria quando se elevam ainda a mais altos níveis os vencimentos dos governantes.

O futuro de Portugal exige uma política social que assegure efectivamente o melhoramento das condições de vida material e cultural dos trabalhadores e do povo em geral, a eliminação das mais graves injustiças e desigualdades sociais, do desemprego, da miséria, da prostituição, de droga e de marginalidade; e a garantia, não só em palavras mas na realidade, com as medidas e as políticas apropriadas, dos direitos sociais fundamentais: ao trabalho, a uma justa remuneração, à segurança no emprego, à segurança social, à saúde, à habitação, à educação, ao ensino, à cultura, ao desporto, a um ambiente ecologicamente equilibrado, à igualdade reconhecida às mulheres, à realização pessoal e profissional dos jovens, ao desenvolvimento harmonioso das crianças, a uma vida digna dos idosos, a uma vida integrada na sociedade dos deficientes, à protecção dos interesses dos emigrantes e dos imigrantes e etnias.

A defesa, consolidação, reforço e progresso da democracia política não podem ser alcançados com uma política de degradação efectiva das instituições democráticas e a instauração de um regime de cariz autoritário, a governamentalização e domínio absolutista dos órgãos de soberania, o estabelecimento de um regime que embora admitindo a formação e actividade dos partidos estabeleça um sistema de um único partido do poder, com a liquidação progressiva de todos os mecanismos de fiscalização da acção governativa, com clãs governantes afundados na corrupção aos mais altos níveis e silenciando escândalos e inquéritos, com o abafar do poder local democrático, com a restrição dos direitos da oposição e com novas leis eleitorais antidemocráticas, com a criação de novas polícias secretas, com a limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos nomeadamente dos direitos à greve e à organização dos trabalhadores nas empresas, com o controlo e manipulação dos grandes órgãos de comunicação social.

O futuro de Portugal exige um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino, um processo eleitoral democrático, a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos: de expressão do pensamento, de imprensa, de informação, de reunião, de manifestação, de constituição e acção de partidos políticos e outras associações, sindical, de greve, de criação intelectual, científica, artística, de religião e de culto, de circulação, de segurança e de privacidade. Como elemento e condição do regime um Estado democrático no qual a organização do poder político funde a separação, interdependência e o exercício de competências pelos órgãos de soberania e a participação popular permanente, uma administração pública descentralizada e desburocratizada, as garantias pelo Estado de serviços públicos essenciais, a justiça desburocratizada e célere, forças armadas ao serviço da independência nacional e da integridade do território. E, como imperativo geral, o respeito pela legalidade democrática, a começar por parte dos órgãos do poder e no exercício da autoridade.



apenas a orientações das forças democráticas mais consequentes, mas a exigências de carácter objectivo, ficou patente em 1976 na aprovação da Constituição da República pela Assembleia Constituinte como o voto de todos os partidos com excepção do CDS.

Assiste-se actualmente, a par de tentativas de branqueamento do fascismo já atrás referidas, a uma campanha sistemática, como se de um crime se tratasse, não apenas contra tal ou tal realização e conquista da revolução de Abril, mas contra a própria revolução de Abril, revolução antifascista, revolução democrática. Não é um acaso que quase todos os grandes obreiros da revolução tenham sido afastados do poder, de lugares responsáveis e de chefia, e estes estejam ocupados por gente do antigamente, incluindo muitas personalidades que tiveram altíssimas responsabilidades na ditadura fascista.

Esta situação traduz o caminho percorrido na situação nacional desde que, alterada a correlação das forças políticas e militares, se desencadeou a partir dos próprios governos um processo contra-revolucionário visando a liquidação das grandes conquistas da revolução democrática (nomeadamente nacionalizações, reforma agrária, direitos dos trabalhadores), a reconstituição dos grupos monopolistas e a restauração do capitalismo monopolista.

As ofensivas contra as conquistas democráticas de Abril desenvolveram-se e desenvolvem-se em todas as frentes: a económica, a social, a política, a cultural e a nacional.

A reconstituição e restauração das estruturas socioeconómicas do capitalismo monopolista de Estado, o agravamento da exploração dos trabalhadores e a liquidação de direitos e liberdades, a perversão do regime democrático tendente à instauração de um regime autoritário, a promoção e reposição de valores obscurantistas e retrógrados no domínio da cultura, das mentalidades e da ideologia, e a aceitação, como opção estratégica, de graves limitações à soberania e independência nacionais - constituem elementos inseparáveis e complementares de uma mesma política anti-

EM FOCO

Com os Trabalhadores. Pelos Trabalhadores

O 7.º Congresso da CGTP constituirá uma grande realização nacional nesta fase em que os trabalhadores se deparam com uma poderosa e perigosa ofensiva contra os seus direitos e aspirações.

No momento em que se acentua o processo de liquidação do aparelho produtivo e simultaneamente o controlo do grande capital nos sectores que constituem o núcleo determinante da economia, quando se concretiza ou se anuncia a liquidação de milhares de postos de trabalho efectivos, quando ressurgem os salários em atraso e permanece o escândalo da exploração de mão-de-obra infantil, quando o Governo insiste no garrote aos aumentos salariais e perde o controlo sobre os números do desemprego crescente, são perfeitamente justificáveis as expectativas que se sentem quanto às conclusões do Congresso da maior organização social do País.

Só uma grande central sindical com natureza e características tão marcantes na vida nacional poderia despertar apaixonantes debates, confrontos de ideias, de projectos e protagonismos.

Alguém se lembra do recente e chato Congresso da UGT onde a comunicação social perante a indigência programática, de discussão em circuito fechado e falta de novidades, lá foi, com algum esforço falando da criação de uns Vices, catando se este ou aquele estava mais «feito ou desfeito» com Torres Couto?

Aliás, por falar nisso, é no mínimo caricato (embora não ocasional) que aproveitando a maré das questões do Congresso da CGTP apareça a UGT a pôr-se em bicos de pés numa tremenda luta contra qualquer acordo social, jurando e rejurando que está fechada a quaisquer negociações. Mas havia negociações ou pactos em perspectiva?

É o que se chama arrombar portas abertas!

Mas pronto, ganhou algumas três Conferências de Imprensa, e espaço na Televisão e nos jornais com o Secretário-Geral da UGT, qual figura moderna de Cervantes, a esgrimir em defesa de uma dama que não existe,

E no entanto, por iniciativa da CGTP, dias antes vieram à rua milhares de trabalhadores com problemas concretos e lutas concretas, contra os salários em atraso, os despedimentos por melhores salários e melhores horários, contra a xenofobia e o racismo.

No Canal 1, a custo, lá vimos uma simpática dirigente, sozinha no palanque da Praça da Figueira. Varridos da imagem foram os trabalhadores aduaneiros e da Torralta, os trabalhadores dos transportes, da Metalurgia e a da indústria naval, da administração central e local, das indústrias eléctricas, da química e da construção, entre outros.

Cada homem ou mulher ali presentes seria capaz de transmitir a realidade vivida nas empresas e sectores, de fazer e ser notícia, tão grandes e tão graves são os problemas com que se confrontam mas tão firme é sua determinação para lhes fazer frente.

Qual quê! Dias depois no horário nobre do tal canal uma senhora apresentadora com ar zangado e ênfase dramática abria o noticiário: Caça ao homem na CGTP.

Assim, sem mais nem menos.

Num autêntico jogo de espelhos, procura-se esbater a realidade, distanciar os problemas, descentrar as atenções e as responsabilidades da política do Governo, bloquear a busca de respostas, fulanizar as coisas, silenciar as grandes propostas que a CGTP projecta nos seus documentos, descaracterizar o seu papel e a sua acção insubstituível na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Papel e acção que foram e são protagonizados por milhares de dirigentes e activistas que começa logo ali nos locais de trabalho onde o combate é mais duro, nos Sindicatos, nas Federações e Uniões, na Confederação.

Papel e acção que acaba por se transformar num precioso património colectivo resultante da contribuição individual e criativa de cada dirigente, que culmina e se consubstancia num projecto ímpar pela sua natureza, princípios e características.

O Congresso os seus êxitos devem também constituir a melhor homenagem a todos aqueles que, embora sem honras de imagem televisiva, de notícias nos jornais, desenvolvem a sua militância sindical por vezes com alto risco para a sua profis-



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão
Política do CC do PCP

A estrela polar do 7.º Congresso da CGTP residirá nos direitos e interesses e aspirações das classes laboriosas

são, para o seu salário e para o seu emprego. Neles reside a ténpera que dá dimensão ao projecto unitário consubstanciado na CGTP. Pelo que foram mas também pelo que são!

Pode o Congresso não conseguir as respostas todas para uma situação política, económica e social complexa resultante de uma ofensiva prolongada. Mas a sua acção no espaço que mediou entre Congressos permite justas e fundadas expectativas.

Quem não se lembra dos apaixonantes debates sobre assinar ou não denominado Acordo Económico e Social de 90, interpretado por uns como globalmente positivo, criticado por outros como globalmente negativo, que a não assinatura levaria a Central a um *gheto*, ao isolamento institucional. Afinal, hoje, está em vigor a lei dos despedimentos por inadaptação, a «flexibilização» dos horários, a arbitragem obrigatória, as alterações ao regime de férias e ao trabalho por turnos. Na gaveta ficaram as garantias de aplicação da Lei de Bases de Segurança Social, a regulamentação da Lei sobre Higiene e Segurança, as medidas para melhorar a justiça no trabalho, a redução legal e faseada do horário de trabalho.

A própria garantia de intocabilidade da Lei da Greve foi violada.

O negativo está em vigor. O positivo, adiado ou incumprido.

Quem não se lembra dos teóricos e defensores das privatizações que garantiam a pés juntos que em tais processos seriam garantidos os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores? A CGTP demonstrava que o ataque ao SEE inevitavelmente atingiria os interesses e direitos sociais e laborais.

A vida e os factos estão a dar razão à CGTP.

No sector financeiro, nos transportes aéreos, terrestres e ferroviários, nas comunicações, nos cimentos, na siderurgia, ou metalomecânica pesada e indústria naval, na energia, nos tabacos, na indústria do papel, na EPAC, no sector químico, os processos de privatização (ou a sua fase preliminar denominada de reestruturação e modernização??), quase se reduzem à liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho efectivos.

Que legitimidade ou credibilidade teria uma organização sindical conivente ou complacente em relação às causas dos problemas e depois viesse querer curar dos efeitos?

Mesmo os que falando de cátedra afirmam, que mais do que os salários e a contratação, o importante é o desenvolvimento (serão antagónicos?) que as empresas inviáveis (porquê e por quem?) devem encerrar, para além de aceitar o estado de coisas distanciam-se do Homem Social que não pode ser talhado à medida de uma maior ou menor solidariedade ou caridade do Estado e das instituições.

As contradições entre os detentores da mais-valia e os que vendem a sua força de trabalho não estão resolvidas mesmo no quadro da evolução da sociedade. Por isso o movimento sindical unitário se afirma não como sindicalismo da «situação» mas defensor da sua natureza de classe e dos seus princípios. Só assim poderá interpretar os novos fenómenos e as novas realidades visando a sua transformação.

A estrela polar do 7.º Congresso da CGTP residirá nos direitos e interesses e aspirações das classes laboriosas.

É o que se espera duma Central combativa e responsável, determinada, mas atenta à realidade, organização que é dos trabalhadores mas simultaneamente indispensável à democracia.



Anos 60 / Anos 90

O desenvolvimento dos valores culturais da sociedade e o efectivo exercício dos direitos culturais dos cidadãos não podem ser assegurados com a promoção e reposição de valores obscurantistas no domínio da ideologia, da cultura e das mentalidades, com uma pretensa teorização absolutória dos crimes da ditadura fascista e de condenação da revolução de Abril, com o anticomunismo erigido em vector de formação da opinião pública, com o dirigismo governamental e partidário das actividades culturais e consequentes formas de censura e discriminação, com um impregnar do pretensio valor do capitalismo, das desigualdades sociais, das discriminações da mulher, na ideologia, na escola, na vida da sociedade.

O futuro de Portugal exige uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais, política cuja realização é inseparável das vertentes política, social e económica da democracia e é importante factor de transformação progressista da sociedade.

O estímulo e apoio à livre expressão cultural, a elevação da fruição cultural da escola, da ciência, da tecnologia, do poder local, da comunicação social, a erradicação do analfabetismo, a expansão do ensino artístico e da animação socio-cultural, uma real política de educação física, desporto e ambiente contam-se entre as grandes linhas da política cultural que o futuro de Portugal exige.

A independência e soberania nacionais não podem ser eficazmente defendidas e asseguradas com uma política de capitulação ante interesses estrangeiros e de integração submissa de Portugal no sistema capitalista internacional e na Comunidade Europeia, designadamente nos planos económico, financeiro, diplomático e militar, com a aceitação submissa de uma União Política Europeia de carácter federalista na qual (a ir por diante o Tratado de Maastricht) as orientações e decisões sobre política económica, financeira, externa e defesa, de segurança deixariam de caber a Portugal e passariam a ser da competência de órgãos supranacionais dirigidos pelos países mais desenvolvidos.

O futuro de Portugal como país independente e soberano exige a sua convicta afirmação em todos os aspectos da política interna e externa. A propriedade e controlo de Portugal nas alavancas fundamentais da economia portuguesa, a defesa das características e interesses específicos da economia portuguesa, nomeadamente da agricultura, a luta pela efectiva «coesão económica» e «coesão social» no quadro da Comunidade Europeia, a preservação da identidade cultural portuguesa, a reconsideração da participação de Portugal na NATO e na UEO e dos acordos militares com os Estados Unidos, Alemanha e França relativos a bases militares em território português, a firme defesa da cooperação mutuamente vantajosa de Estados soberanos e iguais em direitos na CEE e uma política externa de relações diversificadas, de paz, de amizade e cooperação com todos os povos - são orientações essenciais para garantir a independência e soberania nacionais e os seus atributos na esfera de direitos e competências.

Não compartilhamos da ideia de que, ao entrarmos na última década do século, a conjuntura internacional impede que seja realizável em Portugal uma política democrática alternativa à política actual.

É certo que nos anos 90, neste findar do século, com a derrocada da URSS e dos regimes da Europa de leste, o imperialismo procura restabelecer a sua hegemonia mundial, abafar se puder a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, através de pressões e bloqueios económicos, de ingerências, de intervenções, de agressões e de guerras.

O capitalismo continua porém roído por contradições, atravessa uma crise profunda a nível mundial, inclusive nos países mais desenvolvidos e confirma-se como incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade.

A luta dos povos continua e caberá aos povos em luta a última palavra. Assim também ao povo português.

EM FOCO

Defesa Nacional e Forças Armadas: a política do desmantelamento

No final do ano passado, o PCP denunciou em conferência de imprensa (Avante/26-11-92) a situação de particular gravidade que envolve a área da Defesa Nacional e das Forças Armadas, cujos sinais de crise profunda se mantêm e estão, entre outros, na desmotivação do pessoal, no bloqueio do processo de modernização, no baixo grau de treino operacional, na provocada degradação sem alternativa do modelo organizacional assente no SMO (agora também chamado de Serviço Efectivo Normal/SEN).

Apesar de a referida conferência de imprensa não ter sido notícia nas «informações» televisivas (embora a RTP tivesse estado presente) e ter «passado despercebida» a especialistas de alguns órgãos de comunicação social, que o Ministério da Defesa controla a «sete chaves», o Ministro Fernando Nogueira veio a terriro responder às nossas críticas (O Diabo/1-12-92) com velhas promessas. Basta recordar por exemplo, que o anúncio da nova Lei da Programação Militar foi feito por Cavaco Silva no distante ano de 1990, no Instituto de Altos Estudos Militares, e a partir daí esta promessa tem sido sucessivamente repetida até à exaustão, sem ter sido concretizada.

Afirmámos e mantemos que a situação de pré-ruptura para que foi arrastada a Defesa Nacional e as Forças Armadas resulta, no fundamental, do processo que o Governo chama a reestruturação, mas que tem sido um precipitado e devastador processo de desmantelamento, conduzido por razões político-partidárias, variando entre o eleitoralismo e o objectivo de assegurar o total controlo partidário das Forças Armadas.

*
* *

Quando falamos de Defesa Nacional é, naturalmente, da defesa nacional portuguesa no novo contexto estratégico, à luz das importantes alterações que nos últimos anos varreram o panorama mundial.

Falamos de uma Defesa Nacional em que as opções sejam ditadas pelos interesses nacionais e não pela vontade de órgãos supranacionais, ainda sem existência, como pretendem o Governo e outros sectores adeptos do federalismo...

Uma Defesa Nacional alicerçada num Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que garanta uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais e em que seja a estratégia global do Estado a determinar o tipo e o nível de envolvimento externo.

Um CEDN a partir do qual se definem o conceito

estratégico militar, as missões das FA's, o sistema de forças e o dispositivo. É deste quadro conceptual, tendo como pano de fundo a Constituição, que depende a estru-



tura e o modelo organizacional das FA's (incluindo os contornos do serviço militar).

*
* *

Acontece que o CEDN está desactualizado e o Governo continua, escandalosamente, nós só a bloquear o debate na Assembleia da República (AR) sobre as Grandes Opções do CEDN como a subverter toda a lógica de redefinição do quadro conceptual de Defesa Nacional. Esta situação tem permitido ao Governo (com o PS a assitir) proceder à reformulação de conceitos na base de decisões da NATO, sem a discutir com o País, na AR, ter as mãos livres para fazer opções fundamentais à revelia dos mecanismos constitucionais e desencadear o seu programa de desmantelamento das FA's e de degradação do actual sistema de defesa.

Isto é, existindo um normativo constitucional, o Governo abstrai-se dessas normas e opta por medidas pontuais e dispersas a caminho de uma defesa mais simbólica que real.

É verdade que não é possível ao nosso país ter uma defesa autónoma completa que se oponha a potenciais inimigos (incluindo os nossos «aliados») mas nem por

isso devemos prescindir, tendo em conta as nossas reais possibilidades, da maior capacidade de defesa possível.

Não fazer isto, significa ceder à «ingenuidade» de confiar a defesa dos nossos interesses a terceiros, no quadro de sistemas colectivos de defesa, em que os interesses nacionais se confundem com interesses supranacionais.

Significa, por exemplo, que, no âmbito dos acordos de Maastricht, com a institucionalização da Política Externa de Segurança Comum (PESC), caminharíamos, a prazo, para uma política de defesa comum e, mais tarde, para a defesa comum, acabando com o princípio da cooperação entre nações soberanas.

De resto, o facto de a União Económica e Monetária impor uma drástica redução do défice orçamental obriga a cortes também nas FA's designadamente, com o SMO, impondo a semi ou mesmo completa profissionalização do exército, que seria a carne para canhão de uma defesa comum.

Mas se é também verdade que, do ponto de vista estritamente militar, não existem ameaças, até porque estas resultam das intenções, os riscos esses existem e aumentarão proporcionalmente à degradação do nosso sistema de defesa.

Neste quadro, o Governo continua a submeter a sua política de defesa a orientações e interesses externos, decidindo a intervenção de forças portuguesas na Força de Intervenção Rápida da NATO, criando a Brigada Aerotransportada com esse encargo e portanto para missões específicas sob comando directo NATO (o mesmo irá acontecer com os aviões F-16), missões de ataque fora do território nacional e, quando postas à disposição da UEO, fora do território europeu.

No fundo, o governo está a desviar as FA's da sua missão de garantir uma capacidade de defesa autónoma para missões de natureza supranacional, sob comando externo e para prossecução de interesses externos.

Pela nossa parte, somos inequivocamente pela existência de Forças Armadas (FA's), uma atitude que não contém qualquer novidade, caracterizadas por um propósito eminentemente defensivo, com capacidade militar autónoma credível, dissuasora, que assegure uma acção coordenada entre os ramos, tendo em conta as suas especificidades, mas de forma a garantir a rentabilização do binómio custo/eficácia.

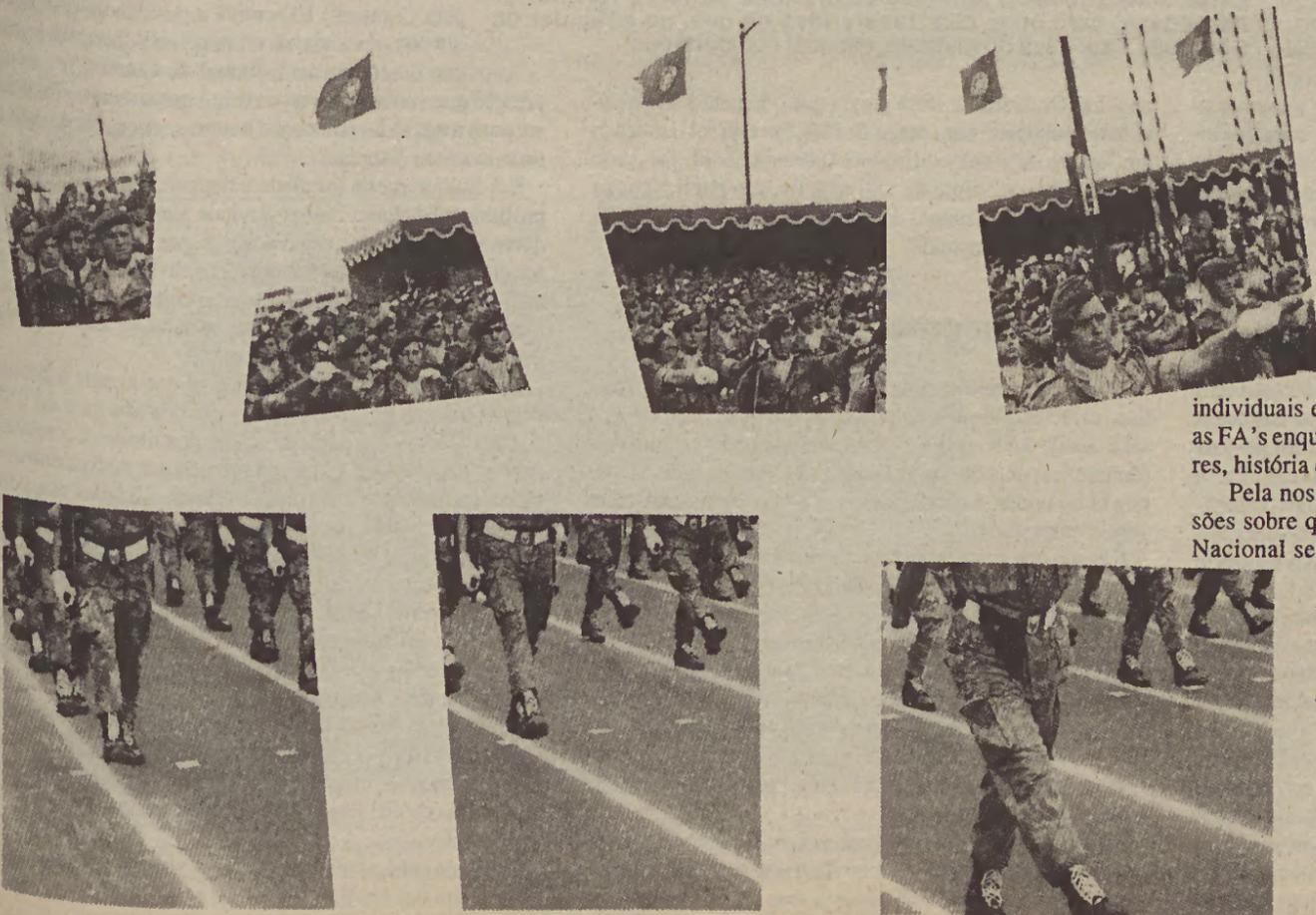
De umas FA's em que a sua estrutura operacional deve estar inequivocamente vocacionada para a defesa do Território Nacional, pondo de parte projectos de integração em forças multinacionais de reacção. Apesar da sua presença na NATO, Portugal deve, em cada momento, assumir de forma inquestionável a primazia dos interesses nacionais.

As nossas FA's preenchem um lugar ímpar no sistema de defesa nacional, evitando um vazio que a História nos ensinou poder vir a ser rapidamente preenchido pelos nossos «aliados» pondo em causa os interesses nacionais, a nossa soberania e independência.

Somos defensores de uma reestruturação racional das FA's, contra o desmantelamento em curso, apoiando um projecto que, perspectivando o futuro, procure redimensionar o que já existe, contrariando sentimentos corporativos, individuais e colectivos, mas que tenha sempre presente as FA's enquanto Instituição Militar, milenária, com valores, história e cultura próprias.

Pela nossa parte consideramos inaceitável que decisões sobre questões fundamentais da política de Defesa Nacional se tomem à margem da Assembleia que tem garantia constitucional e legal de intervir.

É urgente inverter esta política de desmantelamento, degradação e enfeudamento governamental-partidário da política de Defesa e Forças Armadas, que tem como consequência a situação de quase ruptura a que o Governo conduziu este sector.



Representantes dos trabalhadores denunciam ilegalidades no IEFP

«Saiu o brito, mas ficaram os britinhos e os britões»

Membros das estruturas representativas do Instituto denunciam ao «Avante!» o poder das famílias políticas e afirmam que o afastamento de José de Brito do cargo de presidente foi uma peneira para tapar o sol

O Instituto do Emprego e Formação Profissional serviu para instalar no poder alguns dos militantes do partido do Governo que, regra geral, nem sequer são os melhores gestores e aos melhores executores. A acusação mostra um caso concreto de estabelecimento do *Estado laranja*, ao qual escândalos mais recentes vieram dar expressão pública. Quem dá a cara, mais uma vez, na luta em defesa dos interesses do País contra os interesses e as políticas dos grupos instalados, são membros das estruturas representativas dos trabalhadores.

Vítor Duarte, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, Manuel Ramos, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, e José Nóbrega, da Comissão de Trabalhadores do IEFP, comentaram para o «Avante!» a situação que se vive no Instituto e que, na sua opinião, de forma nenhuma se irá alterar apenas com a substituição do presidente da Comissão Executiva.

Não basta ser do PSD...

No IEFP existem *famílias*, que se agrupam fundamentalmente na base dos interesses económicos, na base das ligações aos interesses do patronato e, por vezes, nem sequer os próprios militantes do PSD são poupados, pois, como referiram aqueles representantes dos trabalhadores, não basta ser militante do partido do Governo para ter acesso aos cargos de maior responsabilidade: quem não for da *família* está condenado ao fracasso.

São estas famílias de interesses que hoje influenciam muito o funcionamento do Instituto, quando o IEFP devia estar ao lado e acima de toda e qualquer suspeita.

A suspensão de José de Brito, presidente do Instituto, ocorreu no mesmo dia em que «O Independente» revelou que ele fora formalmente acusado de associação criminosa para obter verbas destinadas a formação profissional. Mas, para as estruturas dos trabalhadores, há muito que o ministro Silva Peneda sabia da existência deste processo; poderia ser pela conhecida amizade pessoal que liga ambos, ou então porque o processo tinha já sido referido em dois semanários em Fevereiro de 1992. Bom, a verdade é que o próprio ministro do Emprego e Segurança Social admitiu numa entrevista ao «Expresso» saber antes do passado dia 22 de Janeiro que sobre José de Brito existiam suspeitas extremamente graves. No entanto, deixou que o processo decorresse, deixou que crescesse o descrédito e que aumentasse a crítica. Não fez nada e agora, quando o tribunal formalmente confirmou aquilo que já há muito se sabia, o ministro, pressionado pelo caso da vírgula que tinha deflagrado havia poucos dias, veio assumir-se como se fora o grande defensor da moral pública e da integridade dos gestores - constatam os representantes dos trabalhadores do IEFP.

O problema - sublinham - é que há que distinguir aquilo que são medidas de fundo para resolver os problemas da corrupção e aquilo que são peneiras para tapar o Sol, como é o caso desta punição. Se é verdade que José Brito já não se encontra no Instituto, não é menos verdade que no Instituto ficaram os *britinhos* e os *britões*, as figurinhas e os figurões das famílias instaladas.

A má escolha dos gestores é apontada como a razão fundamental que tem feito o IEFP andar ultimamente nas bocas do mundo. Estão nos cargos dirigentes do Instituto pessoas que têm perfil político-partidário, mas que nem sempre têm perfil de dirigentes para responder às necessidades do Instituto. Muitas das vezes limitam-se a ser os porta-vozes dos interesses do grande patronato, que está assim devidamente instalado nos postos-chave do IEFP.

Apontando exemplos, José Nóbrega, Manuel Ramos e Vítor Duarte dizem que há no Instituto gestores com ligações assumidas a associações patronais, nomeadamente à CIP e à AIP: a vice-presidente da Comissão Executiva, Isilda Branquinho, foi conselheira da CIP, tal como o vogal para a área dos recursos humanos, Carlos Almeida Santos; o vogal para a formação profissional também tem ligações a associações patronais; o próprio José de Brito tinha ligações à AIP (Portuense), e para os nossos entrevistados foi a Associação Industrial Portuense que impôs a solução do presidente ao ministro Peneda... que também joga à sueca.

A metáfora surge precisamente à volta do jogo de interesses do PSD: há os que jogam, há os que dão cartas e há os que tomam nota de quem ganha, e José de Brito seria um apon-tador dos resultados da sueca.

O Instituto é que sofre

Para os membros das estruturas representativas, no caso de José de Brito não é só ele, nem o ministro, nem o Governo, nem o PSD que são atingidos: é a imagem e a credibilidade do Instituto que fica seriamente prejudicada. Mesmo colocando *britos*, *britinhos* e *britões* aparte, é um facto que o IEFP não está a cumprir da melhor maneira o seu papel.

O Instituto foi criado com a extinção de vários organismos, como o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, o Serviço Nacional de Emprego e a Direcção de Serviços de Promoção do Emprego. São seus objectivos executar a política de emprego e de formação profissional do Governo. É tutelado pelo Ministério do Emprego e Segurança Social e, dentro do MESS, pela Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional.

Em 1982 surge o quadro de pessoal do Instituto, sucessivamente alargado à medida que iam sendo extintos organismos e os trabalhadores passavam para o IEFP. A Lei Orgânica do IEFP (247/85) abre a possibilidade de, a par do pessoal do quadro, haver contratos individuais de trabalho, o que foi justificado na altura pelos responsáveis como uma medida para permitir contratar técnicos de formação com vencimentos superiores aos baixos salários da Função Pública.

Neste momento ainda não existe toda a legislação necessária para que o Instituto esteja a trabalhar de forma correc-

INSTITUTO
DO EMPREGO E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL



Estas instalações do IEFP são conhecidas como «o Tarrafal de Xabregas», para onde são transferidos os que, no entender da Comissão Executiva do Instituto, são mal comportados

ta: a Lei Orgânica de 1985 previa que o Estatuto do Pessoal fosse publicado num prazo de 180 dias e só foi publicado em Janeiro de 1990; no Estatuto (portaria 66/90) previa-se que no prazo máximo de 180 dias fossem publicados os regulamentos do Estatuto do Pessoal, mas a sua negociação ainda nem está concluída.

Estado e empresa

Via de regra, tem surgido uma contradição no que respeita ao carácter do Instituto: quando é para tratar de aumentos salariais de 5,5%, o IEFP é considerado como administração pública; quando é para beneficiar a família política instalada no poder, é considerado do ponto de vista da mera gestão empresarial.

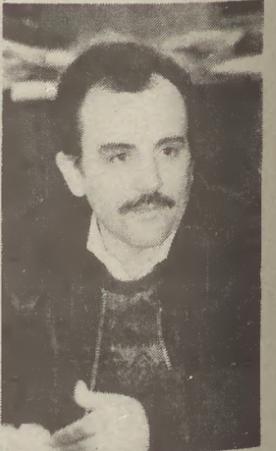
É assim que surgem desfazamentos nas retribuições, cuja correcção os sindicatos têm repetidamente exigido.

Actualmente o IEFP tem cerca de 3500 trabalhadores; a sua estrutura comporta cinco delegações regionais e os serviços centrais em Lisboa (na Av. José Malhoa, Picoas e Xabregas), que coordenam e dinamizam os vários centros de emprego e de formação profissional espalhados pelo País. O orçamento do Instituto supera o de alguns ministérios e é suportado, na sua maior parte, por fundos comunitários.

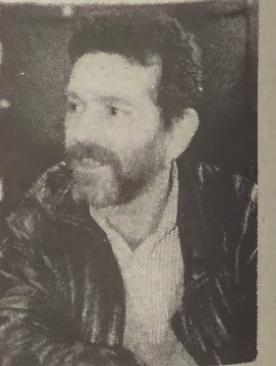
Conhecendo o que se passa na casa, os representantes dos trabalhadores dizem que não podem pôr as mãos no lume pela boa utilização de todas estas verbas, não podem garan-



Vítor Duarte



Manuel Ramos



José Nóbrega

tir que elas tenham sido destinadas aos fins a que o Instituto as vocaciona.

Nos últimos 10 anos a estrutura tem estado permanentemente em reestruturação, as chefias permanentemente em circulação e, mais recentemente, verifica-se até a privatização do Instituto, através da transferência para associações patronais de competências que deviam ser exclusivas do IEFP, como a implementação de estruturas de formação e a dinamização de políticas de emprego.

É evidente o esbanjamento de meios nos centros de formação com gestão participada (centros protocolares), em contraste com os que são geridos directamente pelo Instituto, o que só pode resultar de uma orientação e uma preocupação da Comissão Executiva. O que os trabalhadores sabem é que são feitas auditorias a centros protocolares mas os seus resultados nunca são divulgados. E sabe-se também que responsáveis do Instituto pertencem normalmente ao conselho de administração de um ou dois centros protocolares (a não ser que se tenham portado mal no partido...)

O Instituto, na opinião dos membros das estruturas dos trabalhadores, tem virado a sua atenção sobretudo para a formação profissional, e ainda por cima mal, porque a formação não conduz ao emprego. A actuação na área do emprego tem sido praticamente reduzida a uma comparticipação na atribuição do subsídio de desemprego. Se não se pode considerar que haja uma verdadeira política de formação profissional, no que respeita ao emprego as coisas estão ainda piores: não há colocação das pessoas desempregadas, e não é apenas por falta de oferta, mas porque esta área importante é mal tratada. Em vez de se preocuparem com a qualidade da formação, os responsáveis dão importância à necessidade de iludir as estatísticas do desemprego através da formação profissional.

Calas ou comes!

Reivindicações, protestos, queixas ou apenas discordâncias não são, contudo, muito bem vistas por quem dirige o IEFP. Os membros das estruturas representativas dos trabalhadores que falaram ao «Avante!» recordaram que foi muito mal aceite pela Comissão Executiva a posição de um jurista que, há uns anos, se pronunciou a favor da prestação de contas ao Tribunal de Contas; foi essa a posição que venceu, mas a verdade é que o técnico foi posto em casa a aguardar colocação noutra serviço e hoje está na *prateleira* em Xabregas.

Em Xabregas está instalado o departamento de formação profissional e alguns outros serviços. Entre os 300 trabalhadores aqui colocados estão aqueles que se portaram mal e foram transferidos, mesmo sem estarem ligados a nenhuma área das que funcionam neste antigo convento que está permanentemente em obras. Foi por isso que se tornou conhecido como «o Tarrafal de Xabregas».

O autoritarismo e a arrogância com que alguns responsáveis exercem o poder, assente na maioria absoluta do PSD, por vezes leva-os a perder a noção dos limites e a resvalar para as ilegalidades, o que, na opinião dos nossos entrevistados, faz com que a corrupção e as ilegalidades estejam a vir cada vez mais à luz do dia.

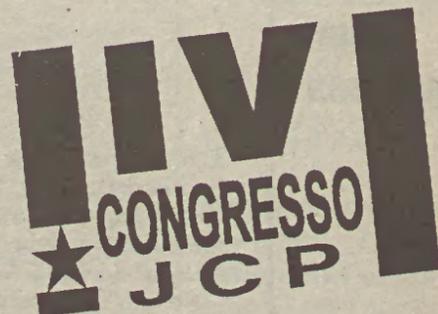
Sempre que alguém - sejam trabalhadores ou seus representantes, seja a comunicação social - põe a nu... esta situação o Governo reage. Mas reage, por um lado, tentando mascarar as irregularidades por immoralidades, retirando-lhes base para que as instituições actuem e para que os corruptos e os corruptores sejam punidos, e, por outro lado, tomando medidas para muscular a gestão dos recursos humanos. Quanto ao IEFP existe mesmo um despacho do ministro do Emprego que foi recentemente confirmado e proíbe os trabalhadores do IEFP de prestarem declarações à comunicação social.

Só que o sol é maior que qualquer peneira, como a experiência tem demonstrado.

200 mil trabalhadores-estudantes — uma realidade que o Governo pretende ignorar

■ José Morais

Membro do Secretariado da DN da JCP



Organizações da JCP preparam participação

Aos vários níveis, as organizações da JCP prosseguem o trabalho de preparação do 4º Congresso, marcado para 3 e 4 de Abril, no Barreiro.

Além das iniciativas a realizar nos próximos dias que anunciamos na *Agenda*, chegaram à nossa Redacção informações de reuniões recentes realizadas na Beira Interior e em Portalegre.

Covilhã

No passado sábado teve lugar na Covilhã uma assembleia plenária, onde a discussão dos documentos preparatórios do Congresso foi muito participada e centrou-se na análise da situação da juventude e do papel dos jovens comunistas, como refere uma nota da comissão concelhia da JCP.

O próximo Congresso - que, entre delegados e convidados, terá a participação de meia centena de jovens do distrito de Castelo Branco - tem lugar num momento de particular importância para a juventude, consideraram os participantes na assembleia da Covilhã, lembrando as lutas dos estudantes contra a PGA e contra o aumento das propinas. Além disso, este é também um momento de «grande reforço» da JCP no distrito e antecede as eleições autárquicas «onde os jovens comunistas e seus amigos se destacam pela sua força, entusiasmo e criatividade».

Na reunião fora ainda debatidas outras questões, como o serviço militar obrigatório e a toxicod dependência.

Castelo Branco

No domingo reuniram os jovens comunistas de Castelo Branco, que analisaram os problema mais sentidos pelos jovens trabalhadores e estudantes do concelho, concluindo que há fortes razões para a juventude se sentir desiludida e enganada com a política antijuvenil do PSD, cujos resultados contrastam com as promessas feitas em tempo de eleições: as escolas estão superlotadas e não avança a nova C+S de Castelo Branco, os alunos têm grandes dificuldades para sustentar os estudos, quer pelos preços dos livros ou do alojamento, quer pelas deslocações diárias a que muitos são forçados, enquanto os jovens trabalhadores têm na esmagadora maioria dos casos vínculos contratuais precários e sofrem uma grande instabilidade.

Sublinhando que as propostas feitas pela JCP nos documentos do Congresso vão ao encontro da necessidade de resolver estas situações, os jovens comunistas albacastrenses definiram o contacto com outros jovens e estruturas juvenis como uma linha fundamental do trabalho que vão desenvolver até Abril.

Na reunião, em que participou Manuel Coelho, do Executivo da Direcção Nacional da JCP, foi ainda decidido dinamizar uma comissão juvenil de apoio à candidatura da CDU nas eleições autárquicas, como forma de mobilizar os jovens para a necessidade de uma alteração profunda na política local para a juventude, nomeadamente no que respeita ao apoio a actividades culturais e desportivas e ao contributo para a resolução dos problemas de habitação dos jovens casais.

Portalegre

Em Portalegre teve lugar um plenário distrital no passado dia 20, no qual participou também o camarada Manuel Coelho. A JCP encara com preocupação a situação dos jovens no distrito, afirma uma nota divulgada após a reunião, que adianta alguns dos motivos que justificam tal atitude: o fenómeno migratório está a traduzir-se num contínuo envelhecimento e decréscimo da população, consequência da má política que o PSD tem levado a cabo, demonstrando uma incapacidade de resolver os problemas e responder às aspirações dos jovens.

No distrito há manchas de desemprego. Os estabelecimentos escolares têm, na sua maioria, um corpo docente e auxiliar incompleto, há falta de equipamentos e instalações, a que se junta o facto de muitos estudantes terem que percorrer diariamente grandes distâncias entre os locais de residência e as escolas - e tudo isto se traduz no índice de insucesso escolar do distrito.

Analisando o balanço da organização feito nos últimos três meses, os jovens comunistas de Portalegre consideram que o número de inscritos na JCP é satisfatório, dada a evolução política dos últimos anos, mas está ainda aquém das possibilidades da organização. Por isso, decidiram realizar no distrito uma campanha de afirmação da JCP e recrutamento de jovens para as suas fileiras.

A realização do II Congresso Nacional de Trabalhadores-Estudantes, nos passados dias 27 e 28 de Fevereiro no Porto, trouxe a lume, nas múltiplas intervenções realizadas durante os seus trabalhos, os graves e dramáticos problemas que afectam os trabalhadores-estudantes, de Norte a Sul do País.

Também no Congresso, foi dada voz ao desagrado e ao inconformismo de quem se sente, no tratamento que lhe é conferido pelo Governo, como um parente pobre do sistema educativo, mas que está pronto a agir, para fazer ouvir a sua voz e encontrar resposta para os seus problemas e aspirações.

Este foi um Congresso de uma força viva, que envolve cerca de 200 mil TE's em todo o País, com problemas específicos, que se têm vindo a agudizar e que não têm merecido do Governo qualquer resposta. São problemas de quem acumula os problemas de estudantes e de trabalhadores e não vê ser-lhe reconhecido o esforço suplementar que realiza. São problemas antigos que se agudizam, escolas que vão fechando ou limitando o seu funcionamento nocturno (sem cantinas, bares, bibliotecas ou secretarias), programas e métodos de ensino e avaliação desadequados das especificadas dos TE's, falta de acompanhamento pedagógico, que empurram para uma elevada taxa de abandono e insucesso escolar.

São problemas decorrentes da agudização da precarização das relações de trabalho, que levantam obstáculos à frequência do ensino nocturno pelos trabalhadores. É a impiedade com que o patronato não respeita e muitas vezes simplesmente não aceita a aplicação do Estatuto do Trabalhador

-Estudante, é também a ofensiva do Governo contra os direitos dos TE's, sendo o primeiro a adoptar medidas que violam a lei, como é exemplo recente o despacho do Ministério da Educação sobre o regime de faltas dos TE's.

A estes, soma-se os problemas que lhe são colocados pela sua condição de estudantes, restrições ao acesso ao Ensino Superior, aumento de propinas no Ensino Superior Público, não funcionamento nocturno da maioria das escolas do Ensino Superior.

São problemas de quem é sucessivamente ignorado pelo Governo, que escandalosamente, no processo da Reforma Educativa, não faz uma única referência às questões específicas dos TE's, e que continua a fazer orelhas moucas às propostas e reivindicações dos TE's, nomeadamente as propostas apresentadas pela Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes.

Este II Congresso dos Trabalhadores-Estudantes foi também o momento de dizer basta, de afirmar a vontade dos TE's de lutarem pelos seus direitos.

Os documentos que o Congresso discutiu e aprovou, principalmente a sua «Carta de Objectivos Imediatos», foram assumidos como elementos de apoio à luta e acção reivindicativa dos trabalhadores-estudantes.

Este Congresso foi também o momento de afirmar a necessidade do reforço do movimento associativo de trabalhadores-estudantes, enquanto elemento fundamental para a defesa dos direitos dos TE's, e a importância da sua Federação (a FNATES) como elemento de unidade e defesa dos direitos dos trabalhadores-estudantes.

«Os problemas têm-se vindo a agudizar e não têm merecido do Governo qualquer resposta»

Propinas e ameaças JCP condena chantagem do Governo

A propósito da notícia hoje divulgada pela comunicação social acerca da hipótese do Governo não permitir a entrada na Função Pública dos estudantes que não paguem propinas, o Secretariado da Direcção Nacional da JCP considera oportuno fazer os seguintes comentários:

O Governo, por incapacidade clara de fazer aplicar a lei 29/92 - Lei das propinas que prevê o seu aumento, vem agora tentar uma inaceitável chantagem com estudantes, que demonstra, antes de mais, a sua aflicção por não conseguir fazer com que os estudantes paguem o que o Governo quer.

Tal intenção, como aliás outras tomadas de posição sobre a matéria, revelam a justeza da luta estudantil e o perigo que representa para a política antiestudantil do Governo o apoio incontestável que o «não às propinas» tem revelado, deixando também perceber um incontro-

lado nervosismo por parte do ministro Couto dos Santos.

Num Portugal democrático em que vivemos e vamos continuar a viver, tal intenção, sendo antes de mais inconstitucional, é lesiva de liberdade de expressão do indivíduo e representa um sério atentado aos direitos dos cidadãos, pondo a nu a real face da tão apregoada «democracia de sucesso».

Cavaco, Couto dos Santos e os seus pares mais uma vez parece terem esquecido que os jovens portugueses não embarcam em chantagens e estão decididos e empenhados na luta pela defesa dos seus direitos, como têm demonstrado milhares de expressões de condenação ao aumento das propinas.

O Secretariado da Direcção Nacional da JCP
Lisboa, 26 de Fevereiro de 1993



O cartaz do 4.º Congresso da JCP está já na rua. Impresso em dez mil exemplares, foi aprovado pela Direcção Nacional da JCP entre três propostas. Sobre fundo vermelho letras pretas reproduzem o lema do Congresso: «Ser jovem comunista, agir para transformar!» (na foto, momento de uma colagem terça-feira à noite, em Vila Franca de Xira)

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

Comunismo com memória

1. Na segunda metade de 1935, JG, o Dr. Joseph Goebbels (1887/1945) tem uma intervenção destacada no Congresso de Nuremberga do Partido Nacional-Socialista Alemão.

No ano da formação da Frente Popular em França e em vésperas da Guerra de Espanha, quando o regime nazi alemão reforçava o autoritarismo nacionalista e imperialista que estava na sua base, é ainda mais compreensível que o chefe da propaganda hitleriana centre a sua ofensiva ideológica no anticomunismo e no anti-sovietismo.

Comunismo sem máscara (30 páginas) é, aliás, como ele intitulará aquela intervenção. Esta brochura será desde logo editada em várias línguas, incluindo a portuguesa, pela Casa Editora M. Muller & Sohn, Berlim, e imediatamente depois distribuída em Portugal, graças à solidariedade salazarista e sem qualquer restrição da Censura.

Todo este texto é assim claramente marcado pelo combate ao comunismo, ao bolchevismo e — surpresa típica da obsessão táctica nazi — à sua pre-

socialismo e se adia, encobre e evita a perspectiva do comunismo.

2. As palavras iniciais de JG destinam-se, contra as teses confusionalmente interesseiras do imperialismo inglês, a arredar qualquer parentesco ou semelhança entre os soviéticos e o nazismo: «No princípio de Agosto deste ano — começa ele — publicou um dos mais autorizados jornais ingleses, sob o título «Duas Ditaduras», um artigo de fundo no qual — tentativa ingénua e, como não podia deixar de ser, completamente falhada — se procuram demonstrar as semelhanças evidentes que existem, segundo pretende o autor, entre o bolchevismo russo e o nacional-socialismo alemão».

E adiante destacará: «De facto, o comunismo internacional procura abolir todas as determinantes nacionais e ráticas impostas pela Natureza [!]; ele vê na propriedade a causa mais primária da ruína capitalista da economia mundial e, em harmonia com isto, expropria-a sistematicamente, numa campanha de despojamento vastamente organizada e astuta e brutalmente conduzida; ele não quer dar conta do valor da personalidade e procura substituí-lo por uma idolatria das massas, oca e estranha à vida [tal e qual]; ele aniquila e extermina todas as aspirações idealistas e elevadas dos indivíduos e dos povos, por meio de um princípio materialista obtuso e vazio. [É o próprio JG que consagra, com todo o seu peso, a raiz filosófica idealista do nazismo...]. O nacional-socialismo, pelo contrário, limita-se à Alemanha e não é, nem como ideia nem como realização prática, um artigo de exportação». Tudo isto com a II Guerra Mundial apenas a quatro anos de distância! Pacífica e muradamente nacionalista, a Alemanha imperialista!

Aliás, sete anos volvidos, em 27.9.42, por ocasião do aniversário do Tríplice Pacto

(Alemanha, Itália e Japão) que

unia o eixo bélico nazi-fascista, Von Ribbentrop, ministro dos Negócios Estrangeiros do III Reich, sublinhará: «Na frente Leste, as divisões do exército alemão e dos seus aliados que aí combatem, não deixarão de atacar a Rússia e de a combater até que todo o perigo de bolchevização da Europa tenha desaparecido de uma vez para sempre.» E umas páginas antes: «A coragem e a bravura das tropas alemãs saberão ganhar também a batalha de Estalinegrado como um símbolo desta luta pela liberdade da Europa [o sublinhado é de Ribbentrop, claro...] Com a conquista desta cidade, que é o grande centro de comunicações entre a Rússia do Norte e do Sul, e que domina o Volga, principal via de tráfego desta região, será desferido um golpe ao mais perigoso dos nossos inimigos [Note bem!], do qual ele nunca mais se poderá ressarcir.»

3. Esta notória opção ideológica do nazi-fascismo torna claro que o movimento operário e trabalhador é, desde os primeiros tempos, o seu principal inimigo; e ajuda a entender melhor o carácter vital que assume para o hitlerianismo a campanha de inverdades,

falsidades e calúnias com que se pretende atingir, corromper e atrasar a acção das classes ascendentes trabalhadoras.

Com JG, neste Congresso, a própria Comuna de Paris converte-se numa «lista sangrenta», não de revolucionários mortos, mas de «execuções em massa, praticadas pelos comunistas», em 1871, que é «entusiasticamente saudada por Karl Marx»... Na Rússia, para JG, «segundo os próprios dados soviéticos (...) o número de executados nos primeiros cinco anos de domínio soviético, tem de ser computado em 1 860 000 pessoas, números redondos, dos quais 6000 professores, 8800 médicos, 54 000 oficiais, 260 000 soldados, 105 000 funcionários da polícia, 48 000 gendarmes, 128 000 funcionários públicos, 355 000 intelectuais, 192 000 operários e 815 000 camponeses»... E isto tudo em vida de Lênine...

E citará mesmo o marechal chinês Tchang Kai Chek — essa impoluta e humana figura de sincero democrata... — quando torna conhecido, «em Novembro de 1934 que, na província de Kiang-Si, os comunistas assassinaram 1 milhão de pessoas e privaram dos seus haveres 6 milhões»...

Tal, como — utilizando a complacência e a cumplicidade de um trabalhador holandês de 24 anos, desclassificado e alocado, a quem seriam imputados 30 focos de incêndio detectados — insistirá, uma vez mais, na atribuição do incêndio do Reichstag, o parlamento germânico, na noite de 27.2.33 (há 60 anos), ao PC Alemão. claro que o Tribunal de Leipzig, onde se desenrolou este processo, já tivera que absolver Jorge Dimitrov, conhecido dirigente búlgaro do movimento comunista internacional, que deste crime fora acusado.

Isso não evitou, entretanto, que na base daquela provocação a quase totalidade dos funcionários do PC Alemão tivesse sido presa, ao mesmo tempo que era proibida a imprensa comunista e socialista!

Será na base destas e de outras violentas medidas repressivas que, em Maio de 1933, o partido nazi alcançará nas eleições legislativas, pacificamente (?), com toda a simplicidade, uma pequena maioria parlamentar. Era um sério avanço na escalada do poder, que durante mais de dez anos ameaçará a paz e a liberdade, na Europa e no Mundo.

4. Mais arrasante ainda é o rol de pretensas cumplicidades judaico-comunistas dos anos trinta, estabelecido neste discurso de JG: são dezenas e dezenas de exemplos que teriam provocado milhares de mortos, e que hoje mal se compreende como teriam podido ajustar-se à história da criação do Estado de Israel e à sua natureza imperialista e guerreira.

Os bolchevistas são tratados como «esse bando de conjurados, vagabundos e nómadas, que nos judeus encontram a sua representação»; «durante o reinado bolchevista de Bela Kun (...) foram assassinados em Budapeste, no ano de 1919, 20 reféns»: «judeu era também Litwinov, presidente do Conselho da Liga das Nações»; «na Rússia, arqueja o país debaixo dum domínio de violência judaico-marxista»; «o judeu Gubelmann, sob o nome de Jaroslowski, é o chefe da liga dos ateus militantes da União Soviética (...)».

Ou, em termos mais gerais: «Onde estão os fautores ocultos deste enve-

nenamento do mundo? Quem ideou todo este absurdo? Quem o pôs em prática na Rússia (...)? Na resposta a estas perguntas reside o verdadeiro segredo da nossa atitude conscientemente antijudaica e da nossa luta consequente e sem compromissos contra o judaísmo; é que a internacional bolchevista é na realidade uma internacional judaica.» «Foram judeus que idearam o marxismo, são judeus que com ele tentam há dezenas de anos revolucionar o mundo, são judeus que hoje ainda estão à frente dele em todos os países. Só nos cérebros de nómadas sem raça, sem povo e sem terra, é que podia ser arquitectada esta diabólica monstruosidade, e só com a falta de consciência e de escrúpulos própria de verdadeiros diabos é que ela podia proceder revolucionariamente ao ataque, pois o bolchevismo não é senão o materialismo brutal especulando com os mais baixos instintos, e na sua luta contra a cultura ocidental serve-se das mais escuras forças impulsoras do homem, em benefício do judaísmo internacional.»

E seguem-se logo claras concretizações: «A teoria desta loucura política foi ideada pelo judeu Karl Mordechai chamado Marx, filho de um rabino de Tréveris. Uma ramificação dessa teoria originou-se no cérebro do judeu Ferdinand Lassalle, filho do judeu Chaim Wolfshon, natural de Loslau, que mudou o nome em Loss-lauer, depois em Lasel e finalmente em Lassalle.»

E lá virão sucessivos «chefes do comunismo», os judeus Kurt Eisner, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kamenev, Sverdlov, etc., etc.

Tudo isto pode parecer arcaico, ultrapassado, morto. Será. Mas só lá vão 60 anos, e na Europa, mesmo hoje, esse lapso de tempo é simultaneamente muito e muito pouco.

Um exemplo: no livro já citado de Ribbentrop, quando fala das «tropas aliadas da Alemanha», ele cita a Itália fascista, a Roménia, a Hungria, e... a Eslováquia e a Croácia.

E Hitler, no discurso proferido, por ocasião da obra de Socorro de Inverno na Guerra, 1942/1943, clama: «Se considerarmos todos os nossos aliados e aqueles que lutam ao nosso lado, romenos e húngaros, croatas e eslovenos e em seguida os espanhóis, etc., então de facto podemos dizer que esta já é hoje uma verdadeira cruzada da Europa (...)»

Será esta análise indiferente hoje?

O avanço pela Europa da extrema-direita racista, pragmática, consumista, cosmopolita de base chauvinista, é apenas conjuntural? Não traduz ele, por um lado, uma insegurança social e política, dificilmente recuperável, de largas camadas burguesas, e por outro, o adensamento das contradições monopolistas inter e extra-europeias?

O renascimento, na Alemanha, de uma vasta e radical extrema-direita, de forte inserção juvenil, é apenas um fenómeno marginal?

Qual a posição da Alemanha face aos restantes membros da CE? Não estará ela em vias de caminhar para os converter em apêndices semicoloniais, nomeadamente na Europa do Sul?

A consciência dos povos guarda intacta a experiência histórica de cada geração. Essa acumulação exige novas práticas e velhas e modernas organizações de acção. Mas sem memória não há aprendizagem nem renovação.

Dr. Goebbels
no Congresso do Partido
em Nuremberg em 1935

Comunismo
sem Máscara

ten a origem corrupta e corruptora: o judaísmo! Isto é: duma assentada os nazis, como é seu hábito e tradição totalitária, atacam, confundindo-as, duas frentes de classe distintas na sua natureza chauvinista que os opõe a uma etnia classicamente dispersa e estruturada em estreita ligação com o domínio do grande capital financeiro ou de alguns dos seus mais importantes sectores.

Reler hoje este discurso ajuda certamente a entender melhor as mil e uma formas especulativas, alienadas e alienantes, da moderna agressividade imperialista — laica e não laica, nacional e internacional, pública e privada, informativa e formativa, civil e militar — contra os ensaios sociais, trabalhadores e populares, melhor ou pior empreendidos neste século — ou milénio — de estabelecimento e construção do socialismo na Terra. Contribui para perceber com que histórias e contrastes formais de comunidades humanas os grandes grupos sociais encobrem a História; com que poder monopolista, financeiro e ideológico é que se corrompe a base de classe do

Gazetilha

Amigos europeus

O Khol, de bolso farto, visitou o Suharto e foi, entre indonésios e germanos, um abraço para selar o dever de zelar pelos direitos humanos...

Por enquanto, daqui nem um protesto. Nem há de quê, de resto. Reina a fraternidade entre os países da Comunidade. O Khol, todo sorrisos, nem disfarça.

... Mas que farsa!

Lutas intestinas

Um diz, outro desdiz, outro comenta, outro, com algum verniz, ditos lamenta. Carnavais, Lei de Imprensa (lei de prensa...) impostos e propinas. Anunciam-se lutas intestinas por essas e por outras mais, a esmo.

Cheiram tão mal e fazem tal ruído que fica já o poeta convencido: são intestinas mesmo.

Bocageando

Quinta dos Frades. Para confrades dificuldades são qualidades. Afinidades? Ambiguidades? São veleidades ingenuidades dos irmãos frades dos dois em um.

— Declaro que o pum que esta senhora deu não foi ela: fui eu!

Grande Bocage das palavras bravas! Tu é que os topavas...

Não é alarmante

A agricultura morre. Mesmo assim o caso não é assim tão alarmante. Despedidos aos montes de rompante às feras atirados no festim

o caso não é assim tão alarmante a não ser para eles, mas enfim. E para quê fazer tanto chinfrim com a educação, a extravagante

saúde que é doença? Ah, não, não é situação alarmante. Se dão fé de inflação, corrupções e tropelias,

não é caso pra tanto berbicacho. Cavaco dorme. Pxiu! Falem mais baixo. Não o acordem com essas ninharias.

Reincarnações

A TSF anda descomandada. Há dias ouviu em longa entrevista, muito a sério, um cidadão de Pontevedra que se diz a reincarnação do Drácula e apóstolo de Lucifer.

Mais recentemente, recolheu um comentário de António Barreto, que comparou o caso de Judas aos julgamentos de Moscovo dos anos 30. Será que o direito ao disparate não tem limites? António Barreto será a reincarnação de quê e apóstolo de quem?

'Anonimus academicus'

Não são só os italianos que têm o monopólio da 'vendeta', como se comprova num serviço da Lusa chegado às redacções no início do mês. Reza o dito que a placa do consulado de Itália no Porto foi "raptada" por um grupo autodenominado 'anonimus academicus' que exigia que fosse "declarada a vitória da selecção portuguesa" no jogo da semana passada contra a selecção transalpina. O consulado confirmou o desaparecimento da placa, que surge numa fotografia,

enviada à Lusa, nas mãos de um presumível estudante do ensino superior. No comunicado enviado com a fotografia - que o consulado diz desconhecer - o 'anonimus academicus' ameaçava fazer um "risco" na placa por cada dia que passasse até que o resultado fosse alterado dos reais 1-3 favoráveis à selecção italiana para uma vitória portuguesa. O prazo terminou na segunda-feira, altura em que, a não ser satisfeita a reivindicação, se procederia "à execução sumária" da placa, "por fundição".

A esta hora é caso para dizer: paz à sua alma!

Operação pára-quadras

A primeira intervenção norte-americana na Bósnia-Herzegovina registou-se a semana passada, sem incidentes e sem sucesso. Menos "cirúrgica" do que os famosos ataques no Iraque, a operação, destinada ao envio de ajuda humanitária, errou o alvo. Trinta caixotes de medicamentos e 20 737 rações de combate, enviadas de pára-quadras, em condições de voo classificadas de "perfeitas", estão algures perdidos na Bósnia Oriental.

A população, desiludida, não perdeu o sentido de humor; um habitante chegou mesmo a dizer: "os americanos deviam mandar pomada para curar entorses; temos todos o pescoço torto de tanto olhar para o céu".

Compromissos

A Comunidade Europeia exigiu na segunda-feira à Indonésia que "honrasse os compromissos" assumidos no ano passado na Comissão dos Direitos Humanos (CDH), da ONU, em Genebra. E a presidência dinamarquesa da CE não se escusou a lançar várias críticas a Jacarta: não permitiu o acesso a Timor das organizações humanitárias, não forneceu dados sobre o número de vítimas do massacre de Díli, não explicou as disparidades entre as penas aplicadas a timorenses e a militares no massacre de Santa Cruz...

Só é pena é que na mesma ocasião a CE não se tenha lembrado de exigir à Alemanha que cumpra os seus compromissos com os parceiros comunitários e a defesa dos direitos humanos, deixando, por exemplo, de fornecer material de guerra à Indonésia.

frases da Semana

"António Guterres é um rapaz sério, está dentro dos assuntos, sabe daquilo que fala, é politicamente moderado e nas questões de Estado sabe compreender e dialogar com o Governo."

☞ (Eurico de Melo - «Semanário», 27.02.93)

"No momento em que se anuncia a morte dos partidos tradicionais, a nossa mensagem é a única capaz de apaixonar."

☞ (João Santos, candidato do PSN à C.M.L. - «Diário de Notícias», 2.03.93)

"Não sou senão um pobre agricultor. Mas quiseram fazer de mim o pára-raios de toda a Itália."

☞ (Salvatore Riina, alegado «Padrinho» da Máfia, no seu julgamento - «Diário de Notícias», 2.03.93)

"Não sei o que é a Cosa Nostra. Só ouvia as pessoas falarem dela na televisão e nos jornais."

☞ (idem - «Público», 2.03.93)

"Nunca conheci o padre Max, nunca tinha ouvido falar nele até ler nos jornais a notícia da sua morte."

☞ (Cónego Melo - «O Diabo», 2.03.93)

"Só soube das bombas 'a posteriori'..."

☞ (idem)

"Claro que recebi e protegi Alpoim Galvão."

☞ (idem)

"É impossível fiscalizar todas as ajudas à agricultura."

☞ (Rodrigues André, presidente do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola - «Público», 26.02.93)

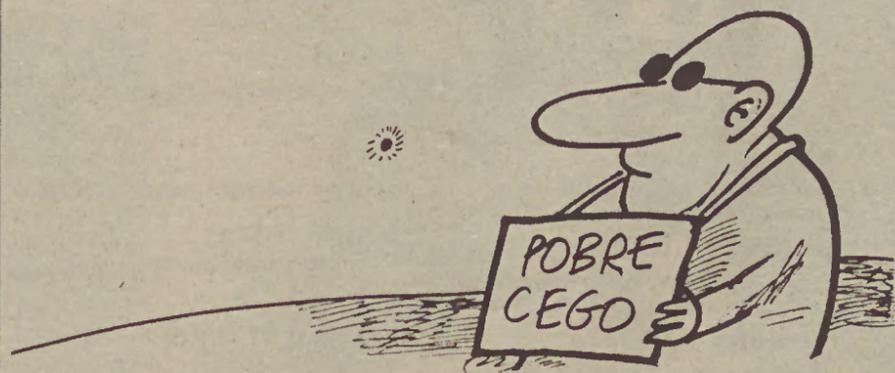
"É sabido que o Governo colabora com todas as autarquias."

☞ (Cavaco Silva, em Trancoso - «Público», 1.03.93)

"Mulheres bósnias, não abortem!"

☞ (João Paulo II, carta ao arcebispo de Sarajevo - «Público», 28.02.93)

SEI QUE LHE
VAI CUSTAR
ACREDITAR-ME,
BOM HOMEM, MAS
EU SOU O HOMEM
INVISÍVEL





Agenda

Iniciativas comemorativas do 72º aniversário do Partido

ALCOCHETE

Jantar no Refeitório da Câmara Municipal, sábado às 20.00. Com Miguel Boeiro e Carlos Humberto. No final, fado amador.

AVEIRO

Jantar em Espinho, no restaurante "Ruacanã", sábado às 19.30. Com Aurélio Santos.

Jantar em Ilhavo, no restaurante "Foquim", sábado às 20.00. Jantar em S. João da Madeira, no CT do PCP, sábado às 20.00. Com António Salavessa.

BEJA

Almoço em Ourique, no restaurante Palma, sábado às 13.00. Com José Soeiro.

BRAGA

Convívio-festa em Famalicão (junto ao novo Centro de Trabalho do PCP, no Campo da Feira), sábado a partir das 15.00. Com Álvaro Cunhal.

Convívio em Guimarães, no Centro de Trabalho, sábado a partir das 16.00.

CALDAS DA RAINHA

Almoço no Centro de Trabalho do PCP, domingo às 13.00. Com Agostinho Lopes.

CASTELO BRANCO

Almoço, domingo. Com Maria da Piedade Morgadinho.

COIMBRA

Jantar em Condeixa-a-Nova, no restaurante "Milho Rei", sábado às 19.30. Com Agostinho Lopes.

COVILHÃ

Jantar em Tortosendo, sábado. Com Carlos Rabaçal. Jantar no Fundão, domingo. Com Maria da Piedade Morgadinho.

ÉVORA

Almoço no Pátio Alentejano (Évora), sábado às 13.00. Com Octávio Teixeira.

Almoço em Portel, sábado às 13.00. Com Luís Sá.

Jantar em Borba, sábado às 19.00. Com Octávio Teixeira.

Almoço em Montemor-o-Novo, sábado às 13.00. Com Lino de Carvalho.

Festa em Vendas Novas, sábado às 21.00. Com Luís Sá.

Almoço em Arraiolos, domingo às 13.00. Com Octávio Teixeira.

Almoço em Mora, domingo às 15.00. Com Luísa Araújo.

FARO

Jantar no restaurante da Coobital, sábado às 20.00. Com Luísa Araújo.

Almoço em Silves, domingo às 13.00. Com Carlos Luís Figueira.

Almoço em Portimão, domingo às 13.00. Com João Zagalo.

Almoço em Lagos, domingo às 13.00. Com Fernando Amaro.

GUARDA

Sessão comemorativa em Gouveia, no Centro de Trabalho, sábado a partir das 15.00. Com José Casanova.

Almoço em Seia, no Centro de Trabalho, domingo às 13.00. Com Edgar Correia.

Sessão-convívio no Centro de Trabalho da Guarda, domingo às 15.00. Com José Casanova.

LISBOA

Comício no Pavilhão dos Desporto, sexta-feira às 21.30. Com Carlos Carvalhas.

Almoço no Centro de Trabalho Pedro Soares/Santo Condestável, domingo às 13.00.

Jantar-convívio no Centro de Trabalho de Alcântara - sexta-feira, dia 12. Com Domingos Abrantes.

MARINHA GRANDE

Jantar-festa na sede da Ordem, sábado a partir das 20.00. Com Carlos Brito.

PENICHE

Almoço na Escola Secundária, domingo às 13.00. Com Carlos Brito.

PORTALEGRE

Sessão em Alcórrego, sexta-feira às 21.00.

Sessão em Avis, sábado às 21.00. Com Jorge Gouveia Monteiro.

Convívio em Portalegre, no Centro de Trabalho, sábado às 21.00.

Convívio em Campo Maior, no Centro de Trabalho, sábado às 16.30. Com Joaquim Miranda.

Convívio em Ervedal, no Centro de Trabalho, sábado às 16.00. Com Jorge Gouveia Monteiro.

Convívio em Benavila, no Centro de Trabalho, sábado às 19.00. Com Jorge Gouveia Monteiro.

Almoço no Crato, no Centro de Trabalho, sábado às 13.00. Com Fernando Carmosino.

Sessão em Aldeia Velha, domingo às 18.00. Com José Amante.

PORTO

Comício no Teatro Rivoli, domingo às 15.30. Com Álvaro Cunhal.

Jantar no Hotel Tuela, sábado às 20.00.

Jantar em Pedrouços/Maia, sábado às 20.00.

Jantar em Matosinhos, no Restaurante Jotobel (frente à Escola Industrial), sábado às 20.00.

Jantar em Valongo, no restaurante "Churrasqueira do Norte", sábado às 20.00. Com Macedo Varela.

SETÚBAL

Jantar no restaurante "Solar do Lago", em Setúbal, sábado às 20.00.

Jantar em Almada, no salão dos Bombeiros da Trafaria, sábado às 20.00. Com Carlos Carvalhas.

Almoço no Seixal, na Quinta da Valenciana, domingo às 12.30. Com Carlos Carvalhas.

Inauguração do Centro de Trabalho de Quinta do Conde/Sesimbra, domingo às 16.00. Com Carlos Carvalhas.

Jantar em Sesimbra, no Restaurante Alfa 2/Alfarim, sábado às 20.00. Com José Manuel Maia.

Almoço em Vila Fresca de Azeitão, no Restaurante "O Manel", domingo às 12.30.

Sessão comemorativa em Grândola, no Auditório Municipal, sexta-feira às 21.00. Com Vítor Dias.

Almoço em Grândola, na Refeitório da Câmara Municipal, sábado às 13.00. Com Manuel Sobral. Convívio com baile, à noite, no Pavilhão da Feira.

Almoço na Baixa da Banheira, na Sociedade "Os Alentejanos", sábado às 13.00. Com Jerónimo de Sousa.

Almoço na Moita, no Centro de Trabalho, sábado às 13.00.

Convívio com baile em Sarilhos Pequenos, sábado às 21.00.

Almoço em Alhos Vedros, no restaurante "Valério", domingo às 13.00. Com Francisco Lopes.

Almoço em Vale da Amoreira, no Cava, domingo às 13.00.

TOMAR

Sessão-convívio, sábado às 17.00. Com Carlos Aboim Inglês.

TORRES NOVAS

Convívio, sábado às 17.00.

VIANA DO CASTELO

Jantar no Restaurante Náutico, em Viana do Castelo, sábado às 19.30. Com Álvaro Cunhal, que também estará presente, às 19.00, no CT do PCP, num encontro de jovens.

Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Caminha, domingo, às 10.30, com a presença de Álvaro Cunhal, que também participa no almoço que se realiza a partir das 12.00 em Vilar de Mouros, no Centro de Instrução e Recreio Vilamourense.

Olhão

Assembleia da Organização Concelhia
Domingo

Porto

4ª Assembleia da Organização da Freguesia do Bonfim

Sábado às 15.00

no CT da R. Barão de S. Cosme

Barreiro

2ª Assembleia da Organização de Freguesia da Verderena

Sábado às 15.00

no CT concelhio

Reuniões e plenários

Alcabideche

Reunião dos comunistas que trabalham nas empresas da freguesia: quarta-feira, às 18.30, no CT de Alcabideche.

Amadora

Sessão da CDU na Venda Nova: no Santos, às 21.00.

Grândola

Encontro de Quadros dos concelhos do Sul do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) para discussão sobre as eleições autárquicas 1993: sábado, às 10.00, no CT de Grândola, com a participação do camarada Manuel Sobral.

Lisboa

Reunião da célula da Cooperativa "A Resistência": hoje, quinta-feira, às 17.00. *** Reunião de Quadros Técnicos do sector de Serviços de Lisboa: terça-feira, às 20.30, no CT da Av. Duque de Loulé. *** Plenário da célula dos CTT: terça-feira às 19.00 no CT Vitória. *** Plenário e convívio de Reformados no CT de Arroios: quarta-feira às 15.30.

Loures

Plenário da Organização de Freguesia de Fanhões: no CT de Fanhões, sábado às 17.00.

Olhão

Assembleia da Organização Concelhia do PCP: na Escola Secundária, com início às 10.00.

Paio Pires

Plenário da CDU, com a participação de eleitos na Freguesia e na CM: sábado, às 16.00, no clube de Casal do Marco.

S. Domingos de Rana

Encontro com jovens da freguesia, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP e com a participação de João Camilo, presidente da Junta de Freguesia. No Centro de Trabalho de Tires, sábado às 16.00. *** Reunião dos comunistas que trabalham nas empresas da freguesia de S. Domingos de Rana: quarta-feira às 18.30, no CT de Tires.

Tomar

Reunião de militantes para debate e eleição de delegados à IV Assembleia da Organização Regional de Santarém: sábado às 15.00.

Torres Novas

Reunião de militantes para debate e eleição de delegados à IV Assembleia da Organização Regional de Santarém: sábado às 15.00.

Vale de Santarém

Reunião de militantes para debate e eleição de delegados à IV Assembleia da Organização Regional de Santarém: sexta-feira às 21.00.

Pela Paz nos Balcãs

Sessão-debate
no Hotel Plaza

Quarta-feira, dia 10, às 21.30

Promotores:

Adalberto Coelho Alves, Alice Vieira, António Abreu, António Avelãs Nunes, António Gonçalves, António Vigário, Aquilino Ribeiro Machado, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Carvalho, Carlos Aboim Inglês, Catarina Casanova, Domingos Lopes, Edgar Silva, Inês Fontinha, João Amaral, Jorge Veiga, Luís Azevedo, Luís Catarino, Luísa Irene Dias Amado, Raul Castro.

Almada

Plenário concelhio - sábado às 15.00

Alverca

Debate e eleição de delegados - domingo às 15.00

Avis

Plenário concelhio - sábado às 15.00 no CT de Benavila

Bombarral

Debate e eleição de delegados - sábado às 15.00

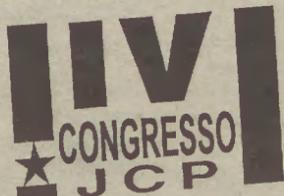
Caldas da Rainha

Plenário para eleição de delegados - sábado às 18.00

Lisboa

Festa-convívio comemorativa do 72º aniversário do PCP

- sexta-feira a partir da meia-noite na sede da JCP



Plenário dos concelhos do Norte do distrito - sábado às 15.00.

Plenário da O. E. Superior de Lisboa - quarta-feira às 20.30, na sede da JCP

Loures

Convívio no Centro de Trabalho do PCP - sábado às 13.00

Peniche

Plenário para eleição de delegados - domingo às 11.00

Ponte de Sor

Plenário concelhio - às 16.00

Sacavém

Reunião do colectivo - sábado às 15.00

Seixal

Plenário para eleição de delegados - quarta-feira às 21.00

Tires

Reunião do colectivo - sábado às 16.00

Torres Novas

Plenário para discussão dos documentos - sábado às 15.00

Viana do Castelo

Reunião do colectivo - sexta-feira às 21.00

Vila Franca de Xira

Plenário concelhio, seguido de jantar e convívio - sábado a partir das 15.00

Assembleia para eleição de delegados - terça-feira às 20.30

Sesimbra

sexta-feira a partir das 20h

Homenagem à camarada

Maria Guiomar

Jantar — com a participação de Apolónia Teixeira

Música — com Lena Guerra e Jorge Patrício

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 4

4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Reis do Rio
11.30 Notas para Si
12.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 BD, a 9ª Arte
14.30 Ponto por Ponto
15.10 O Céu é o Limite
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.40 Grande Noite
23.35 Sexualidades
00.30 Fogo de Gabriel
01.20 24 Horas
02.10 Remate

4

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 Marie Curie
12.35 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.20 Os Arabes
17.10 Rally de Portugal
17.25 Chá das 5
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.15 Futebol - Benfica-Juventus
22.30 TV2 Jornal
23.10 Barriga de Aluguer
24.00 Rally de Portugal
00.20 Maigret

4

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Alta Costura em Paris
21.40 Conta Corrente
22.40 Repórter da Meia-Noite
23.30 Passo a Passo
00.05 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 MTV

4

16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas (folhetim)
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro (telenovela)
20.30 Farda e Coração
22.00 Informação - «Referendo»
22.30 Cresce e Aparece
23.05 Os Construtores da História
23.35 Informação
23.55 Meteorologia

Sexta, 5

4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Dança no Campo
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.10 O Primo Campeão
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.40 Marina, Marina
22.20 O Milagre da Rua 8
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Creeshow
(ver «Filmes na TV»)
02.45 Para Além da Justiça
(ver «Filmes na TV»)

4

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.25 Rally de Portugal
13.00 Luas de Mel
14.00 Agora Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.45 Carrusel
19.30 Documentário
20.00 Uma Questão de Palavras
20.30 Em Português nos Entendemos
21.25 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.10 Rally de Portugal
23.35 Labaredas
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Últimas Notas

4

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Alta Costura em Paris
21.40 Conta Corrente
22.40 Repórter da Meia-Noite
23.30 Passo a Passo
00.05 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 MTV

4

16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Retrato de Campeões
21.00 Desporto
21.35 Agatha Christie
22.40 Os Profissionais
(ver «Filmes na TV»)
01.25 Ponto Final
01.40 Meteorologia

Sábado, 6

4

08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.00 Parlamento
13.40 Mercado Único
13.55 Clube Disney
15.15 A Pantera Volta a Atacar
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Feira da Música
18.05 Arca de Noé
18.45 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.40 Felicidade
22.30 Parabéns
00.10 Sessão Dupla I
(três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
01.40 Sessão Dupla II - «O Último Amante Romântico»
(ver «Filmes na TV»)

4

08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 TV2 Desporto
11.30 Rally de Portugal
12.05 Tarzan, o Homem Macaco
(ver «Filmes na TV»)
13.45 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 No Cumprimento do Dever
22.55 Salomé
00.25 Popoff
00.50 Contradições

4

12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Portugal Radical
15.00 Ester - O Rei
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Justiça Negra
18.00 Internacional SIC
18.20 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
21.00 Benny Hill
21.30 Alta Costura em Paris
21.40 Paixões Secretas
22.30 Água na Boca
23.25 Último Jornal
23.50 Telefilme: «O Caso da Cantora Silenciada»

4

10.00 Animação
11.30 Punky
11.55 Contra-Ataque
13.10 Lágrimas (compacto)
17.50 Cagney & Lacey
18.50 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Documentário
20.30 Um Russo em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
22.30 Taxi Driver
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Meteorologia

Domingo, 7

4

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.25 Beverly Hills 90210
16.20 Garbo e Eu
(ver «Filmes na TV»)
18.10 Sons do Sol
19.05 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.05 Felicidade
22.40 Casa Cheia
23.25 Grande Área
00.40 Conversa Afhada

4

08.00 Desenhos Animados
08.10 Os Persuasores
09.00 Uma Família para Joe
09.30 Regiões
10.30 National Geographic
11.20 Gente da Frente
12.30 Forum Musical
13.30 Realce
13.55 Gala da UNICEF 1992
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Artes e Letras - «A História da MGM»
23.30 Capitães da Areia
00.15 Voo às Cegas
01.05 Um Anjo à Minha Mesa

4

12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 Tarzan
14.35 Um Planeta - Uma Família
15.00 A Namorada
(ver «Filmes na TV»)
16.50 A Saga da Fórmula Um
17.20 Terminal Max
18.20 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
20.55 Cosby Show
21.30 Alta Costura em Paris
22.00 O Justiciero da Noite
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Último Jornal
00.15 Segredos
01.05 Deixem Correr o Sangue

4

10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.00 Colégio Interno
14.00 A Saga dos Wilson
15.00 «Tora! Tora! Tora!»
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Heights - A História de um Conjunto
19.00 Telemotor
19.30 Informação Quatro
20.00 Os Bastidores do Espectáculo
20.30 Cartas de Amor
21.45 Tentáculos
23.25 Meteorologia

Segunda, 8

4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Sete de Infantaria
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.45 Apanhados
22.25 Entre Famílias
23.25 As Mulheres de Windsor
00.15 24 Horas
01.10 Remate

4

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Terra de Fogo e Sangue
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 Cinemagazine
20.30 Milénio
21.15 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Fogo Cruzado
00.10 Magia da Noite
(ver «Filmes na TV»)

4

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Jack The Knife
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Tostões e Milhões
23.50 Último Jornal
00.10 Jornalouco
00.15 MTV

4

16.30 A Casa do Tio Carlos
17.10 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Telefilme: «Acidente no Rio Negro»
22.15 Fado, Fadinho
22.45 Desporto
23.15 Ponto Final
23.30 Meteorologia

Terça, 9

4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Milagre em Soho
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto Só Vídeo
22.05 Você Decide
23.00 A Marcha do Tempo
00.20 24 Horas
01.10 Remate

4

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.15 Futebol: Portugal-Uruguai
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.15 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 Magazine Ecologia
20.30 As Asas da Tragédia
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Inferno em Saigão
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Outras Músicas

4

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Príncipe de Bel Air
22.00 Terça à Noite
23.00 Phoenix
23.55 Último Jornal
00.15 Jornalouco
00.20 MTV

4

16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Nos Bastidores do Poder
21.20 O Costa de África
(ver «Filmes na TV»)
23.10 Joseph Stalin - O Monstro
00.05 Informação
00.20 Meteorologia

Quarta, 10

4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Isto é Magia
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Expresso de Munique
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Impulso para Matar
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Murphy Brown
00.05 24 Horas
00.50 Remate

4

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Sem Remédio
12.40 Os Roberts
13.05 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.15 Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
17.10 Rally de Portugal
17.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 Magazine
Arquitectura
20.30 As Aventuras da Liberdade
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Carlos Cruz: Quarta-feira
00.35 Retalhos da Vida
(ver «Filmes de Aluguer»)

4

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Jornal da Noite
22.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Batalhas Conjugais
22.30 Sexo Forte
23.30 Jogar em Casa
00.05 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 MTV

4

16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 As Violetas São Azuis
(ver «Filmes na TV»)
22.00 Olhares
22.30 Desporto Motorizado
22.55 O Maluco dos Anúncios
23.20 Informação
23.55 Meteorologia

O Rally de Portugal — diariamente em todos os canais



A história da BD
— quinta-feira à tarde no Canal 1



Murphy Brown volta ao Canal 1



Filmes na TV

QUINTA, 4

O Céu é o Limite

«Reach for the Sky» (Can./Rom./1991). Real.: Elisabeta Bostan. Int.: Izabela Moldovan, Alina Izvorano, Carmen Galin. Cor, 86 min. *«Biográfico»* (15.10, Canal 1)

SEXTA, 5

O Primo Campeão

«Palooka» (EUA/1934). Real.: Ben Stoloff. Int.: Jimmie Durante, Lupe Velez, Stuart Erwin. Marjorie Rambeau. P/B, 87 min. *Ver Destaque* (15.10, Canal 1)

Doutor Jivago

«Doctor Zhivago» (EUA/1965). Real.: David Lean. Int.: Omar Sharif, Julie Christie, Geraldine Chaplin, Rod Steiger, Alec Guinness. Cor, 180 min. *Ver Destaque* (21.10, SIC)

O Milagre da Rua 8

«Batteries not Included» (EUA/1987). Real.: Matthew Robbins. Int.: Hume Cronyn, Jessica Tandy, Frank McRae, Elisabeth Pena. Cor, 100 min. *Comédia* (22.20, Canal 1)

Os Profissionais

«The Professionals» (EUA/1966). Real.: Richard Brooks. Int.: Burt Lancaster, Lee Marvin, Robert Ryan, Jack Palance, Claudia Cardinale. Cor, 117 min. *Ver Destaque* (22.40, Quatro)

Labaredas

«Macao, L' Enfer du Jeu» (Fr./1939). Real.: Jean Delannoy. Int.: Mireille Balin, Eric von Stroheim, Sessue Hayakawa, Roland Toutain. P/B, 92 min. *Ver Destaque* (23.35, TV 2)

Creepshow

«Creepshow» (EUA/1982). Real.: George A. Romero. Int.: Carrie Nye, Viveca Lindfors, Stephen King, Leslie Nielsen, Ted Danson. Cor, 85 min. *Terror* (01.15, Canal 1)

Para Além da Justiça

«RDE vs. Wade» (EUA/1989). Real.: Gregory Hoblit. Int.: Holly Hunter, Amy Madigan, Terry O'Quinn, Kathy Bates. Cor, 100 min. *Telefilme dramático* (02.45, Canal 1)

SÁBADO, 6

Tarzan, o Homem Macaco

«Tarzan The Ape Man» (EUA/1932). Real.: W. S. Van Dyke. Int.: John Weissmuller, Maureen O'Sullivan, Neil Hamilton. P/B, 100 min. *Ver Destaque* (12.05, TV 2)

Ester e o Rei

«Esther and the King» (EUA/1960). Real.: Raoul Walsh. Int.: Joan Collins, Richard Egan, Denis O'Dea, Sergio Fantoni. Cor, 109 min. *Ver Destaque* (15.00, SIC)

A Pantera Volta a Atacar

«The Pink Panther Strikes Again» (Gr.Br./1976). Real.: Blake Edwards. Int.: Peter Sellers, Herbert Lom, Colin Blakely. Cor, 99 min. *Ver Destaque* (15.50, Canal 1)

Um Russo em Nova Iorque

«Moscow on the Hudson» (EUA/1984). Real.: Paul Mazursky. Int.: Robin Williams, Maria Conchita Alonso, Cleavant Derricks. Cor, 115 min. *Comédia dramática* (20.30, Quatro)

Taxi Driver

«Taxi Driver» (EUA/1976). Real.: Martin Scorsese. Int.: Robert De Niro, Cybill Shepherd, Jodie Foster, Peter Boyle. Cor, 113 min. *Ver Destaque* (22.30, Quatro)

O Caso da Cantora Silenciada

«Perry Mason: The Case of the Silenced Singer» (EUA/1990). Real.: Ron Satlof. Int.: Raymond Burr, Barbara Hale, Vanessa Williams. Cor, 97 min. *Telefilme* (23.50, SIC)

O Último Herói

(EUA/1973). Real.: Lamont Johnson. *Policial* (Alternativa I); *Duplo Impacto* (EUA) Real.: Sheldon Letich. *Policial* (Alternativa II); *Atalhos* (EUA/1981). Real.: Martin Ritt. *Comédia* (Alternativa III) - *Ver Destaque* (00.10, Canal 1)

O Último Amante Romântico

«Le Dernier Amant Romantique» (Fr./1978). Real.: Just Jaeckin. Int.: Dayle Haddon, Gerald Tybalt, Fer-

nando Rey. Cor, 100 min. *Erótico* (01.40, Canal 1)

DOMINGO, 7

A Namorada

«My Gal Sal» (EUA/1942). Real.: Irving Cummings. Int.: Rita Hayworth, Victor Mature, John Sutton, Carole Landis, James Gleason. Cor, 103 min. *Ver Destaque* (15.00, SIC)

Tora! Tora! Tora!

«Tora! Tora! Tora!» (EUA/Jap./1970). Real.: Richard Fleischer, Toshio Masuda, Kinji Fukusaku. Int.: Martin Balsam, Jason Roberts, James Whitmore, Joseph Cotten, Tatsuya Mihashi. Cor, 143 min. *Ver Destaque* (15.00, Quatro)

Vinte Mil Léguas Submarinas

«20 000 Leagues Under the Sea» (EUA/1954). Real.: Richard Fleischer. Int.: Kirk Douglas, James Mason, Paul Lukas, Peter Lorre. Cor, 121 min. *Ver Destaque* (16.15, Canal 1)

O Justiceiro da Noite

«Death Wish» (EUA/1974). Real.: Michael Winner. Int.: Charles Bronson, Hope Lange, Vincent Gardenia, Steven Keats, William Redfield. Cor, 93 min. *Ver Destaque* (22.00, SIC)

SEGUNDA, 8

Sete de Infância

«The Way Ahead» (Gr.Br./1944). Real.: Carol Reed. Int.: David Niven, Raymond Huntley, Billy Hartnell, Stanley Holloway, James Donald. P/B, 111 min. *Ver Destaque* (14.50, Canal 1)

Acidente no Rio Negro

(EUA) Real.: Michael Pressman. Int.: Mike Farrell, Tess Harper, Helen Hunt. Cor, 100 min. *Telefilme dramático* (20.30, Quatro)

Jacknife

«Jacknife» (EUA/1989). Real.: David Jones. Int.: Robert De Niro, Ed Harris, Kathy Baker, Charles Dutton, Loudon Wainwright. Cor, 84 min. *Ver Destaque* (21.30, SIC)

Magia da Noite

«Night Magic» (Can./Fr./1985). Real.: Lewis Fury. Int.: Nick Mancuso, Carole Laure, Stephane Audran, Jean Carmet. Cor, 88 min. *Musical* (00.10, TV 2)

TERÇA, 9

Milagre em Soho

«Miracle in Soho» (Gr.Br./1957). Real.: Julian Aymes. Int.: John Gregson, Belinda Lee, Cyril Cusack, Peter Illing, Rosalie Crutchley. Cor, 94 min. *Comédia romântica* (15.05, Canal 1)

O Costa de África

(Port.) Real.: João Mendes. Int.: Vasco Santana, Laura Alves, Ribeiro, Erico Braga, Henrique Santana, Rogério Paulo. 110 min. *Comédia* (21.20, Quatro)

Inferno em Saigão

«Off Limits» / «Saigon» (EUA/1988). Real.: Christopher Crowe. Int.: William Dafoe, Gregory Hines, Fred Ward, Amanda Pays. Cor, 98 min. *Policial* (23.15, TV 2)

QUARTA, 10

Expresso de Munique

«Night Train to Munich» (Gr.Br./1940). Real.: Carol Reed. Int.: Margaret Lockwood, Rex Harrison, Paul Henreid, Basil Radford. P/B, 90 min. *Ver Destaque* (15.10, Canal 1)

As Violetas São Azuis

«Violets Are Blue...» (EUA/1986). Real.: Jack Fisk. Int.: Sissy Spacek, Kevin Kline, Bonnie Bedelia, John Kellogg, Jim Standford. Cor, 88 min. *Drama romântico* (20.30, Quatro)

Impulso Para Matar

«Impulse» (EUA/1989). Real.: Sondra Locke. Int.: Theresa Russell, Jeff Fahey, George Dzundza, Alan Rosenberg. Cor, 106 min. *Ver Destaque* (21.55, Canal 1)

Retalhos da Vida

«L' Amore in Citta» (It./1953). Real.: Antonioni, Fellini, Lattuada, Maselli, Risi. Int.: amadores. P/B, 85 min. *Ver Destaque* (00.35, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

O Primo Campeão (Sexta, 15.10, Canal 1)

Muito livremente baseada numa «banda desenhada» de Ham Fisher, esta comédia dos primeiros tempos do «sonoro» vai divertir a bom divertir, apoiando-se numa história absurda (que aqui não se conta, para não roubar o interesse) passada nos meios do boxe e servida por irresistíveis diálogos e situações as mais delirantes. Para além de Jimmy Durante, no papel de um promotor de combates (!), referência, ainda, ao surgimento de William Cagney, o parecidíssimo irmão de James Cagney, num papel secundário.

Doutor Jivago (Sexta, 21.10, SIC)

Por entre os trémulos das «balalaikas» no inefável tema de Lara e um Omar Sharif sempre a verter abundantes lágrimas pelos justíssimos apuros, amorosos e outros, em que se envolve, esta adaptação de David Lean do romance de Boris Pasternak privilegia o lado sentimental do melodrama que se desenrola por entre os acontecimentos de Outubro de 1917, na Rússia. Mas, sofrendo em geral de um frio perfeccionismo, não atingindo o esplendor dessa peça do cinema-espectáculo que é *Lawrence da Arábia* e abusando de uma excessiva duração, este filme, embora demonstre mesmo assim o saber do realizador no campo da encenação e da montagem (a sua primeira e grande afirmação profissional no cinema), está bem longe de obras que permanecerão entre as maiores na sua cinematografia: *Breve Encontro* ou *Oliver Twist*.

Os Profissionais (Sexta, 22.40, Quatro)

Sendo a oferta do Canal 1 nesta matéria o que se sabe aos fins-de-semana, e tendo o *Doutor Jivago* passado há alguns meses na RTP, um outro destaque vai também para este filme de Richard Brooks, ainda por cima povoado por um tal elenco de intérpretes. Aparentemente, o enredo não é incomum a outras obras fortes no domínio do *western*: um rico «terratenente» contrata um grupo de «duros mercenários» para tentarem descobrir a sua mulher, raptada por um «bandido» mexicano. Poderia parecer que o «mexicano de serviço» seria, mais uma vez, o «mau da fita»; ou que os «profissionais» apenas se interessariam, cinicamente, pelos dólares a arrecadar; ou que a esposa do «rico proprietário» tinha fortíssimas razões para lamentar ter sido raptada. Acontece que a postura ética e moral do realizador mais uma vez o levam a inverter tudo e a dar-nos uma visão da história e das personagens que recusa todo e qualquer cliché. Um bom filme, a rever. E mais uma coisa: atendendo à especial responsabilidade de Lauro António, como profissional do mesmo ofício (agora à frente da programação de cinema da Quatro), é de esperar que, ao contrário do que já aconteceu com o *Lord Jim* que apresentou na semana passada, desta vez a cópia deste filme respeite o formato original.

Labaredas (Sexta, 23.35, TV 2)

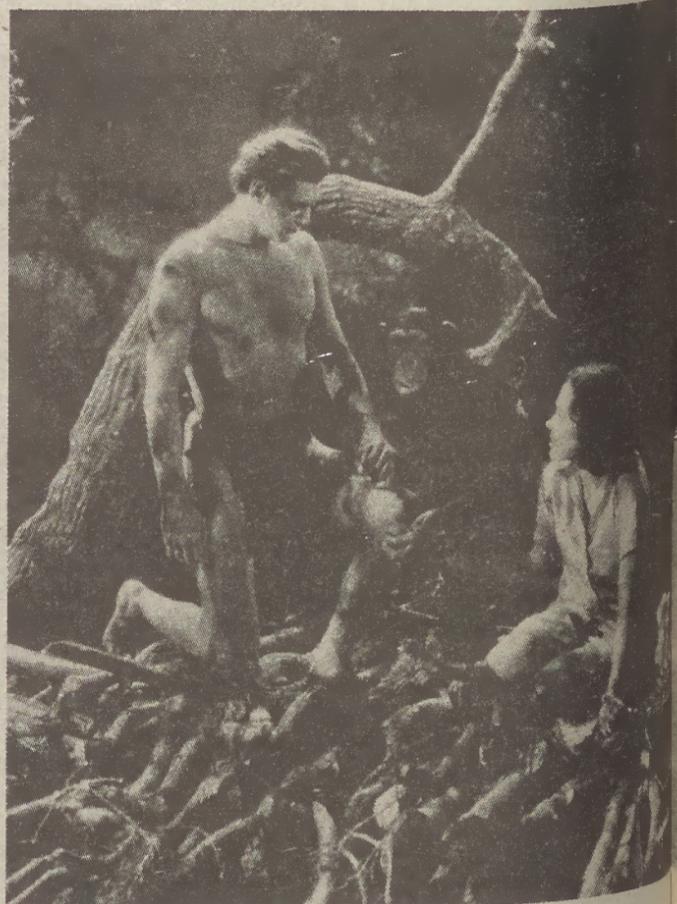
O gravador de vídeo virá mesmo a calhar para resolver o problema da parcial sobreposição de horários entre dois filmes com interesse diverso mas inegável. Este, realizado por Jean Delannoy (e com a presença de grandes vedetas do cinema, como von Stroheim, Sessue Hayakawa ou a Mireille Balin que vimos na semana passada em *Pépé Le Moko*), para além da curiosidade de ter como ambiente da acção o «exotismo» de Macau, é uma excelente encenação da intrincada história de tráfico de armas que se desenrola naquelas paragens do «insondável Oriente». Trata-se, mesmo, de uma raridade cinéfila, já que a cópia que de início foi explorada comercialmente tinha todas as cenas em que entrava Eric von Stroheim substituídas por outras tantas, com Pierre Renoir no protagonista.

Tarzan, o Homem Macaco (Sábado, 12.05, TV 2)

Foi assim que tudo começou, com o olímpico Weissmuller a bater no peito e a saltar agilmente de liana em liana, em companhia da macaca *Cheetah*, sem nunca esquecer Maureen O'Sullivan na pele da bela Jane. Nenhuma das milhentas versões posteriores se aproxima, sequer, da ingénua beleza e invenção desta. E se o célebre grito de Tarzan já ontem nos levava a sorrir, o que poderá dizer-se dos gritos da «amiga Olga» que, hoje, nos levam das gargalhadas... até às lágrimas? Não há que hesitar.



Jodie Foster, a prostituta adolescente de «Taxi Driver».



«You, Jane - Me, Tarzan!» - ou como tudo começou...

Ester e o Rei (Sábado, 15.00, SIC)

É a SIC a regressar, mais uma vez, ao chamado *peplum*: aqui, o Rei apaixona-se por Ester, a qual ele pretende fazer substituir à esposa assassinada. Tudo se passa na Pérsia, no século IV A.C., e foi filmado na Itália por americanos. Não sei se estão a ver... Raoul Walsh, o realizador, fez algumas grandes coisas no cinema. Uma das quais não é certamente este filme, que aqui se destaca em atenção aos admiradores dos «amores bíblicos»...

A Pantera Volta a Atacar (Sábado, 15.50, Canal 1)

É, talvez, o melhor filme da «Pantera» e tem, na definitiva loucura que acaba por atacar o Chefe do Inspector Clouseau, o melhor e suplementar interesse para o desenrolar da história, a qual vem continuar anteriores filmes da série. Um festival de comicidade - sobretudo na sucessão dos «actos falhados» de Herbert Lom a tentar «despachar» Peter Sellers - que Blake Edwards (ao contrário de *Tudo Boa Gente*, com que bem nos enganou na semana-passada) aqui encena com invenção e eficácia.

Taxi Driver (Sábado, 22.30, Quatro)

Mais uma vez, é esta uma razão para não fechar definitivamente o aparelho de televisão nesta noite de Sábado, atitude que a programação idiota que tresanda pelos vários canais bem justificaria. O filme não é, naturalmente, desconhecido dos telespectadores - já que, ainda não há muito tempo, passou num dos canais ao lado. Mas, tomada embora a prévia «medida higiénica» que é cortar o som durante mais uma das palestras de Maria de Sousa Leitão sobre o «sonho americano» (que já entraram para o anedotário televisivo português), não se pode perder esta história, poderosamente encenada por Scorsese, de um «veterano» da guerra do Vietname, motorista de táxi em Nova Iorque, que, levando uma vida dramaticamente vazia, se acolhe à violência para sair do «anonimato». Um filme que retrata com um realismo brutal e um profundo pessimismo a tragédia da mãe de todas as «democracias de sucesso». E, para além da complexa figura composta por Jodie Foster, atenção à transformação milimétrica e rigorosa que Robert De Niro, perante a câmara de Scorsese, opera na sua pessoa - para além do mais, uma lição esmagadora de como se vai decompondo e construindo uma personagem. Imbatível.

A Namorada (Domingo, 15.00, SIC)

Lá porque, quanto a nós, mal incluído no espaço *Chiado Terrasse* (arriscando-se, neste tão lato conceito, a ser ignorado, porque confundido com outros exemplares menores que por ali têm andado) que não passe despercebida ao espectador esta «clássica» e deliciosa comédia musical. Tanto mais que tem, a ilustrá-la, a presença sublime de Rita Hayworth, na figura de musa inspiradora do compositor Paul Dresser (de quem o filme é uma livre biografia), e as não menos excelentes canções e bailados inspirados na sua música. Um lugar à nostalgia. A Technicolor!

Tora! Tora! Tora! (Domingo, 15.00, Quatro)

Mas quem prefere o clássico «filme de guerra», a curiosidade vai para esta coprodução EUA-Japão cujo argumento se centra na preparação e desencadeamento do ataque japonês a Pearl Harbour durante a II Guerra Mundial. O que é obra, uma vez que o filme dá a ver, com o surpreendente rigor da reconstituição histórica, o posicionamento, sem complacências, de ambos os lados em confronto. Destaque para a longa sequência que reproduz o ataque aéreo, particularmente espectacular e realista.

Vinte Mil Léguas Submarinas (Domingo, 16.15, Canal 1)

Este verdadeiro espectáculo de cinema também não é inédito junto dos espectadores de televisão. Mas, para quem não o conheça, a gravação de vídeo vai ser, mais uma vez, o suporte ideal para «descentalar» a posteriori, talvez durante a semana, como vantajoso antídoto à restante programação - em rápida decadência. Curiosamente também realizado (como *Tora! Tora! Tora!*) por Richard Fleischer e produzido pelos Estúdios Disney, trata-se de uma excelente adaptação ao cinema do romance de Júlio Verne, com inesquecíveis sequências de fantasia, aventura e efeitos especiais. E um James Mason insuperável no *Capitão Nemo*.

O Justiceiro da Noite (Domingo, 22.00, SIC)

Um arquitecto de sucesso é atingido na sua vida quotidiana pela violação e assassinio, a frio, da sua mulher e pela loucura que, após a tragé-



O saber da composição dos planos - às vezes, em «Doutor Jivago».

dia, atinge a sua filha. E eis senão quando, substituindo-se à Lei e à Justiça, se decide a fazer «justiça pelas próprias mãos», acabando por ser preso mas sendo o seu processo abafado para não causar escândalo público. Enredos como este são, hoje, o dia-a-dia das televisões comerciais em todo o mundo, não constituindo excepção entre nós - «serviço público» incluído. E tudo começou no cinema e com filmes como este, uma miserável peça de manipulação do espectador. Mas acontece, entretanto, que se trata de um brilhante produto de cinema-industrial, encenado com extrema eficácia por um estimável realizador britânico - Michael Winner - que, após se ter celebrado em Inglaterra com alguns bons filmes policiais (ferozmente críticos da sociedade de consumo), se radicou nos EUA, onde, entre outros, nasceu o seu melhor filme - *The Nightcomers*, com Marlon Brando. Michael Winner ainda continuaria a «saga» da personagem deste filme, o arquitecto Paul Kersey (Charles Bronson), em duas das três «continuações» que se conhecem, mas todas elas demonstrativas do cinema primário que já se anunciava e em que acabou por finalmente succumbir.

Sete de Infantaria (Segunda, 14.50, Canal 1)

Trata-se de uma daquelas pequenas preciosidades que o Canal 1 decide «esconder» na «Sessão da Tarde», mas também vale a pena gravá-lo pois é um exemplo por excelência da arte cinematográfica de um grande realizador inglês - Carol Reed. Inicialmente pensado como filme de mobilização da opinião pública britânica perante o esforço de guerra contra o agressor nazi (e, daí, o carácter quase documental das cenas de recrutamento e treino de civis preparando-se para o conflito e, mesmo, a sua acção no terreno da batalha), acabou por ser, por virtude de um engenhoso argumento escrito por Eric Ambler e Peter Ustinov, um inteligente e divertido (!) filme «de enredo». É de sublinhar que, como assinalam as referências, o filme foi distribuído nos EUA numa versão encurtada, mais «séria» e sob um outro título, com uma introdução do jornalista Quentin Reynolds, destinada também ela a levantar o moral dos aliados do outro lado do Atlântico. Mas a duração indicada pela RTP sugere que estaremos perante a versão original inglesa. A não perder.

Jacknife (Segunda, 21.30, SIC)

Mais uma vez os traumas do Vietname e, de novo, Robert De Niro na personagem de um ex-combatente que os sofre. Desta vez, não sozinho. Um outro seu camarada de armas tenta confrontar-se com as trágicas memórias (que ambos recordam) de uma guerra que deixou marcas profundas, entre as quais o desaparecimento de um amigo comum. Pelo meio, nasce o romance de De Niro com a irmã do amigo, que com ele vive. Um filme extremamente sensível de David Jones, com três grandes interpretações a justificarem dois Oscars - para Robert De Niro e Kathy Baker.

Expresso de Munique (Quarta, 15.10, Canal 1)

Outro filme de Carol Reed nesta semana: aqui, a intriga estabelece-se no terreno da espionagem, de algum modo à maneira de Hitchcock, quando os serviços secretos ingleses tentam de novo arrancar às garras dos nazis um cientista checo que fugira para Londres e fora por eles rapado. Aliás, um dos argumentistas do filme, Sidney Gilliat, não é um estranho ao «género», pois já escrevera o argumento para *A Desaparecida* de Hitchcock. E, para além da sequência da fuga de comboio para a Suíça, atenção às vedetas!

Impulso para Matar (Quarta, 21.55, Canal 1)

Uma agente da polícia de Los Angeles passa a noite com um homem que andava a perseguir e, mercê de uma série de coincidências, acaba por se ver achada na pele da testemunha de um crime que não presenciou. O mais interessante, neste filme que, em boa verdade, nada traz de novo ao «género» em que se filia - o policial -, é o achado da personagem central do enredo, excelentemente interpretada por Theresa Russell, e a atmosfera de tensão e suspense que, de forma não impositiva, se insinua e constrói no desenvolvimento do filme. Sondra Locke, a realizadora, tornou-se conhecida como actriz ao lado de Clint Eastwood.

Retalhos da Vida (Quarta, 00.35, TV 2)

Marcando uma viragem a caminho do fim no cinema neo-realista, este filme foi assegurado, na sua construção em sketches, por vários médios e grandes realizadores do cinema italiano. Mas a sua própria génese veio contribuir para o notório desequilíbrio do resultado final, embora sejam de reter a temura do episódio de Fellini (*Uma Agência de Casamentos*) e a sátira mordaz dos episódios de Dino Risi e Alberto Lattuada (respectivamente, *Paraiso por Quatro Horas* e *Os Italianos Voltam-se*). Decepcionantes são as participações de Michelangelo Antonioni (*Tentativa de Suicídio*) e Francesco Maselli (*História de Catarina*). Grande polémica levantou, à época, o episódio de Carlo Lizzani (*O Amor Que Se Paga*), que chegou a ser cortado pela censura na sua estreia em França. Uma curiosidade.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Drácula de Bram Stoker	★★★★	-	-
B Esposas e Concubinas	★★★★	★★★★	★★★★
C Indochina	★★★	★★	★★★★
D Uma Questão de Honra	★★	-	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Francis Ford Coppola - *Alfa 1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Condes* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Fonte Nova/1* (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); *Las Vegas* (15.00, 17.30, 21.30); *Quarteto/4* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *S. Jorge/1* (15.15, 18.15, 21.15) - Lisboa.
- B** - Real. Zhang Yimou - *King Triplex/1* (14.00, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- C** - Real. Régis Wargnier - *Quarteto/2* e *Londres* (15.00, 18.15, 22.00) - Lisboa.
- D** - Real. Rob Reiner - *Cine Portela/Estúdio Sheza* (15.15, 21.15) - Lisboa.

Teatro

ESTRELA 60

Lisboa, Rua de Sto. António à Estrela, 60. 6ª a e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AMANHÃ**, de Almada Negreiros, encenação de João Brites.

IFICT

Lisboa, Rua de Santiago, 19 (ao Miradouro de Sta. Luzia). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A CRIAÇÃO**, de Adolfo Gutkin.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas, pelo Grupo de Teatro Intervalo.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTENS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Loriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (*repõe dentro de dias*).

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO**

DE CHUMBO, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **VASSA GELEZNOVA**, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

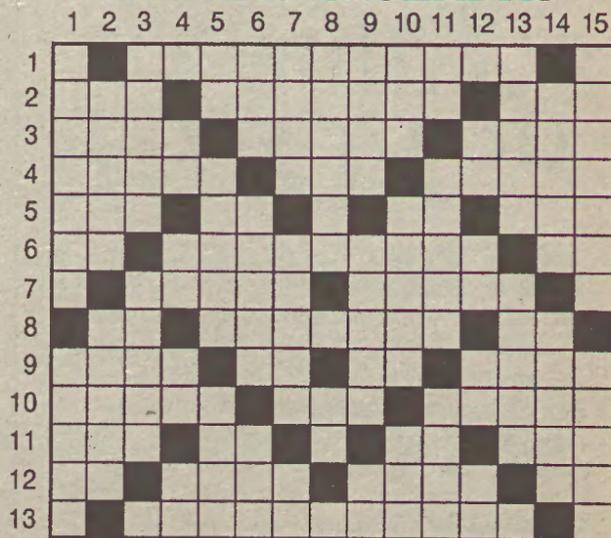
TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Navegantes. 2 — Grupo terrorista basco (sigla); alto; vazio. 3 — Vaso de barro para líquidos; abaixa; amarrem. 4 — Maquinação (fig.); agora; límpido. 5 — Certos; Túlio (símb.); nota musical; pertencer. 6 — Sódio (símb.); estudo da linguagem falada e escrita e das leis que o regulam; com saúde. 7 — Lida; fruto da amoreira. 8 — Despido; oasianos; Berílio (símb.). 9 — Pagamento; Escândio (símb.) art.; entregava. 10 — Prendeis; anel; terminam as mãos. 11 — Fruto da noqueira; a ti; grande massa; morcão do queijo. 12 — Campeão; tunda; instrumento cortante; anno Domini (abrev.). 13 — Dividireis.

Verticais: 1 — Deus do mar; vela do moinho. 2 — Regressa; nascidos. 3 — Cremes; veloz. 4 — Prep.; Gálio (símb.); grito de dor; pron. refl. 5 — Observa; pátio; pare. 6 — Aquela de que falamos; irmãs (pop.); a primeira mulher. 7 — Corcovado; mastiga sem engolir; aspecto. 8 — Estrago; acusada. 9 — Grande porção; salto do calçado; letra grega. 10 — Composição poética; algas; oceano. 11 — Letra grega; pedaços de louça; açucarados. 12 — Art. árabe; brisa; prep.; nesse lugar. 13 — Damas das cartas de jogar; grande quantidade. 14 — Deusa da Agricultura; lembra. 15 — Galantear; com asas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Cervantes; crime. 2 — Ireis; unir; emir. 3 — Toca; agem; oam. 4 — Cilada; anis; ui. 5 — Nora; ETA; orem. 6 — Ora; amada; agora. 7 — Ta; in; dote; avé. 8 — Adi; aure; Crespo. 9 — Iole; ira; oral. 10 — Selara; anis; Sé. 11 — Sire; Aída; ser. 12 — Ecoar; croa; luta. 13 — Ressalvas; Gales.

Verticais: 1 — Cid; notai; ter. 2 — Er; corados; Ce. 3 — Retira; ile-sos. 4 — Viola; Eliás. 5 — Asca; Ana; arra. 6 — Adem; tire. 7 — Tu; atadura; CV. 8 — Ena; adora; ara. 9 — Siga; até; aios. 10 — Reno; onda. 11 — Mira; cria. 12 — Ré; segaras; lá. 13 — Imo; móvel; Sul. 14 — Miau; réis; sete. 15 — Ermita; oneras.

XADREZ

CD - 4 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X017

Por: WOLFGANG PAULY 9706 Dt. Wochenschach, 4.IX.1910

Pr: [5]: Ps. e7,h6-Bé1-Th8-Ré8 Br: [2]: Dg5 - Ré3

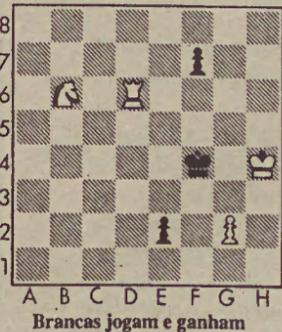


Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X018

Por: V.&M. PLATOV Endspielstudien, 1914

Pr: [3]: Ps. e2, f7 - Rf4 Br:[4]: Pg2 - Cb6 - Td6-Rh4



Brancas jogam e ganham

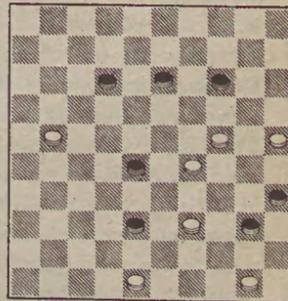
DAMAS

CD - 4 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D017

Por: J. BUS - 1964 -

Pr: [7]: 12-13-14-28-35-38-40 Br: [7]: 21-24-25-29-39-48-50



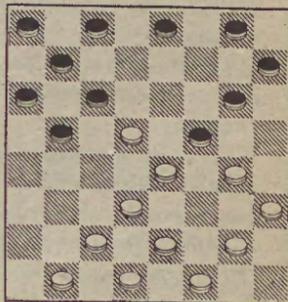
Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D018

Golpe N.º 893

Por: GIUSEPPE BASSANI [1886-1946]

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 1-5, 22-18; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 23-20; 6. 15-19, 27-23; 7. 10-13 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CD

N.º 1993X017 [W.P.]: 1. D5+! [impossibilita o Roque], Rf8; 2. Df5+, Ré8 [situação inicial. Jogam Br., mas Roque desfeito]; 3. D65!, R joga; 4. Db8+/D:h8++ N.º 1993X018 [V.&M.P.]: 1. g3+, Rf5; 2. Td5+, Ré6; 3. Td8, Ré7; 4. Td3!! e ganha.

A. de M. M.

SOLUÇÕES DO N.º CD

N.º 1993D017 [J.B.]: 1. 48-43, (38x43); 2. 24-20, 49x16; 3. 20x17, 16x2; 4. 39-33, 28x39; 5. 29-24, 2x30; 6. 25x45+ N.º 1993D018 [G.B.]: 7. ..., 20-15; 8. 11-27, 31-15; 9. 13-22, 15-12; 10. 7-16, 24-20; 11. 16-23, 28-1-D+

A. de M. M.

Tempo

Nos próximos dias o céu vai estar geralmente nublado. Há possibilidades de chuva e a temperatura mínima vai subir.



a talhe de FOICE

Vivó CCB

Aqui há uns tempos, quando se tornou visível o resultado da genialidade dos nossos governantes que pariu a ideia do Centro Cultural de Belém, logo o tradicional humor popular baptizou o evento de Centro Comercial de Belém. Prenominação? Influência irresistível da vaga consumista que se abateu sobre o país? Deliberado intento depreciativo das governais iniciativas? Puro gosto pela maledicência?

As hipóteses são várias e porventura a dificuldade estaria só na escolha, não fora a realidade vir a demonstrar a justeza do classificativo.

Primeiro, foi a anúncio da abertura de alguns espaços para stands de automóveis. Agora, é o anúncio de que os dois módulos que ainda falta construir vão ser entregues à iniciativa privada para uns hoteizinhos de luxo, escritórios, salões de bailes e o inevitável centro comercial.

É caso para se dizer que cumpre-se o destino do bicho.

Após a efémera inauguração, sem honra nem glória, do CCB, no encerramento da semestral, rotativa e vulgar presidência da CEE na altura em que por exclusivo ditame do calendário tal função coube a Portugal, o edifício voltou a encerrar as portas e a mergulhar na letargia que parece ter herdado de nascença.

Dele se falou e muito, antes e depois desse breve despertar para a vida. Mais parecendo um bunker, não agradou nem a gregos nem a troianos. Para além do duvidoso mérito de ocupar um espaço privilegiado da zona ribeirinha em frente aos Jerónimos, qual muralha a esconjurou o Tejo, carrega o ónus de ter já custado ao erário público mais de 40 milhões de contos.

Numa altura em que Cavaco Silva vulgarizou no léxico político palavras como "desperdício" e "despesismo", o CCB tornou-se no exemplo - inacabado - das novíssimas obras de regime cuja função única e exclusiva parece ser a de sorvedouro de fundos.

A braços com a crise económica que não lhe poupa o oásis, Cavaco tomou a decisão de entregar a "jóia da coroa" do seu reinado à iniciativa privada, com o patético apelo para que lhe salvem a honra do convento.

Dos projectos iniciais de financiamento, pelo Estado, de actividades culturais ao serviço da capital e do país não fica para os registos nem lembrança. A Fundação das Descobertas, organismo encarregue da gestão do CCB, tem agora a seu cargo a espinhosa tarefa de arranjar uns quantos mecenas capitalistas interessados em reduzir impostos, investir uns dinheiros e subsidiar, se para tanto chegar o engenho e a arte, alguma coisa que se possa chamar de cultura. Para o efeito, o Estado concederá, se o "entender", subsídios periódicos ou extraordinários.

É a política de quem quer cultura paga-a. É a política de que o que é bom é gastar primeiro e analisar depois para que é que serve.

É a política dos privadíssimos interesses à custa dos públicos dinheiros.

É a política de deixar ruir o que existe para construir buracos sem fundo no campo do orçamento.

É a política da megalomania para parir ratos.

É a política de nunca ter dúvidas e jamais se enganar.

É a política de quem prefere protelar o Alqueva durante mais de uma década em favor de megalomanias sem préstimo reconhecido.

É, enfim, a política do cego, surdo e mudo às críticas, por mais construtivas que sejam.

E ainda há quem diga que é demagogia pensar quantas coisas úteis se podiam fazer com os 40 milhões de contos enterrados ali na Praça do Império!

Só o que está mesmo a faltar, para a obra ficar completa, é uma estátua de Cavaco à entrada do CCB. Para que não se perca a memória de a quem é que cabe a responsabilidade.

O Centro Cultural de Belém morreu.

Viva o Centro Comercial de Belém.

■ AF

ÚLTIMAS

Manifestações em Trancoso e Aguiar da Beira CNA faz 15 anos em intenso processo de luta

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) comemorou sábado passado 15 anos de existência, numa altura em que a sua capacidade de reivindicação, representação e mobilização de agricultores cresce para níveis que tornam ridículo o boicote governamental à sua integração institucional como parceiro social, ou seja, a sua entrada por direito próprio no Conselho Económico e Social. Uma posição do Governo fragilizada pelas notícias diárias de grandes e espectaculares manifestações de agricultores, em grande número mobilizados pela CNA, descontentes com a política seguida para o sector. Aliás, uma grande manifestação em Lisboa está a ser preparada, trazendo de todo o país os protestos contra uma política ruinosa, as dificuldades de escoamento de produtos, a reforma da Política Agrícola Comum ou os elevados custos dos factores de produção.

Descrita por testemunhas oculares como «uma verdadeira instalação do estado de sítio», o aparato policial para tentar impedir a manifestação de agricultores no domingo passado na Vila de Trancoso quando ocorria uma visita do primeiro-ministro Cavaco Silva (que se recusaria a receber uma delegação dos manifestantes) à Feira do Queijo realizada na vila, foi mais um exemplo da insatisfação generalizada dos que trabalham na terra.

Os agricultores acabaram por conseguir entregar à

mulher do primeiro-ministro um documento, aprovado em anterior manifestação (a 12 de Fevereiro), e onde se exige a aplicação de medidas concretas que resolvam a falta de escoamento e a prática de preços muito baixos nas produções de batata, leite, fruta e vinho.

Em segunda manifestação realizada sexta-feira passada, os agricultores elegeram uma comissão com um representante de cada uma das 29 freguesias do concelho, mais um representante da Câmara Municipal, da Associação de Agricultores

da Guarda e da CNA, para proceder a contactos com as entidades oficiais para desbloquear o impasse económico e social da região.

Também agricultores da região de Aguiar da Beira (Guarda) manifestaram-se a semana passada frente aos paços do concelho da vila exigindo medidas urgentes de apoio ao escoamento de produtos. Os manifestantes transportaram-se em tractores e chegaram a cortar o trânsito. Foi a segunda acção do tipo a registar-se numa semana na zona, depois de manifestação idêntica em Trancoso.

No sábado passado, dia do aniversário da CNA, a confederação (filiada na Coordenadora Agrícola Europeia - CPE) realizou um colóquio no Instituto Superior de Agricultura em Lisboa, onde foram transmitidas duas comunicações de dois catedráticos de agronomia: Carlos Cabral e Fernando Oliveira Baptista, para além da representação da CPE na pessoa de Lydia Senra.

A CNA prepara entretanto para a próxima terça-feira um encontro de agricultores

do Alentejo, em conjunto com a Associação de Agricultores do Norte Alentejano e o Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja.

Baldios de Coimbra

Também com o apoio da CNA, juntamente com o Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra, realizou-se na segunda-feira um Encontro de Baldios do distrito e onde estiveram presentes dezenas de comarques em representação de 12 conselhos directivos de baldios.

A condenação do 17.º projecto de lei apadrinhado pelo PSD e PS para retirar os baldios aos povos foi unânime, tendo este Secretariado juntado a sua voz aos secretariados de baldios do Norte e Centro que já solicitaram uma audiência ao Presidente da República para defender a Lei 39 40/76 que entrega a gestão daqueles terrenos aos povos serranos. Os comarques de Coimbra vão aderir à manifestação a agendar para Lisboa em defesa dos seus direitos.

Alqueva

Afinal o PCP tinha razão!

«Alqueva: afinal o PCP tinha razão» é o título de uma nota da Comissão Política do PCP, divulgada na sexta-feira, que aqui se transcreve:

«1. A anunciada decisão governamental sobre a realização do Projecto de Alqueva, com a opção por uma solução que designadamente permita irrigar 140 000 hectares, constitui uma importante vitória para a população do Alentejo e para o País e, em particular, para todos os que, como o PCP, autarquias e múltiplas outras entidades, sempre coerentemente se bateram pelo avanço deste importante empreendimento, defrontando ao longo de anos e anos uma sistemática oposição da política de direita e o desinteresse e manobras dilatórias de sucessivos Governos (do PS, do PSD com o CDS, do PS com o PSD, do PSD).

«2. Respondendo à operação propagandística com que, hoje em Alqueva, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e o Governo do PSD se procuraram apresentar como grandes salvadores e amigos do Alentejo, o PCP reitera que a política e os governos de direita não podem, num passe de mágica, nem sacudir as suas responsabilidades no tempo inadmissivelmente perdido com o prolongado adiamento do projecto do Alqueva nem limpar-se de todas as suas extensas culpas em toda uma política de restauração do latifúndio, de desertificação e declínio económico e social que estão na origem da grave e dramática situação que o Alentejo hoje enfrenta.

«3. Reafirmando a importância que é justo atribuir ao empreendimento de Alqueva numa perspectiva de desenvolvimento do Alentejo, de criação de emprego, de fixação da população e de melhoria das suas condições de vida e sublinhando a abso-

luta necessidade de que à aprovação do projecto venha a corresponder a firme vontade política e a mobilização de esforços e recursos compatíveis com a sua acelerada concretização, o PCP salienta entretanto que o anúncio da aprovação do projecto de Alqueva não dispensa nem disfarça a imperiosa reclamação da adopção de medidas de emergência que permitam minorar e enfrentar os graves problemas existentes no Alentejo designadamente no plano da agricultura e do emprego.

«4. Com a autoridade que lhe advém de um incomparável combate de décadas pelos direitos e pela dignidade da população do Alentejo e de uma obra notável realizada no poder local que, depois do 25 de Abril, mudou profundamente em aspectos essenciais as condições de vida naquela região do País, o PCP renova o seu profundo compromisso de trabalho e de luta por um Alentejo de progresso, desenvolvimento e justiça social que liberte a sua população dos dramas do desemprego, da desertificação, da necessidade de emigração, da incerteza no futuro.»

Romagem ao mausoléu dos tarrafalistas

«Não perdemos a memória nem a capacidade de indignação»

O carácter odioso e terrorista do regime deposto em 25 de Abril de 1974 foi evocado numa homenagem às vítimas do fascismo em Portugal, numa romagem feita sábado passado ao Alto de São João em Lisboa.

O Conselho Directivo da União de Resistentes Antifascistas (URAP), que organizou a iniciativa, considerou-a oportuna por hoje existirem «condições sociais e económicas favoráveis ao desenvolvimento de fenómenos racistas e xenófobos».

Numa breve intervenção proferida pelo antigo tarrafalista Armindo Guimarães seria sublinhado o carácter «não saudosista» da homenagem e denunciadas «as investidas dos actuais governantes para fazer degenerar

e transformar o regime noutra de cariz totalitário».

«Não perdemos a memória nem a capacidade de indignação. Não participamos - antes denunciámos - nas estratégias do esquecimento e do branqueamento destinados a facilitar o caminho aos fascistas de hoje», diria Armindo Guimarães.

Na iniciativa, a URAP denunciou «o aproveitamento das claques desportivas» por organizações fascistas e nazis, mas também «a atribuição de pensões e outras benesses» a membros da antiga PIDE e as «revisões semânticas da história» dos que afirmam que em Portugal não houve um verdadeiro fascismo.